



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Teresa Barroso Dias

**Histórias de emigração em Vieira do Minho:
as motivações de saída e o regresso**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Teresa Barroso Dias

**Histórias de emigração em Vieira do Minho:
as motivações de saída e o regresso**

Dissertação de Mestrado em Sociologia,
Área de especialização em Desenvolvimento
e Políticas Sociais

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Emília Rodrigues Araújo

Outubro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

Agradecimentos

À Professora Doutora Emília Araújo – minha orientadora – pelo compromisso em orientar esta tese. Sem a sua excelente orientação, sensibilidade, paciência e amizade este trabalho não teria sido possível.

Aos entrevistados pela disponibilidade e simpatia com que me receberam.

À minha gata Riscas, pela companhia nas horas de inteira dedicação a este trabalho.

Aos meus amigos Doutor Afonso Barroso; Sónia Correia; Ana Cunha; Isabel Vieira; Helena Lago; Susete Calisto; Ana Miranda; Mónica Gonçalves; Rosalina Rodrigues e Elisabete Carvalho pelo apoio e incentivo.

Aos meus familiares, em especial ao meu irmão Agostinho, à minha tia Laura; à minha tia Silvina e ao meu tio Sousa pela dedicação incondicional.

A todos, o meu mais sincero obrigada!

Histórias de emigração em Vieira do Minho: as motivações de saída e o regresso

Resumo

Esta tese apresenta os resultados de uma investigação realizada em Vieira do Minho, em Portugal. O estudo versa sobre o fenómeno migratório neste concelho, abrangendo, especificamente, a população emigrada nos anos sessenta e setenta e já regressada ao concelho. A partir de investigações realizadas sobre o mesmo assunto e sobre populações com características semelhantes, este estudo mostra as principais motivações que levaram esta população a sair, assim como as principais que a mesma faz do seu regresso a Portugal e ao mesmo concelho de origem. O estudo foi desenvolvido com base em entrevistas realizadas aos ex-emigrantes, assim como pesquisa documental sobre os indicadores de emigração. Os diversos paradigmas teóricos existentes a partir dos quais se pretende explicar os fenómenos emigratórios mostram a complexidade envolvida na decisão de emigrar e de sair dos países de origem. Na investigação que efetuámos ficam evidentes algumas dimensões já consideradas noutros estudos, nomeadamente o fato de serem as motivações económicas, isto é, a falta de condições de vida, que maior importância têm na decisão de saída de Portugal. Para a maior parte dos emigrantes entrevistados, portanto, a emigração surge como uma necessidade imposta, e não como um desejo. Embora fiquem evidentes os condicionamentos políticos das saídas, particularmente dos homens, derivados do fato de estes estarem em geral, em idade de cumprir o serviço militar (e participar na guerra do ultramar), a falta de condições de vida, em simultâneo com o conhecimento de que lá fora havia a possibilidade de viver melhor, constituíram, sem dúvida, a base do projeto de emigração destas famílias.

Emigrants stories in Vieira do Minho: motivations to leave and the return

Abstract

This thesis presents the results of an investigation in Vieira do Minho, Portugal. The study deals with the phenomenon of migration in this county. It addresses the immigrant population in the sixties and seventies and also people that has already returned to the county. Grounded on investigations on the same subject as well as on populations with similar characteristics, this study shows the major motivations for this population to leave, as well as key motivations they present for having returned to Portugal and to the same county of origin. The study was based on interviews with ex migrants, as well as documentary research on indicators of emigration. The various existing theoretical paradigms which explain the emigration phenomena show the complexity involved in the decision to emigrate and to leave the countries of origin. The carried out research shows the relevance of some dimensions already considered in other studies, including the importance of economic reasons. For most respondents emigration was an imposed necessity, despite the relevance that political constraints had also acquired. The results show that returning to Portugal, despite being already present in the moment when they left was differently experienced by man and women, since these consider they had lived better in countries of emigration, than in Portugal.

Índice geral

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VII
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XI
ÍNDICE DE TABELAS.....	XII
INTRODUÇÃO.....	1
1. O CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO: BREVE CARATERIZAÇÃO.....	5
1.1. LOCALIZAÇÃO.....	5
1.3. RECURSOS E CONSTRANGIMENTOS.....	8
1.3.1. <i>Aspetos demográficos</i>	9
1.3.2. <i>Tecido escolar</i>	10
1.3.3. <i>Atividades económicas e estruturas produtivas locais</i>	10
1.3.4. <i>Transportes públicos</i>	11
1.3.5. <i>Manifestações lúdicas, recreativas e culturais</i>	11
2. CONTEXTO HISTÓRICO E DEMOGRÁFICO: A EMIGRAÇÃO E O REGRESSO EM VIEIRA DO MINHO E EM PORTUGAL.....	13
2.1. A EMIGRAÇÃO.....	13
2.1.1. <i>Emigração regular permanente 1950-1984</i>	14
2.1.2. <i>Emigração irregular e clandestina 1960 -1984</i>	15
2.1.3. <i>Principais países de destino dos emigrantes</i>	16
2.1.4. <i>Emigração permanente e temporária: 1985-2003</i>	17
2.1.5. <i>Emigração legal em Vieira do Minho</i>	18
2.2. O REGRESSO.....	19
3. PROBLEMATIZAR EMIGRAÇÃO E REGRESSO.....	25
3.1. AS TEORIAS EXPLICATIVAS DAS MIGRAÇÕES.....	25
3.2. PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO NAS SOCIEDADES DE ACOLHIMENTO.....	27
3.3. AS RELAÇÕES ENTRE OS EMIGRANTES E OS SEUS PAÍSES DE ORIGEM.....	28
3.4. A REINSTALAÇÃO NA SOCIEDADE DE ORIGEM.....	31
4. METODOLOGIA.....	35
4.1. MÉTODO.....	35
4.2. AMOSTRAGEM.....	36
4.3. TRATAMENTO DO MATERIAL RECOLHIDO.....	37
5. HISTÓRIAS DE EMIGRAÇÃO EM VIEIRA DO MINHO: AS MOTIVAÇÕES DE SAÍDA E O REGRESSO.....	39
5.1. A DECISÃO DE EMIGRAR E A PARTIDA.....	40
5.1.1. <i>Caraterização da população entrevistada à data da primeira emigração</i>	41
5.1.2. <i>A decisão de emigrar</i>	43
5.1.3. <i>A viagem para o estrangeiro</i>	52
5.2. ESTADIA NO ESTRANGEIRO.....	61
5.2.1. <i>Localidades de residência</i>	61
5.2.2. <i>Múltiplas atividades e empregos</i>	63
5.2.3. <i>Condições de alojamento</i>	69
5.2.4. <i>Adaptação à língua</i>	71
5.2.5. <i>Hábitos alimentares</i>	74

5.2.6. <i>Integração em associações e outras formas de convívio</i>	74
5.2.7. <i>Opções de poupança e de investimento</i>	76
5.2.8. <i>Vindas de férias</i>	79
5.2.9. <i>Tempo de residência no estrangeiro</i>	82
5.3. MOTIVAÇÕES DE REGRESSO DOS EMIGRANTES AO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO	84
5.4. A REINSERÇÃO DO EMIGRANTE NO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO	89
5.4.1. <i>Atividade a que regressam os entrevistados e o investimento efetuado</i>	90
5.4.2. <i>Acesso aos bens de consumo, modo de vestir e conforto na habitação</i>	95
5.4.3. <i>Burocracias</i>	98
5.4.4. <i>Assistência médica</i>	99
5.4.5. <i>Atitude dos residentes face aos entrevistados e a forma como os entrevistados avaliam os residentes</i>	101
5.5. RELACIONAMENTO COM O PAÍS DE EMIGRAÇÃO	107
CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS	119

Índice de figuras

FIG. 1 – MAPA DA LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO NO DISTRITO DE BRAGA	5
FIG. 2 – MAPA DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO	5
FIG. 3 – SERRA DA CABREIRA – VIEIRA DO MINHO	6
FIG. 4 - MOINHO SITUADO NO LUGAR DE LAMALONGA - CAMPOS - VIEIRA DO MINHO	7
FIG. 5 - EXTERIOR DO FORNO COMUNITÁRIO	7
FIG. 6 - INTERIOR DO FORNO COMUNITÁRIO	7
FIG. 7 – MAPA DO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO NO VALE DO AVE	8
FIG. 8 – CASA DE EMIGRANTE SITUADA NO LUGAR DE CABO DE ALÉM – FREGUESIA DE PARADA DE BOURO	78
FIG. 9 – CASA DE EMIGRANTE SITUADA NO LUGAR DE SANGUINHEDO – FREGUESIA DE VIEIRA DO MINHO	78
FIG. 10 - ENTREVISTADO TIAGO NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE AJUDANTE DE TRABALHOS PÚBLICOS NA SUÍÇA ..	87

Índice de tabelas

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE NO VALE DO AVE – CENSOS 2011- RESULTADOS PROVISÓRIOS	9
TABELA 2 - POPULAÇÃO RESIDENTE EM VIEIRA DO MINHO, SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS E SEXO – CENSOS 2011 - RESULTADOS PROVISÓRIOS	9
TABELA 3 - EMIGRANTES POR SEXOS: 1950-1984.....	14
TABELA 4 - EMIGRAÇÃO LEGAL E EMIGRAÇÃO CLANDESTINA: 1960-1984.....	16
TABELA 5 - PAÍSES DE DESTINO PRINCIPAIS, POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA: 1950-1984.....	16
TABELA 6 - EMIGRAÇÃO PERMANENTE E TEMPORÁRIA: 1985-2003.....	17
TABELA 7 - EMIGRANTES, POR SEXO E GRUPOS DE PAÍSES DE NACIONALIDADE, PORTUGAL, 2008-2010	18
TABELA 8 – EMIGRAÇÃO LEGAL NO CONCELHO DE VIEIRA DO MINHO 1960/1977.....	19
TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO EM PORCENTAGEM DO RETORNO DE EMIGRANTES NO DISTRITO DE BRAGA	20
TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DO RETORNO POR SEXO EM PORTUGAL (%).....	20
TABELA 11 - REPARTIÇÃO DA ESTRUTURA DOS EMIGRANTES RETORNADOS POR GRUPOS ETÁRIOS NO DISTRITO DE BRAGA (%).....	21
TABELA 12 - REPARTIÇÃO PERCENTUAL DOS EMIGRANTES REGRESSADOS ÀS NUT DO CONTINENTE.....	22
TABELA 13 - N.º DE EMIGRANTES POR PAÍS / N.º EMIGRANTES ENTREVISTADOS POR PAÍS.....	37
TABELA 14 - VARIÁVEIS DOS ENTREVISTADOS À DATA DA PRIMEIRA EMIGRAÇÃO, PAÍS E ANO(S) DE EMIGRAÇÃO	41
TABELA 15 - MOTIVOS PORQUE PARTIRAM OS ENTREVISTADOS	43
TABELA 16 - CASAMENTOS DOS HOMENS PÓS E APÓS EMIGRAÇÃO.....	49
TABELA 17 – QUEM OS EMIGRANTES TINHAM À ESPERA NA CHEGADA	54
TABELA 18 - PARTIRAM SOZINHOS OU ACOMPANHADOS.....	54
TABELA 19 – EMIGRAÇÃO LEGAL E CLANDESTINA DOS ENTREVISTADOS	55
TABELA 20 – LOCALIDADES DE RESIDÊNCIA.....	62
TABELA 21 – PROFISSÕES EXERCIDAS AQUANDO DA ESTADIA NO ESTRANGEIRO	64
TABELA 22 – ATIVIDADE PROFISSIONAL- DIFICULDADES SENTIDAS E OPORTUNIDADES CONSEGUIDAS.....	65
TABELA 23 – CONDIÇÕES DE ALOJAMENTO.....	70
TABELA 24 – ADAPTAÇÃO À LÍNGUA DOS PAÍSES DE EMIGRAÇÃO	72
TABELA 25 - HÁBITOS ALIMENTARES.....	74
TABELA 26 – INTEGRAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES E OUTRAS FORMAS DE CONVÍVIO.....	75
TABELA 27 – OPÇÕES DE POUPANÇA E INVESTIMENTO	77
TABELA 28 – VINDAS DE FÉRIAS	80
TABELA 29 – TEMPO APROXIMADO DE RESIDÊNCIA POR ENTREVISTADO, IDADE E ESCOLARIDADE À DATA DO REGRESSO DEFINITIVO	83
TABELA 30 - MOTIVAÇÕES DE REGRESSO	85
TABELA 31 – ATIVIDADE A QUE REGRESSAM OS ENTREVISTADOS, INVESTIMENTO EFETUADO E DIFICULDADES ENCONTRADAS	90
TABELA 32 - ACESSO AOS BENS DE CONSUMO, MODO DE VESTIR E CONFORTO NA HABITAÇÃO	96
TABELA 33 - BUROCRACIAS	98
TABELA 34 - ASSISTÊNCIA MÉDICA	100
TABELA 35 – ATITUDE DOS RESIDENTES FACE AOS ENTREVISTADOS E A FORMA COMO OS ENTREVISTADOS AVALIAM OS RESIDENTES	102
TABELA 36 – RELACIONAMENTO COM O PAÍS DE IMIGRAÇÃO	108
TABELA 37 - N.º DE EMIGRANTES POR FREGUESIA.....	121
TABELA 38 - N.º DE EMIGRANTES POR FREGUESIA, SEXO E PAÍS (CÁLCULOS DA AMOSTRA)	122

Introdução

A presente investigação descreve e explica algumas das principais características do fenómeno migratório no concelho de Vieira do Minho.

Segundo Rocha-Trindade (1982:3), “O fenómeno migratório apresenta uma dimensão gigantesca em relação a todos os indicadores que o caracterizam. No plano temporal estende-se, quase sem descontinuidade, desde a descoberta e a conquista, passando pela descolonização, até às migrações de hoje”. Nas últimas décadas, a emigração tem recebido muita atenção por parte dos investigadores em ciências sociais (Baganha, 1994; Leandro, 2004; Gonçalves e Gonçalves, 1991; Monteiro, 1994; Peixoto, 2004, 2007; Pires, 2003; Ribeiro, 1986; Rocha -Trindade, 1976, 1982, 1993, 1985, 1986, 1993; Wall, 1984, entre outros). São múltiplas as análises que versam sobre este fenómeno. São também múltiplas as perspetivas teóricas e metodológicas.

Apesar de tal diversidade e volume de investigações, é certo que se trata de um fenómeno que recolhe crescente atenção nos dias de hoje, por diversos motivos, entre os quais o facto de a mobilidade e a deslocação das populações constituírem assuntos de maior importância na planificação da sociedade e na definição de políticas. Ganham ainda mais interesse no contexto de globalização em que se situam hoje as sociedades.

De um modo muito global, poderíamos afirmar que as emigrações mudam de forma ao longo do tempo, adquirem outros contornos, definem-se por outros pressupostos, confrontam-se com outros dilemas e constrangimentos. Desde logo aquele que deriva, hoje, não só dos conflitos étnicos e religiosos, como das mudanças geopolíticas, climáticas e ambientais, incluindo as tecnológicas. No entanto, trata-se, inegavelmente e sempre, de um fenómeno que implica pessoas, contextos culturais, interesses e motivações. Implica, também, questões de identidade individual e nacional. Implica vários elementos que se incluem, justamente, na definição de cidadania e de nacionalidade.

O trabalho que propomos deve ser situado ainda na linha de estudos mais tradicionais no âmbito das migrações porque deixa várias destas questões de lado, para se centrar, especificamente, nas histórias, mundividências e visões dos emigrantes que partiram e regressaram a Vieira do Minho e que pertencem ainda à “primeira geração” emigração, no período imediatamente anterior e posterior à revolução de Abril. Nesta linha, o trabalho segue muito de perto estudos anteriores realizados noutros concelhos e regiões. As dimensões de

análise versam, por isso, sobre as motivações de saída, a avaliação da estada nos países de receção e, depois, as motivações de regresso e avaliação geral desta decisão. Deste ponto de vista, o estudo que apresentamos segue uma organização teórica e metodológica semelhante à de estudos já realizados, procurando-se, sobretudo, distinguir o comportamento de algumas variáveis no concelho de Vieira do Minho, território ainda não sujeito a análises sociológicas de âmbito migratório.

Em concreto, procuramos neste estudo:

- 1) Perceber os motivos que conduziram a população vieirense à emigração;
- 2) Perceber uma das dimensões mais estruturantes do momento da emigração: a viagem para um país estrangeiro;
- 3) Avaliar o grau de inserção do emigrante vieirense no país de acolhimento;
- 4) Perceber as motivações de regresso;
- 5) Perceber os processos de reinserção na sociedade vieirense;
- 6) Perceber o tipo de relacionamento com os países de emigração após o regresso.

Tal como dissemos, as características do fenómeno migratório em Vieira do Minho são muito similares às de Portugal, em geral, e às de outros concelhos na região, tal como podemos inferir da comparação entre os resultados atingidos e outros estudos (Amaro et al., 1984; Antunes, 1981; Gonçalves, 2009; Leandro e Rodrigues, 2007; Poinard, 1983; Portela e Nobre, 2002; Silva et al., 1984, entre outros).

Na investigação, além da pesquisa documental, utilizamos a técnica de entrevista, tendo sido seleccionada uma amostra de emigrantes nas diversas freguesias do concelho e regressados a Vieira do Minho. Para tratamento da informação recorreremos à técnica de análise de conteúdo.

A dissertação é constituída por seis pontos de acordo com seguinte organização:

No ponto um apresenta-se o concelho de Vieira do Minho, quer quanto à sua localização e contexto histórico, quer quanto aos recursos que possui e constrangimentos que enfrenta.

No ponto dois é abordado o contexto histórico e demográfico da emigração e do regresso em Portugal e em Vieira do Minho.

No ponto três são problematizados os conceitos de emigração e regresso pelo que a abordagem inclui as teorias explicativas das migrações; os processos de integração nas

sociedades de acolhimento; as relações entre os emigrantes e os seus países de origem bem como a reinstalação na sociedade de origem.

No ponto quatro é explicada a pertinência da metodologia adotada; o método utilizado; o instrumento de recolha de dados; a amostra e forma de tratamento do material recolhido.

No ponto cinco são analisadas as histórias de emigração em Vieira do Minho, nomeadamente quanto às motivações de saída e ao regresso: Este ponto encontra-se dividido em seis pontos essenciais. A saber: i) Vida em suspenso – a decisão de emigrar e a partida; ii) Estadia no estrangeiro; iii) Motivações de regresso dos emigrantes ao concelho de Vieira do Minho; iv) A reinserção do emigrante no concelho de Vieira do Minho; v) Relacionamento com o país de emigração.

Finalmente no último ponto da dissertação, são apresentadas as conclusões gerais do trabalho inseridas no contexto da ausência de políticas de apoio ao retorno em Portugal e em Vieira do Minho.

1. O concelho de Vieira do Minho: breve caracterização

1.1. Localização

Situado a 30 km do distrito de Braga, Vieira do Minho é um dos 14 concelhos que integram o distrito de Braga. Com 21 freguesias e uma área de 218.5 km², é limitado a Norte pelos concelhos de Amares, Terras de Bouro e Montalegre, a Este por Montalegre e Cabeceiras de Basto, a Sul por Fafe e a Oeste pela Póvoa de Lanhoso, conforme figuras abaixo n.ºs 1 e 2.



Fig. 1– Mapa da localização do concelho de Vieira do Minho no Distrito de Braga
(reproduzido de Câmara Municipal de Vieira do Minho)



Fig. 2 – Mapa das freguesias do concelho de Vieira do Minho
(reproduzido de Câmara Municipal de Vieira do Minho)

1.2. Contexto histórico

Recuando na história do concelho, podemos ler no livro Vieira do Minho nas Memórias Paroquiais de 1758 de Capela e Borrallheiro (2000:54), o seguinte: “Os epítetos da terra fraca, terra áspera, terra montuosa, apertada, de ladeiras, cumeadas e de muitos socalcos e grandes despenhadeiros e por isso perigosas para os gados e trabalhosas para os moradores, terra sem campinas ou vales de consideração, são muito frequentes para fixar as características físicas e morfológicas das terras de muitas paróquias Nelas também se refere que o clima é frio e áspero por causa da sua elevada altitude cria dificuldades aos cultivos e impossibilita ou torna aleatório o cultivo ou a boa produção do vinho e azeite. Por isso, anotam os memorialistas, algumas destas terras de mais elevada altitude são mais propícias à expansão do arvoredo. A propósito, dirá o pároco de Tabuaças que “É por causa do frio que a Providência dotou aquela terra de carvalhos em abundância para a produção de lenha!.. a marca estruturante que a fisionomia montanhosa confere à qualidade dos seus espaços tomados pelas vastas e altas serrarias e sublinham e relevam também a importância muito grande que na economia local têm os recursos das montanhas e rios como podemos verificar pela figura n.º 3. Se, com a desenvolvida enumeração e descrição das suas qualidades, pretendem elevar e elogiar as “riquezas” naturais das terras, não deixam, de facto, em contrapartida, de verificar e atestar que é responsável pelo tónus de pobreza, dificuldade e custos de exploração que caracteriza a generalidade dos modos de vida destas sociedades e economias montanhesas e também a de Vieira”.



Fig. 3– Serra da Cabreira – Vieira do Minho

O mesmo refere que os moinhos e as azenhas constituíam o principal equipamento de transformação destas economias rurais antigas fortemente dependentes do pão e da broa. O milho, ou milho grosso, era o mais cultivado de todos os cereais e constituía a principal fonte

de alimentação e de recursos da população. A farinha tinha de ser moída com grande regularidade e ameaças existiam ao abastecimento das comunidades quando os invernos eram tempestuosos e os rios transbordavam.



Fig. 4 - Moinho situado no lugar de Lamalonga - Campos - Vieira do Minho

Assim, a economia assentava basicamente na agricultura, nos recursos florestais e animais. Uma agricultura pobre dirigida ao consumo popular, cujos principais cereais eram o milho e o centeio e a crescer ainda a fraca qualidade do vinho e do azeite. A área de cultivo era reduzida e não conseguia prover o suficiente essencial à subsistência das populações, por isso a população era pobre. Nos termos da memória do pároco de Tabuaças semeia-se o milho grosso, o miúdo e o centeio que são os “frutos mais usados na Província... dos quais não há abundância mais que para sustento dos seus colonos por força de muito labor” (2000:61). Daqui depreendemos o enorme esforço destas populações para garantirem a sua sobrevivência.



Fig. 5 - Exterior do Forno Comunitário



Fig. 6 - Interior do forno Comunitário

- Lamalonga – Vieira do Minho

Resumindo, a sociedade de Vieira dos tempos mais antigos fica marcada para a história na figura do aldeão rústico, que vive, sobretudo, do cultivo das terras e da exploração dos recursos dos montes e dos rios.

Reportemo-nos agora a Vieira do Minho na atualidade. Convém referir que, em termos administrativos, o concelho pertence a duas associações de municípios: à do Vale do Ave juntamente com os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Fafe, Vizela, Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso e à do Vale do Cávado juntamente com os municípios de Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Montalegre, Póvoa de Lanhoso e Terras de Bouro.



Fig. 7 – Mapa do concelho de Vieira do Minho no Vale do Ave (reproduzido de Câmara Municipal de Vieira do Minho)

1.3. Recursos e Constrangimentos

De fato e de acordo com o Pré-Diagnóstico Social de Vieira do Minho (2003:14), “Estamos, pois, perante um concelho rural de montanha, com deficientes acessibilidades e fortemente dependente de uma agricultura sem produtos de dimensão de mercado, não possuindo em si recursos materiais e humanos capazes de, a curto prazo, inverter a tendência para o seu empobrecimento global. O seu tecido social é, hoje, percorrido por manifestações de fenómenos de exclusão social e, em larga medida, pela pobreza social e económica”.

De seguida expomos por temas os dados que constam deste documento elaborado em 2003 e que nos permitem perceber alguns dos recursos e constrangimentos/problemas existentes em Vieira do Minho.

1.3.1. Aspetos demográficos

- Variação populacional negativa entre 1991, 2001 e 2011. Com efeito, a população residente em 1991 era de 15 775 indivíduos, em 2001 passou a ser de 14 724 indivíduos e com a atualização dos censos provisórios de 2011 a população cifrase em 12 997 indivíduos de entre os quais 6 251 homens e 6 746 mulheres. De salientar que em toda a região do Vale do Ave, Vieira do Minho é o concelho que apresenta o menor número de indivíduos residentes, como atesta a tabela abaixo n.º 1.

Tabela 1 - População Residente no Vale do Ave – Censos 2011- resultados provisórios

ZONA GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO RESIDENTE		
	HM	H	M
AVE	511 737	247 062	264 675
Fafe	50 633	23 939	26 694
Guimarães	158 124	76 774	81 350
Póvoa de Lanhoso	21 886	10 411	11 475
Santo Tirso	71 530	34 339	37 191
Trofa	38 999	18 817	20 182
Vieira do Minho	12 997	6 251	6 746
Vila Nova de Famalicão	133 832	64 876	68 956
Vizela	23 736	11 655	12 081

Fonte: INE: resultados provisórios 2011

- Envelhecimento populacional cujo índice é o mais elevado quando comparado com os restantes concelhos do Vale do Ave. De assinalar o comprovado peso que os pensionistas assumem na população do concelho, como podemos observar na tabela seguinte n.º 2.

Tabela 2 - População residente em Vieira do Minho, segundo grupos etários e sexo – Censos 2011 - resultados provisórios

Total			0 – 14 anos			15 – 24 anos			25 – 64 anos			65 ou mais anos		
HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
12997	6251	6746	1778	923	855	1546	785	761	6695	3272	3423	2978	1271	1707

Fonte: INE: resultados provisórios 2011

- Baixos índices de alfabetização, formação e qualificação profissional, sendo que a taxa de analfabetismo atinge no concelho um valor superior ao apurado a nível

nacional e regional, condenando os indivíduos à situação de trabalhadores indiferenciados, com percursos profissionais marcados pela instabilidade e pela precariedade.

- Estrutura etária com uma situação intermédia (ainda que em processo de envelhecimento) e com uma maioria de indivíduos em idade ativa.
- Inserção do concelho de Vieira do Minho num contexto envolvente marcado pelo dinamismo demográfico, o que poderá ter efeitos de contágio.

1.3.2. Tecido escolar

Verifica-se a inexistência de estabelecimentos do Ensino Superior tendo como consequência direta a saída da população para outros concelhos e outros países, mas também o baixo número de pessoas vindas para Vieira do Minho e taxas de abandono e insucesso escolar elevadas, sendo em 2001 de 4,4% e 11,3% respetivamente.

1.3.3. Atividades económicas e estruturas produtivas locais

Conforme demonstram os censos 2001, o tecido empresarial em Vieira do Minho apresenta um dinamismo inferior ao verificado noutros concelhos do Vale do Ave pelos motivos que a seguir se enumeram:

- Predomínio das atividades terciárias relacionadas com os serviços, nomeadamente os serviços sociais;
- A agricultura surge como uma atividade de referência, muito embora seja praticada frequentemente como atividade secundária, familiar e de subsistência, assumindo nestes casos uma expressividade considerável;
- O solo é pouco fértil e a mecanização da agricultura difícil, dadas as características montanhosas do terreno, o que explica a inexistência de grandes explorações agrícolas;
- A maior parte dos indivíduos que se dedicam à atividade agrícola possuem mais de 55 anos e baixas ou nenhuma qualificações, o que a torna uma atividade envelhecida;
- Atividade industrial quase inexistente cujas estruturas são de pequena e média dimensão, de tipo artesanal e tecnologia elementar;

- Contexto económico marcado pela recessão e pelas falências, com óbvios reflexos na estrutura de emprego;
- O desemprego é um dos problemas mais preocupantes para Vieira do Minho até porque não existem a nível concelhio respostas adequadas de integração profissional, sendo este essencialmente feminino com uma taxa de 15,6% em 2001;
- Maior parte da população empregada está inserida no sector terciário;
- As mulheres estão mais presentes no sector terciário, nomeadamente, na área dos serviços sociais, ao passo que a maioria dos homens desempenha atividades no sector secundário;
- Concentração populacional nas freguesias centrais do concelho (Vieira do Minho e freguesias adjacentes), agravando a situação das populações que ocupam espaços mais periféricos, uma vez que os investimentos, recursos etc. tendem a ser concentrados naquelas zonas;
- A aposta e consolidação da atividade do turismo.

1.3.4. Transportes públicos

- Escassos recursos ao nível dos transportes públicos, as dificuldades fazem-se sentir não apenas na deslocação de Vieira do Minho para outros concelhos, mas também dentro do concelho, existindo grandes dificuldades por parte dos habitantes de se deslocarem de umas freguesias para outras.

1.3.5. Manifestações lúdicas, recreativas e culturais

- Participação limitada e bastante passiva da população em termos lúdico-culturais;
- Tecido associativo pouco alargado e pouco dinâmico;
- Existência de um conjunto significativo de equipamentos e atividades de carácter lúdico-cultural, concretamente na área da leitura, da informação e do multimédia;
- Bom conjunto de espaços e equipamentos desportivos;

- Conjunto significativo de imóveis de interesse patrimonial e de recursos naturais e paisagísticos que poderão potenciar iniciativas de carácter lúdico-cultural e de dinamização turística.

Podemos, então, concluir, que Vieira do Minho possui um grau de repulsão superior ao de atração por se apresentar como um concelho marcadamente rural, onde a entreajuda e o interconhecimento predominam e as pessoas estão mais ligadas por relações de vizinhança e de identidade cultural, partilha de interesses e valores comuns, do que propriamente por relações de carácter económico.

2. Contexto Histórico e Demográfico: a emigração e o regresso em Vieira do Minho e em Portugal

2.1. A emigração

Os movimentos populacionais para além fronteiras têm sido uma constante da história nacional (Gonçalves e Machado, 2007). Mas, no decorrer dos anos sessenta, deu-se o maior surto de emigração conhecido na história do século XX de Portugal. Pela primeira vez, a França e a Alemanha superaram o Brasil nos destinos dos emigrantes. De notar, conforme descrevem Gonçalves e Machado (2007:64), que “Num intervalo de cinco anos, o peso do movimento intraeuropeu no conjunto da emigração sobe de 11,7% em 1960, para 81,5% em 1965”. Realce-se o facto de em 1968 - e segundo as estatísticas referentes à emigração legal - terem saído mais mulheres do que homens. Desta fase de emigração destaca-se o contexto político em que ela germinava e se concretizava de forma clandestina. De facto, muitos foram os que partiram “a salto”. Entre os anos de 1969 e 1971, aliás, a emigração clandestina ultrapassou a legal.

A viragem nos destinos da emigração deveu-se à promulgação de leis restritivas à emigração por parte do Brasil e ao fechamento de fronteiras por parte dos Estados - Unidos que passaram a permitir a entrada de familiares chegados, dado esta economia também ter entrado em recessão.

Podemos destacar, segundo Gonçalves e Machado (2007:66-68), alguns fatores que desencadearam o extraordinário movimento de saídas intraeuropeu (tabela n.º 3), nomeadamente:

- 1) A procura de mão-de-obra por parte dos países da Europa Continental saídos do pós-guerra e em verdadeira fase de expansão económica;
- 2) O crescimento demográfico em resultado das políticas de contenção da emigração nos anos 30 e 40, marcados pela crise económica e pelos conflitos militares;
- 3) O nível de vida da maioria dos portugueses inferior ao dos países mais desenvolvidos da Europa;
- 4) A proximidade geográfica e cultural dos novos países de acolhimento;
- 5) A informação acerca das oportunidades oferecidas no estrangeiro;
- 6) As redes de ligação existentes desde a Primeira Guerra Mundial;

- 7) O início da Guerra Colonial que, além de ter reforçado a tendência para a recusa de prestação do serviço militar, proporcionou maior desenraizamento e maior abertura ao mundo;
- 8) A experiência de exploração de Volfrâmio durante o período da Segunda Guerra Mundial, que permitiu aumentar o poder de compra e a capacidade de consumo, assim como expandiu expectativas e aspirações.

2.1.1. Emigração regular permanente 1950-1984

Tabela 3 - Emigrantes por sexos: 1950-1984

Anos	Sexo Masculino Emigrantes	%	Sexo Feminino Emigrantes	%	TOTAIS
1950	14 962	68,3	6 930	31,7	21 892
1951	23 406	69,5	10 258	30,5	33 664
1952	31 236	66,4	15 782	33,6	47 018
1953	23 976	60,4	15 710	39,6	39 686
1954	25 682	62,6	15 329	37,4	41 011
1955	18 250	61,2	11 546	38,8	29 796
1956	15 822	58,5	11 195	41,5	27 017
1957	23 118	65,4	12 238	34,6	35 356
1958	21 133	62,1	12 897	37,9	34 030
1959	18 034	53,9	15 424	46,1	33 458
1960	17 531	54,2	14 787	45,8	32 318
1961	19 590	58,4	13 936	41,6	33 526
1962	19 843	59,2	13 696	40,8	33 539
1963	25 149	63,6	14 370	36,4	39 519
1964	38 559	69,3	17 087	30,7	55 646
1965	59 139	66,4	29 917	33,6	89 056
1966	72 234	60,0	48 005	40,0	120 239
1967	48 117	52,0	44 385	48,0	92 502
1968	37 413	46,5	43 039	53,5	80 452
1969	40 505	57,7	29 660	42,3	70 165
1970	43 332	65,3	23 028	34,7	66 360
1971	29 225	58,0	21 175	42,0	50 400
1972	30 585	56,5	23 499	43,5	54 084
1973	51 660	65,0	27 857	35,0	79 517
1974	22 357	51,5	21 040	48,5	43 397
1975	12 287	49,5	12 524	50,5	24 811
1976	8 694	49,7	8 799	50,3	17 493
1977	8 896	51,6	8 330	48,4	17 226
1978	9 948	53,30	8 711	46,7	18 659
1979	10 953	53,2	9 621	46,8	20 574
1980	10 638	59,0	7 406	41,0	18 044
1981	10 182	61,6	6 352	38,4	16 534
1982	6 150	60,0	4 106	40,0	10 256
1983	3 884	56,2	3 021	43,8	6 905
1984	3 749	52,9	3 094	47,1	6 573
Totais gerais	855 969	59,41	584 754	40,59	1 440 723

Fonte: Cassola Ribeiro (1986:24) – Emigração Portuguesa: Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

No entanto, como também podemos verificar, a partir de meados dos anos 70, a emigração para a RFA e França sofre uma quebra e o movimento transoceânico volta a ganhar preponderância. Desta vez, os destinos dos emigrantes são a América do Norte, nomeadamente os Estados Unidos e o Canadá. E é neste período que segundo Rocha-Trindade (1985:21), se vai alterar a situação sociopolítica portuguesa, em plena convivência com a crise das estruturas capitalistas e, conseqüentemente, com o regresso dos emigrantes ao país de origem.

Ainda segundo os vários autores estas informações e as que apresentamos a seguir sobre os movimentos de saídas em Portugal e em Vieira do Minho, não passam de dados grosseiros que ficam muito aquém da realidade migratória portuguesa.

2.1.2. Emigração irregular e clandestina 1960 -1984

Segundo Rocha-Trindade e Arroiteia (1986:4), eram muitos os trabalhadores indocumentados desembarcados diariamente na estação de Hendaya, em França, situação que viria a atingir proporções nunca imaginadas durante os anos 60. Efetivamente França terá recebido mais de meio milhão de trabalhadores em tais circunstâncias.

Cassola Ribeiro (1986:101), diz que a França foi “O único país relativamente ao qual foi possível dispor de informações oficiais sobre as regularizações concedidas a Portugueses /trabalhadores e familiares, chegados irregularmente a território francês – o que permitiu calcular, de forma muito aproximada, o volume global dos movimentos”.

Na tabela a seguir nº 4, encontra-se informação sobre a emigração legal permanente para todos os países e a emigração clandestina para França, no período de 1960 a 1984.

Tabela 4 - Emigração legal e emigração clandestina: 1960-1984

Anos	Emigração legal permanente (Total dos países)		Emigração clandestina (França)		Emigração total	
	Emigrantes	%	Emigrantes	%	Emigrantes	%
1960	32 318	98,8	414	1,2	32 732	100,0
1961	33 526	96,4	1 270	3,6	34 796	100,0
1962	33 539	87,8	4 671	12,2	38 210	100,0
1963	39 519	73,2	14 451	26,8	53 970	100,0
1964	55 646	64,5	30 636	35,5	86 282	100,0
Total:	194 548	79,1	51 442	20,09	245 990	100,0
1965	89 056	76,1	27 918	23,9	116 974	100,0
1966	120 239	90,5	12 595	9,5	132 834	100,0
1967	92 502	87,0	13 778	13,0	106 280	100,0
1968	80 452	77,2	23 697	22,8	104 149	100,0
1969	70 165	45,7	83 371	54,3	153 536	100,0
Total:	452 414	73,7	161 359	26,3	613 773	100,0
1970	66 360	38,3	106 907	61,7	173 267	100,0
1971	50 400	33,3	100 797	66,7	151 197	100,0
1972	54 084	51,5	50 892	48,5	104 976	100,0
1973	79 517	66,3	40 502	33,7	120 019	100,0
1974	43 397	61,8	26 876	38,2	70 273	100,0
Total:	293 758	47,4	325 974	52,6	619 732	100,0
1975	24 811	55,2	20 107	44,8	44 918	100,0
1976	17 493	52,6	15 753	47,4	33 246	100,0
1977	17 226	59,4	11 763	40,6	28 989	100,0
1978	18 659	76,1	5 846	23,9	24 505	100,0
1979	20 574	63,4	11 867	36,6	32 441	100,0
Total:	98 763	60,2	65 336	39,8	164 099	100,0
1980	18 044	56,8	13 710	43,2	31 754	100,0
1981	16 534	52,9	14 721	47,1	31 255	100,0
1982	10 256	65,8	5 324	34,2	15 580	100,0
1983	6 905	55,6	5 521	44,4	12 426	100,0
1984	6 573	56,8	5 000	43,2	11 573	100,0
Total:	58 312	56,8	44 276	43,2	102 588	100,0
Totais	1 097 795	62,9	648 387	37,1	1 746 182	100,0

Fonte: Cassola Ribeiro (1986:102) – Emigração Portuguesa: Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Na tabela abaixo n.º 5 e por ordem de importância os principais países de destino dos emigrantes para o período de 1950-1984.

2.1.3. Principais países de destino dos emigrantes

Tabela 5 - Países de destino principais, por ordem de importância: 1950-1984

Países de destino	Emigrantes	%
1.º França	439 882	30,53
2.º Brasil	320 677	22,26
3.º Estados Unidos	182 474	12,67
4.º Alemanha (R.F.)	133 159	9,24
5.º Canadá	128 620	8,93
6.º Venezuela	115 487	8,02

Fonte: Cassola Ribeiro (1986:55) – Emigração Portuguesa: Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas

2.1.4. Emigração permanente e temporária: 1985-2003

A tabela abaixo n.º 6 complementa as tabelas anteriores n.ºs 3 e 4 fornecendo dados desde 1985 até 2003.

Tabela 6 - Emigração permanente e temporária: 1985-2003

Anos	Emigração Permanente e temporária
1985	14 944
1986	13 690
1987	16 228
1988	18 302
1989	-
1990	-
1991	-
1992	39 322
1993	33 171
1994	29 104
1995	22 579
1996	29 066
1997	36 395
1998	22 196
1999	28 080
2000	21 333
2001	20 589
2002	27 358
2003	27 008
Total	579 939

Fonte: Peixoto (2007:453), Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal

O fluxo migratório continua a ser claramente inferior ao verificado a partir da segunda metade da década de 60 até meados da década de 70. Contudo, a partir da década de 90, regista-se uma subida acentuada em relação à década de 80, sendo o seu número em 1992 de 39 322 emigrantes, valor mais alto neste período. Peixoto (2007:455), chama a atenção para o aumento dos emigrantes temporários a partir de 1976, atingindo até ao período em referência – 2003, valores superiores à emigração permanente. Mas, como o próprio refere, citando Baganha, até meados dos anos 90 estes emigrantes eram temporários. Ou seja, recorriam ao estatuto de trabalhador temporário por ser a única forma legal de acederem ao mercado de trabalho até conseguirem um estatuto de trabalhadores permanentes.

A partir do ano de 2004 até 2007, segundo o INE existiu uma interrupção na recolha estatística relativa à emigração. Pelo que os últimos dados que disponibiliza reportam-se ao período de 2008 a 2010, conforme indica a tabela a seguir (n.º 7).

Tabela 7 - Emigrantes, por sexo e grupos de países de nacionalidade, Portugal, 2008-2010

Nacionalidade	2008			2009			2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Total	20 357	11 642	8 715	16 899	9 665	7 234	23 760	13 589	10 171
Portugal	18 462	x	X	14 138	X	X	22 127	X	x
União Europeia (s/PT) 27	161	x	X	254	X	X	269	X	x
Extra UE	1 734	x	x	2 507	x	x	1 364	X	x

Fonte: www.ine.pt

Verifica-se que, em 2010, se estima terem saído de Portugal 23 760 indivíduos, o que nos permite concluir da não existência de grandes alterações no número dos fluxos migratórios a partir de 1998. Situação que pode estar a alterar-se no presente ano, por efeito direto da crise e da falta de emprego.

Convém ainda sublinhar, tal como referem os autores Morais et al. (2003: 63), que é a partir de 1992 que os fluxos migratórios começam a apresentar novas características, nomeadamente:

- Os países de destino dos novos emigrantes continuam a ser os mesmos dos seus antecessores, mas com alterações na sua importância relativa. Aparecem outros países como, por exemplo, a Suíça que, em certos períodos, vai liderar como principal país recetor;
- Ao contrário das vagas emigratórias dos anos 60, os emigrantes apresentam mais habilitações e competências profissionais;
- A população que emigra é essencialmente jovem;
- Existe um maior peso da componente masculina sobre a feminina.

2.1.5. Emigração legal em Vieira do Minho

Os dados que foi possível recolher e que a seguir se apresentam na tabela n.º 8, referem-se apenas à emigração legal, pois não foi possível encontrar em estudos já realizados indicadores relativamente à emigração clandestina para o caso específico do concelho de Vieira do Minho.

Tabela 8 – Emigração legal no Concelho de Vieira do Minho 1960/1977

	1960	1965	1970	1976	1977	Total
Canadá	3	4	2	1		10
Brasil	76	21	9			106
Venezuela				2	1	3
França	8	212	109	6	5	340
Rep. África do Sul		1				1
Alemanha		7	18	1		26
Reino Unido			2			2
Oceânia			1			1
Ásia				1		1
Outros países				5	10	15
Total:	87	245	141	16	16	505

Fonte: Ministério do Interior, Boletim da Emigração (1960; 1965); Secretariado Nacional da Emigração – Boletim Anual (1970); Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas – Boletim Anual (1976/1977)

A primeira conclusão a que chegamos é a de que Vieira do Minho seguiu a tendência nacional, uma vez que é a partir de 1965 que se dá a grande viragem no destino dos emigrantes vieirenses. França passa a ser o país de eleição e o Brasil é relegado para segundo lugar e com perdas acentuadas ao longo dos anos seguintes em detrimento de países como a Alemanha. A segunda conclusão é a de que se analisássemos os movimentos migratórios no Concelho de Vieira do Minho apenas pelos dados constantes nestas tabelas, concluiríamos que o fenómeno migratório praticamente não existiu. No entanto, e como podemos constatar nos dados estatísticos, a emigração clandestina para França a partir de 1969 até 1974 ultrapassou a emigração legal.

A minha experiência como responsável pelo Gabinete de Apoio ao Emigrante da Câmara Municipal de Vieira do Minho no período de Janeiro de 2003 a Outubro de 2009, e as entrevistas efetuadas permitem concluir a existência de um movimento migratório bastante mais significativo, isto deveu-se sobretudo à emigração clandestina para França por parte do sexo masculino. Como é por todos conhecido, este foi um concelho de forte emigração, primeiramente para França e Alemanha e, depois, também para a Suíça e o Luxemburgo.

2.2. O regresso

Segundo vários autores, o aparelho estatístico português não está preparado para fornecer dados que permitam conhecer diretamente o fluxo dos emigrantes portugueses que regressam

a Portugal, ou melhor, não dispõe de informação acerca das características demográficas e socioeconómicas deste segmento da população.

De qualquer modo, é possível, com base numa avaliação indireta, formular algumas hipóteses.

Manuela Silva et al. (1984:21-8) esclarecem que:

“Não se dispõem de estimativas fiáveis quanto ao retorno de emigrantes portugueses a Portugal, nem estão formuladas quaisquer previsões de retorno para os próximos 10 ou 15 anos”. E que à semelhança das recomendações dos vários especialistas os recenseamentos “...constituem as únicas fontes estatísticas, que no plano nacional, permitem uma abordagem detalhada do movimento de retorno de emigrantes, no âmbito da avaliação indirecta do fenómeno. Com base em questões de natureza retrospectiva lugar de residência em datas anteriores ao momento censitário, torna-se possível avaliar o fluxo de retornos, em determinado período de observação”.

Saliente-se que o método adotado apresenta múltiplas limitações com grau de incerteza nos cálculos, pois tal como afirmam Amaro et al. (1984:196), “... a estrutura da informação de base disponível não permite a avaliação do movimento de retorno segundo o país de origem”.

Nas tabelas seguintes apresentam-se os dados que foram possíveis obter através da análise aos censos de 1960 e 1970.

Tabela 9 - Distribuição em percentagem do retorno de emigrantes no distrito de Braga

Distritos	Concelhos	Percentagem		
		1960	1966-1970	1970
Braga	Barcelos, Guimarães, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vila Verde	1,1	-	4,2

Fonte: Manuela Silva et al. (1984:35) - Retorno Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal

É importante verificarmos que o distrito de Braga, absorvia em 1960 uma percentagem do total dos retornos relativamente reduzida quando comparada com o ano de 1970. E esta foi a tendência a nível nacional, pelo que afirma Manuela Silva et al. (1984:30): “Comparativamente a 1960, o retorno registado na última metade da década de 60 e em 1970 caracteriza-se por um acréscimo significativo. Entre 1960 e 1970, o retorno de emigrantes duplica em termos nacionais”. Mais refere, que desde 1970 até 1982 o número de retornos foi sempre aumentando sobretudo a partir de 1978 (1984:67).

Tabela 10 - Distribuição do retorno por sexo em Portugal (%)

Sexo	Retorno	
	1960	1970
H	59.8	62.7
M	40.02	37.3

Fonte: Comissão de Coordenação da Região Centro (1984: 198) - Emigração e Retorno na Região Centro

Como podemos constatar, o perfil do retorno apresenta acentuadas características de masculinidade, uma vez que em proporção regressam mais homens que mulheres.

Tabela 11 - Repartição da estrutura dos emigrantes retornados por grupos etários no distrito de Braga (%)

Ambos os sexos, 1970			
Distrito	Grupos etários		
	1- 19	20-59	60 e +
Braga	15,8	78,0	6,2

Fonte: Amaro et al. (1984:199) - Emigração e Retorno na Região Centro

A grande maioria dos emigrantes retorna ainda durante a idade ativa.

De um modo geral e para o período de 1960 a 1970, podemos chegar, de acordo Amaro et al. (1984:198-202), às seguintes conclusões relativamente aos movimentos de retorno:

- É nas idades ativas mais jovens (menos de 34 anos) que se concentra a maior percentagem de emigrantes, verificando-se o maior retorno masculino a partir dessa idade. Efetivamente, na altura da chegada a Portugal, 59% dos inquiridos encontrava-se no escalão etário dos 30 aos 49 anos, sendo apenas 30% os que tinham 50 e mais anos de idade. De notar ainda que 11% regressam com menos de 30 anos. Tanto no caso dos homens como no das mulheres são pouco relevantes as percentagens quer de emigrantes quer de retornos com 65 e mais anos;

- Somente menos de 5% dos emigrantes retornados são solteiros e 91.2% encontram-se casados. Aliás, apenas 12.4% declararam não serem já casados, quando emigraram pela primeira vez .

Para complementar e atualizar os estudos desenvolvidos na década de 80, Fernando Martins (s.d.), analisou o regresso dos emigrantes nacionais com base nos censos de 1960:1970:1981; 1991 e 2001, tendo chegado à conclusão que o regresso de emigrantes a Portugal se intensificou, ao passar de 121 398 indivíduos no quinquénio de 1986-1991 para 141 857 no quinquénio 1996-2001, tendência esta que continua a ocorrer nos nossos dias (s.d. 18-9).

Convém ter presente, dado estar em análise o concelho de Vieira do Minho, que na região do AVE a percentagem de emigrantes regressados no período de 1996-2001 foi ligeiramente inferior à dos períodos de 1976-1981e de 1986-1991, conforme indica a tabela n.º 12.

Para o caso específico de Vieira do Minho, não foi possível encontrar em estudos já realizados indicadores relativos ao retorno definitivo. Foram efetivamente solicitados dados

ao INE mas a resposta foi a de que o INE, através das estatísticas demográficas, apenas disponibiliza dados sobre emigrantes que saem do país e não dos que regressam.

Tabela 12 - Repartição percentual dos emigrantes regressados às NUT do Continente

(1976-81, 1986-91 e 1996-2001)

NUT II e III	%		
	76-81*	86-91	96-01
NORTE	33,2	39,8	37,9
Alto Trás-os-Montes	4,2	4,0	4,7
Ave	5,4	5,3	5,2
Cávado	3,8	4,7	5,1
Douro	2,8	3,0	3,5
Entre Douro e Vouga	2,6	4,5	3,5
Grande Porto	7,1	9,8	7,0
Minho Lima	4,6	5,0	5,2
Tâmega	2,7	3,5	3,9
CENTRO	33,0	30,7	34,0
LISBOA	24,9	20,4	19,3
ALENTEJO	4,2	3,9	4,8
ALGARVE	4,7	4,6	4,0

*Excluindo os retornados das ex-colónias.

Fonte: Fernando Ribeiro Martins (s.d. : 6) O Regresso de Emigrantes Portugueses entre 1975 e 2001

De todo o modo, segundo Gonçalves e Machado (2007:71), no período de 1974 a 1981, regressaram a Portugal 182.000 emigrantes, um movimento sem precedentes na história nacional, excetuando o regresso dos desalojados das ex-colónias após a revolução do 25 de Abril e que este fenómeno se deveu aos seguintes fatores:

- 1) À política de incentivo ao retorno dos imigrantes;
- 2) À perceção de uma maior insegurança nos países de acolhimento;
- 3) À Revolução dos Cravos, movimento que poderá ter contribuído para acalantar expectativas promissoras em relação à integração na sociedade de origem, já que muitas pessoas antes de emigrar se viram subjugadas ao regime salazarista, tendo sido este aliás um dos motivos que originou a saída de inúmeros contingentes, quer fosse em espaços urbanos ou rurais;
- 4) Ao aproximar da idade da reforma, ou da idade ideal para ingressar profissionalmente;
- 5) À decisão sobre a educação e o encaminhamento dos filhos, ou na sociedade de acolhimento, ou na sociedade de origem.

Convém não esquecer que todo este movimento de regresso sem precedentes na história da emigração portuguesa e os motivos acima referidos são incluídos em contextos históricos de

emigrantes que saíram para o estrangeiro sobretudo a partir da década de sessenta, e que segundo Rocha Trindade (1976, cit. in Gonçalves e Machado, 2007:70), se sentiam profundamente animados pelo projeto de regresso e, portanto, pela perspectiva de uma estadia temporária no estrangeiro. Ainda de acordo com a mesma autora (1983), a situação usual era a de forte poupança para mobilização rápida de capital, sobretudo para construção de habitação própria na sua terra natal e até mesmo o reagrupamento familiar era mais destinado a multiplicar oportunidades de remuneração do que a transplantar a família para outro país, com carácter definitivo. Ou seja, todos os projetos de emigração se reduzem a aspetos da vida material – era o chamado emigrante económico – tipo. Em suma, a ideia que fica para a história destes emigrantes da primeira geração é a de alguém que voltará para donde veio e para onde pertence.

E se estes motivos são válidos para os emigrantes dos anos sessenta e quando muito para os dos anos setenta, o mesmo não acontece para aqueles dos anos oitenta, para quem, segundo Monteiro (1994:3), os projetos de regresso parecem ter sido adiados pelo facto das expectativas de mobilidade social serem diferentes sobretudo devido ao alargamento dos espaços territoriais de referência, que ficou a dever-se em grande parte à diluição das fronteiras. Aliás segundo Gonçalves e Machado (2007:71), é já a partir de 1974 que se começa a consolidar entre os emigrantes uma nova postura face ao futuro, que tendia a preterir o regresso definitivo a Portugal relativamente à ancoragem em França, e que esta mudança de atitude se deveu ao facto do emigrante ter vindo progressiva e intencionalmente a repartir os seus investimentos materiais e simbólicos em ambos os países, salvaguardando as alternativas mais favoráveis, fossem de âmbito social ou económico.

3. Problematizar emigração e regresso

3.1. As teorias explicativas das migrações

Os autores que têm estudado os fenómenos migratórios são da opinião de que as causas que motivaram as pessoas a emigrar assentam, sobretudo, em razões de ordem económica. Os mesmos escreveram: “No caso da emigração portuguesa das últimas décadas, não há dúvida de que foram as razões económicas que se revelaram mais determinantes na decisão de emigrar...as razões mais citadas...são as que se referem ao baixo nível de rendimentos, ao desemprego e subemprego (trabalhava-se muito e ganhava-se pouco), e à inacessibilidade aos bens elementares (não tínhamos que comer, não tinha casa)” (Amaro et al., 1984:214).

Mas o motivo económico não justificava e continua a não justificar, por si só, a natureza do processo migratório. Há outros elementos de ordem afetiva, social e cultural que afetam diretamente a decisão de emigrar, tal como postulam os enquadramentos teóricos designados por “teorias explicativas das migrações”.

Peixoto (2004), divide as teorias explicativas das migrações em dois tipos: as de natureza microsociologias e as de natureza macrosociológicas.

As primeiras tentam explicar os fluxos migratórios através das seguintes teorias: i) modelos push/pull e do capital humano; ii) teoria do ciclo de vida e da trajetória social.

No essencial, os primeiros defendem que o agente individual pondera antes de emigrar sobre os custos e os benefícios a médio e longo prazos numa eventual emigração, atendendo às condicionantes externas de ordem económica, pessoal, social e cultural existentes no seu país e no país para onde pretende emigrar.

Mas, se neste esquema de explicação, se considera que o agente individual atua exclusivamente a pensar em si, em termos de oportunidades de trabalho, valorização pessoal, valorização profissional, cultural etc., nas teorias do ciclo de vida e da trajetória social argumenta-se que as decisões dos indivíduos são contingentes, dependem dos contextos em que vivem e da forma como estes contextos se revelam mais ou menos importantes para si. Ou seja, argumenta-se que o agente individual fica condicionado na sua decisão de emigrar às realidades coletivas que o envolvem como o casamento, as doenças familiares, entre múltiplas outras.

De qualquer modo, estas teorias explicativas convergem na forma como sobrevalorizam a tomada de decisão individual. Para ambas, o indivíduo é o principal agente de decisão, ainda que nesta estejam contidos condicionamentos sociais.

As segundas – teorias macrossociologias - tentam explicar os fluxos migratórios com base nas teorias designadas por: i) teoria do mercado de trabalho segmentado e da economia informal; ii) teoria das estruturas espaciais, sistemas-mundo e sistemas migratórios; iii) teoria das instituições, redes migratórias, laços étnicos e sociais. Nas primeiras propõe-se que as débeis condicionantes estruturais existentes em determinada região forcem o indivíduo a emigrar independentemente da sua vontade para zonas onde exista maior atividade produtiva e onde possa, pelo menos, aspirar a melhorar o seu nível de vida. As segundas sugerem, no mesmo sentido, à transnacionalização da atividade produtiva e, logo, a consequentes movimentos populacionais que se desencadeiam na procura de trabalho, assim como às afinidades culturais ou aos interesses particulares de determinadas regiões. E as terceiras abordagens argumentam que as instituições, as redes e as comunidades étnicas e solidárias tomam o lugar dos agentes individuais na decisão de emigrar.

Ora, como facilmente percebemos e ainda segundo o autor, não é fácil fazermos uma distinção absoluta entre entes dois grandes tipos de teorias, pois, de algum modo, elas complementam-se. Se é certo que na argumentação com base na análise dos motivos push/pull se destaca a autonomia individual na decisão de emigrar, as abordagens seguintes alertam para o facto de estas decisões serem tomadas no interior de condicionantes advindas do território e da sociedade nos países de origem.

Concluindo, como vemos, não se emigra apenas por motivos económicos. As explicações que têm sido dadas para os contínuos fluxos migratórios são diversas e por vezes não consensuais. Contudo, parece ser inquestionável que, além dos motivos económicos, que indubitavelmente se posicionam em primeiro lugar na decisão de emigrar pela fuga à miséria e à falta de trabalho em determinadas regiões, há também motivos de ordem familiar, tradição histórica (redes de solidariedade de familiares e amigos), espírito aventureiro, isolamento cultural, interesses particulares, perseguições políticas e religiosas, entre muitas outras que subjazem à decisão de emigrar.

3.2. Processos de integração nas sociedades de acolhimento

Os estudos mais orientados para a análise dos processos de inserção nas sociedades de acolhimento divergem. Segundo Gil Pereira (1985:15;25), na década de setenta assistiu-se a um surto de associações portuguesas em França, o que comprova que o associativismo é uma necessidade adquirida nos primeiros anos de instalação dos emigrantes, quer seja devido à tentativa de busca do ambiente tradicional para convívio social, no sentido de manter e cultivar a identidade cultural, quer seja devido à procura de soluções para as dificuldades postas por um meio ambiente diferente do seu, criando mecanismos próprios de defesa dos seus interesses, promovendo uma presença ativa no campo da integração numa sociedade diferente e nem sempre muito permeável.

Com efeito, o mesmo autor refere que:

“O Universo das associações portuguesas em França, de acordo com os elementos existentes no Instituto de Emigração, era constituído por 290 associações...distribuídas pelos departamentos... a quase perfeita e natural correspondência entre o número de associações e as manchas populacionais, segundo os departamentos e regiões...38 associações indicaram contactos para convívio social (assistência a festas, bailes, intercâmbio de impressões e informações etc.); 39 associações indicaram relações culturais e recreativas (ensino, teatro, música, folclore, etc.); 47 associações indicaram contactos puramente desportivos” (1985:14-5;50).

Da opinião do autor é Cordeiro (cit. in Portela e Nobre; 2002:1116) quando afirma que:

“ É a partir da abundância das redes informais de interajuda entre portugueses que vai nascer o maior movimento associativo de «comunidades» jamais conhecido na história da imigração em França”.

Pelo contrário, Monteiro (1994:10-11), afirma que, na realidade, não era assim tão grande a vontade dos emigrantes em integrarem associações de portugueses no estrangeiro. Para este, os relatos como o de Gil Pereira não passavam de uma tentativa por parte do Estado Português, através dos seus organismos, nomeadamente a Secretaria de Estado da Emigração, de criar movimentações por parte dos emigrados em torno do lema “comunidades portuguesas”, ou seja, criar esta ideia generalizada de que existem laços estreitos que unem os emigrantes aos seus países de acolhimento seria do interesse de Portugal. O autor segue, aliás, a mesma linha de orientação de Pena Pires (2003) e de Amaro et al. (1984). Consideram estes que, muito embora, nas fases iniciais de integração, as populações imigrantes com menos recursos, mais rotinização e menor capacidade de aprendizagem possam integrar redes de interação intramigrantes, estas, por si só, não são suficientes para impedir a possibilidade de uma progressiva inclusão em quadros de interação autóctones, até porque a aprendizagem social, entretanto realizada, facilita a progressiva inclusão em novos espaços de sociabilidade. E, se considerarmos, ainda que a população que emigra é essencialmente jovem, então, como

afirmam Rocha-Trindade e Arroteia (1986:23), é fácil compreender-se que haja uma maior abertura à novidade e à compreensão da sociedade onde se inserem.

Com efeito, os vários estudos realizados têm demonstrado que o grau de inserção e de sucesso no país de emigração é bastante elevado a avaliar pela situação familiar, pelo conhecimento da língua, pela participação associativa e sindical e pelos resultados materiais alcançados.

3.3. As relações entre os emigrantes e os seus países de origem

A temática do retorno é vasta, desde logo porque implica saber mais do que os motivos que levam os indivíduos a regressar aos países de origem. Ela implica, tal como já foi referido anteriormente, a análise sobre os processos de reintegração nas sociedades de saída, incluindo o perfil de políticas públicas destinadas aos emigrantes, nas suas múltiplas vertentes.

Rocha-Trindade (1983:8), considera, que no início da emigração, o emigrante não está naturalmente em posição de avaliar o tempo que medeia entre os dois pontos que constituem o princípio e o fim do seu itinerário migratório, ou seja, iniciado com o ato da primeira saída, deixa em aberto a altura do regresso, sempre imaginado como certo, mas sem data precisa de concretização. Refere ainda a autora e Villanova (cit. in Gonçalves e Machado 2007: 69-70), que os emigrantes dos anos 60 se encontravam profundamente animados numa primeira fase pelo projeto de regresso e, portanto, pela perspectiva de uma estadia temporária no estrangeiro, mantendo um nível inédito de interação com as comunidades de origem onde os investimentos alimentavam os negócios; as casas de arquitetura *sui generis* se multiplicavam pela paisagem; os cônjuges tinham a oportunidade de permanecer na sociedade de origem e os filhos podiam enveredar por fazer as suas carreiras em Portugal custeadas pelo desafogo económico propiciado pela emigração. Assim, a sociedade de origem vai permanecer como sociedade de referência e o período vivido no estrangeiro considerado um período suspenso, uma vida encarada como menor, como se se resumisse apenas a casa, cama e trabalho, aquilo a que Albertino e Conceição Gonçalves (1991:149), apelidam de uma existência posta entre parênteses, que a partida abre, e que o regresso fecha. Resumindo, durante bastante tempo perdurou a ideia segundo a qual os emigrantes portugueses, especialmente os que emigraram para a Europa, França, Alemanha e Suíça, tinham uma ligação extremamente forte com o país de origem que os levava a projetar, desejar e efetuar o retorno logo que isso lhes fosse

economicamente possível. Os estudos indicavam haver uma fixação em Portugal e nos projetos que visionavam ser seus no futuro, neste país.

Contudo, se esta fixação ainda é forte, ela está muito mais ténue e é muito diversa e heterogénea. Albertino Gonçalves e Conceição Gonçalves (1991:158), afirmavam no início dos anos 90 ser “falsa” a ideia de que “O emigrante varre o tempo de estada no estrangeiro para o sótão do esquecimento, apagando-o completamente da memória”.

Com efeito, não só se verificam efeitos muito concretos das realizações dos emigrantes nos países de acolhimento nos seus projetos de fixação nesses países, como se observa, da parte dos emigrantes, uma crítica veemente a diversas realidades que vivenciam em Portugal. De fato, todos sabemos que quando se encontram em Portugal os emigrantes exasperam com as burocracias do Sistema Nacional Português, nomeadamente com a prestação de serviços de saúde. Esta mudança, deve-se à alteração da situação do emigrante, que vai começando a desenvolver novas aspirações acabando por adiar o regresso definitivo, mesmo que muitas vezes se encontre preso a dois países e a duas sociedades. Isto acontece, porque o emigrante cai num novo quadro de trabalho profissional e na teia de uma estrutura social diferente. É toda uma alteração de referenciais que vai tomar conta sua vida (Rocha-Trindade, 1983:9). Os filhos nascidos e educados no estrangeiro são cada vez mais relutantes a um regresso definitivo e as mulheres, recordando a pressão e o controlo que sobre elas era exercido no meio tradicional, também não querem voltar. De fato, para quem viveu e trabalhou durante tanto tempo noutro país e aí organizou toda uma vida, torna-se difícil regressar, pois é como se tivesse novamente de renunciar a tudo e emigrar de novo. O certo é, que devemos entender que a partir de meados dos anos 80, os emigrantes passaram a encarar as sociedades de origem e de acolhimento de outra forma. Iniciou-se uma crescente preocupação com a qualidade de vida, porque o cenário mudou, diminuiu a extrema obsessão e dependência da terra natal e as atitudes, vontades e projetos começaram a ser outros (Albertino Gonçalves e Conceição Gonçalves, 1991:148). Tudo se passa como se os emigrantes tivessem começado a “jogar em dois tabuleiros, apostando em ambos os países, repartindo os investimentos materiais e simbólicos ou orientando a educação dos filhos de modo a salvaguardar as diversas alternativas plausíveis, justificando expressões tais como “cá e lá”, ou, “sentado entre duas cadeiras” (Gonçalves e Machado, 2007:71).

Segundo Gonçalves e Machado (2007:71-72), vários foram os fatores que confluíram para esta alteração de horizonte de vida, sobretudo para os emigrantes integrados na sociedade francesa, nomeadamente:

- 1) O reagrupamento familiar e a extraordinária abertura e aculturação das mulheres à sociedade francesa;
- 2) O encaminhamento dos filhos e depois dos netos, fosse em termos de ensino, de ordem profissional ou outros;
- 3) Os numerosos exemplos de regressos fracassados, alguns terminados em reemigração;
- 4) A entrada de Portugal na comunidade europeia, que terá contribuído para a criação do sentimento de segurança que anos antes falhara;
- 5) O esmorecer dos atrativos de Portugal: alguns laços desapareceram e outros corroeram-se e o facto de não serem reconhecidos no seu país como a seu ver mereciam;
- 6) A diferença significativa da qualidade de vida entre os dois países, principalmente no que se refere à segurança social e ao sistema de saúde;
- 7) A proximidade e o desenvolvimento dos transportes. Não é difícil sobretudo para os reformados multiplicar curtas estadias em Portugal. Por outro lado as visitas deixam de obedecer a um sentido único, sendo os familiares cada vez mais convidados a deslocarem-se a França.

Refere ainda Monteiro (1994:7), que: “O retorno é um dos pressupostos dados como naturais, ainda que não se conheçam com rigor os dados sobre a percentagem dos que regressam, ou mesmo que esses dados indiquem que a maioria não regressa é tempo de questionar esse pressuposto pois milhares e milhares dos nossos compatriotas – e em particular dos seus filhos – são felizes lá fora, ou pelo menos, já tão inseridos na trama dos povos que os acolheram que a ideia mítica do regresso só a isso se resume”. Podemos então dizer, que a literatura neste campo é significativa, os autores tendem a focar as suas análises nas modalidades de regresso, analisando os processos imaginados e concretos (reais) desse movimento. Se, no início das vagas de retorno, especialmente mais acentuadas nos finais dos anos 70, por efeitos da mudança sociopolítica verificada, os regressos, em particular os transatlânticos, eram objeto de um projeto definitivo, a partir dos anos 90, como verificamos, são objeto de decisões que contêm um elevado grau de incerteza. Para Leandro, que classifica o retorno em três fases – o desejado, o diferido e o realizado – o regresso tem mais

possibilidade de se tornar definitivo quando as famílias regressam com os filhos até aos 13 anos. Os regressos a que assistimos pós anos 90 marcam movimentos mais característicos de famílias que regressam sem os filhos, que os deixam nos países de emigração. E isso muda bastante o contexto do projeto de regresso, mapeando muito a sua via futura.

O retorno não é um fenómeno pessoal e individual ou sequer apenas familiar. O movimento de regresso a um país de onde se saiu após um intervalo considerável de anos traz questionamentos que são de ordem social e política e também económica. Para muitos emigrantes que foram para outros países e que passaram muitos anos fora, a enviar divisas para Portugal, a comparação entre a sua terra de antes e a sua terra de agora é inevitável. Na perspetiva de Trindade, os governos locais e centrais não têm sabido criar redes de identificação/solidariedade, bem como estruturas, capazes da prestação de serviços reais e não burocratizados, seja nos domínios social, económico ou cultural. Em 1983 a autora referia “O mais importante é criar condições concretas, úteis, visíveis, para enquadrar possíveis regressos e facilitar a reinserção dos seus sujeitos num todo nacional” e que “(...) Se a emigração portuguesa foi e continua a ser de raiz eminentemente económica, o regresso voluntário assentará sobretudo numa compulsão de raiz cultural e afectiva”.

Em suma e tal como afirma Monteiro (1994:20), há toda uma ideologia folclórica que vai glorificando o mundo rural nas suas alegadas tradições, é recorrente o risco da mitificação e da mistificação da vida do camponês. Ou seja, é fácil reativar a ideia do emigrante que parte camponês da sua terra, de onde se julga que antes pouco ou nada tinha saído, e cujo grande desejo continua a ser voltar a ela. Esta ideologia é proveniente dos discursos políticos e materializada em estudos superficiais que não explicam realmente o que os emigrantes fazem e sentem.

3.4. A reinstalação na sociedade de origem

Que lugar e valor reconhecer aos emigrantes regressados e aos seus atributos?

Afinal, os emigrantes partiram para melhorar a sua condição material, mas também social. Daqui resultam diferenças profundas, entre os que por estar fora evoluíram no contacto com outras gentes e outras culturas, e os que de dentro do país, não acompanham ao mesmo ritmo esse tipo de evolução. De salientar que os hábitos de consumo, de vestir, decoração de interiores, educação dos filhos, encaminhamento de assuntos importantes ou triviais não são

os mesmos (Rocha Trindade, 1982:5). Geram-se, assim, discórdias, conduzindo a atitudes discriminatórias por parte dos residentes no país, apelidando os emigrantes de exibicionistas, de promoverem o culto do dinheiro e do estrangeiro, sendo muitas vezes alvo de maledicência e de anedota. É curioso verificar que as classes médias titulares de diplomas são aquelas que são mais propensas a condutas de evitamento no sentido de evitar escapar à concorrência, enquanto as classes populares revelam estratégias de inclusão dos emigrantes: vejam-se os casos da receção aos emigrantes nas aldeias associada à Saga do Emigrante - a entrega ao trabalho, a coragem, a desenvoltura, a ambição, a obstinação e a honestidade (Gonçalves e Machado, 2007:75). Verdadeiros marcos simbólicos da trajetória do emigrante são as casas que transformaram a paisagem pela arquitetura e localização, constituindo verdadeiros marcos simbólicos da trajetória do emigrante. Aliás a dinâmica da emigração parece ter beneficiado cidades como Braga que acolheram investimento e consumo dos emigrantes, favorecendo setores como os serviços, o comércio e a construção civil. Contudo, embora as remessas dos emigrantes tivessem contribuído para o equilíbrio das finanças nacionais e para a acumulação de reservas, conduziram também a uma certa letargia da economia, uma vez que serviam, sobretudo, para suportar as importações e o consumo e não para o investimento no tecido produtivo, tendo nomeadamente a agricultura estagnado. Efetivamente, mesmo para as regiões de origem dos emigrantes, as suas poupanças e as suas remessas contribuíram fundamentalmente para o consumismo local, tendo o pouco investimento sido aplicado praticamente na construção civil, no pequeno comércio e na restauração (Gonçalves e Machado, 2007:79-80).

Com efeito, o Estado descuidou em larga medida o apoio à inserção dos emigrantes nos países recetores, com tudo o que isso implicou em matéria de abandono, imprevidência e desperdício (Gonçalves e Machado, 2007:79), ou seja, a emigração facultou muitos recursos, sobretudo materiais, no entanto verificaram-se desfasamentos quanto às possibilidades de investimento e quanto às oportunidades de vida (2007:80-1). Mais refere Manuela Silva (1984:21), que não existiu em Portugal uma política de retorno com uma estratégia de orientação global ficando este apenas entregue à lógica de projetos individuais sem qualquer referencial de conjunto. Segundo Paulo de Moraes et al. (2003:69-75), é necessário promover a formação profissional, informações sobre oportunidades de investimento e necessidades de mão-de-obra promovidos por instituições especializadas, até porque a sua vinda como agente produtivo traz qualificações, experiência, investimento, inovação e modernização dos espaços rurais. Importante será ainda à semelhança da experiência de Rocha-Trindade (1982), criar ações de

Sensibilização Comunitária em Meio de Forte Emigração. Será ainda essencial, como afirma Engrácia Leandro (2000:63), analisar as aspirações das famílias aquando da passagem de uma sociedade para outra, tendo em consideração as mudanças culturais e sociais que continuam a moldar a sua vida.

Nas palavras de Manuela Silva et al. (1984:21):

“O... retorno poderá ser visto como um factor potencialmente positivo do desenvolvimento das áreas geográficas deprimidas se se admitir que os emigrantes que regressam ao país de origem apresentam um perfil demográfico e sócio-profissional favorável ao desenvolvimento. Esta situação será tanto mais potenciadora de progresso económico e social quanto os emigrantes regressados revelarem boa propensão a inserirem-se na actividade económica regional e se apresentarem dotados com capacidade de inovação, sentido de investimento e espírito empreendedor, que canalizam para as suas terras de origem. Será que tal se tem verificado com os emigrantes regressados a Portugal?”.

A nível regional e nacional, foram elaborados estudos tendo por base a realização de inquéritos distribuídos pelos emigrantes, os quais versavam sobre a problemática do retorno. Os mesmos foram conduzidos por Amaro et al. (1984:202-215) e Manuela Silva et al., (1984:100;115;126-7;130-1;149-52), que chegaram às seguintes conclusões distribuídas pelos seguintes temas:

Nível familiar: das famílias retornadas, 72% ainda têm de se preocupar com o sustento e a educação dos filhos. Cabe também referir que 25.0% deixaram os filhos no estrangeiro, essencialmente por lá terem casado ou arranjado emprego;

Nível de instrução e formação profissional: o nível de instrução e de formação profissional do emigrante que retorna é muito precário. A permanência no estrangeiro não se traduz em maior formação profissional. Na generalidade dos casos de retorno 85% declararam que nunca frequentaram qualquer curso no estrangeiro;

Atividade económica: a agricultura e a construção civil são os dois grandes sectores de absorção de emprego. Só cerca de metade dos emigrantes retornados voltam a entrar na atividade económica. Ou seja, uma boa parte da atividade do emigrante regressado diz respeito ao amanho da sua propriedade agrícola em termos essencialmente familiares ou, então, ao exercício de uma atividade não agrícola como isolado, amortecendo, assim, muito consideravelmente, o impacto efetivo no mercado de trabalho;

Consumo: As alterações nos padrões de consumo do emigrante ao regressar a Portugal, nomeadamente na inovação quanto ao vestuário e o acesso a determinados bens tidos como símbolos de subida do nível de vida e de estatuto social;

Investimento: a forma de aplicação predominante da poupança mostra que o ex-emigrante raramente se converte em investidor produtivo. Os sectores tradicionais (agricultura e certas indústrias), acolhem aparentemente, mais investimentos de conservação das estruturas do que de reconversão/transformação. Tendência nítida por parte dos emigrantes de se isolarem na atividade empresarial ou para de associarem a familiares;

Inovação: de um modo geral, o emigrante regressado não se diferencia significativamente enquanto trabalhador dos seus conterrâneos não emigrantes pelas seguintes razões: os emigrantes, quando no estrangeiro foram, na sua grande maioria, assalariados, normalmente não qualificados ou pouco qualificados, condições pouco propícias à sensibilidade e ao controle da questão da inovação. Será sempre nos moldes do pequeno produtor tradicional do que em termos do empresário capitalista típico; a emigração os postos de trabalho ocupados não são na sua maioria de molde a proporcionar o acesso e compreensão do progresso tecnológico; o nível de instrução e formação geral dos emigrantes é muito baixo o que dificulta só por si o acesso a novas formas de produção; formação profissional é muito reduzida, facto de o emigrante regressar para regiões carenciadas e onde não existe uma dinâmica de desenvolvimento, nem enquadramento, não o estimula a ser inovador, ele que para mais nunca foi um empresário;

Grau de inserção no meio: a adaptação à vida local é considerada como a principal dificuldade a par da dificuldade em encontrar trabalho;

Atitude quanto a uma nova emigração: os que residem nos concelhos suburbanos mostram-se mais dispostos do que os rurais a voltar a emigrar. São as mulheres que mais gostariam de voltar a emigrar, o que está relacionado com o facto de serem elas que mais sentem a diferença que existe entre o nível de vida do dia-a-dia entre Portugal e o país de emigração.

Por tudo o que foi afirmado anteriormente, conclui-se que os traços dominantes da reinserção em Portugal são o regresso à agricultura ou à inatividade e que mais especificamente no caso das mulheres houve um regresso à situação tradicional de donas de casa, depois de uma boa parte ter trabalhado fora de casa durante a emigração e daí serem estas a ter uma atitude mais positiva quanto a uma nova emigração.

4. Metodologia

Porque o nosso objeto de estudo em termos gerais é descrever, analisar e compreender as histórias da emigração em Vieira do Minho nas suas diferentes dimensões, a opção recaiu sobre a metodologia de investigação qualitativa por possuir, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), cinco características fundamentais: 1) a fonte direta de dados é o ambiente natural constituindo o investigador o instrumento principal; 2) é descritiva; 3) os investigadores interessam-se mais pelo processo do que pelos resultados; 4) os investigadores tendem a analisar os seus dados de forma indutiva; 5) o significado é de importância vital. Não é descurada no entanto a metodologia quantitativa, tendo em conta a necessidade de recorrer à análise dos dados estatísticos relativos aos fluxos migratórios.

4.1. Método

O estudo situa-se geograficamente no Concelho de Vieira do Minho.

Face aos objetivos que nos propusemos alcançar com a presente investigação, recorreremos à entrevista aprofundada. De acordo com Duarte (2004;215), “As entrevistas são fundamentais quando se precisa/deseja mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios de universos sociais específicos, (...) elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, colectando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade (...)”. É tendo em mente tais características e com a intenção de identificar e compreender as histórias de emigração em Vieira do Minho que optámos por aplicar este tipo de entrevistas.

Utilizou-se o guião das entrevistas do tipo semiestruturado, ou seja, com questões orientadoras, para garantir que os diversos participantes respondiam às mesmas perguntas, a fim de obtermos dados comparáveis entre os vários sujeitos. Foi dado espaço às narrativas dos entrevistados e, quando necessário, foram-se introduzindo perguntas de lembrança. Foram feitas questões não apenas relacionadas com o regresso, mas com todo o percurso migratório do emigrante pelas razões já apontadas (ver anexo 1). Previamente às entrevistas foram estabelecidos contatos telefónicos, a fim de averiguar da disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas foram realizadas durante os meses de Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012.

4.2. Amostragem

O universo de estudo são os emigrantes regressados a Vieira do Minho. A seleção foi feita através de consulta à base de dados do Gabinete de Apoio ao Emigrante da Câmara Municipal de Vieira do Minho no período compreendido de Janeiro de 2003 a Outubro de 2009. O mesmo foi criado através da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal de Vieira do Minho e a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas em Janeiro de 2003, cujo objetivo é prestar apoio gratuito a todos os munícipes que tenham estado emigrados, que estejam em vias de regresso, ou que ainda residam nos países de acolhimento. Assim, e após análise à base de dados, para o cálculo da amostra foram tidos em conta os seguintes passos:

- 1) Construiu-se em Excel uma base de dados com os seguintes indicadores: nome, data de nascimento, idade, contacto, estado civil, existência ou não de filhos, freguesia, lugar e país(es) de emigração. Contudo, em algumas das situações não tínhamos informações suficientes que nos permitissem preencher todos os indicadores;
- 2) Fez-se a contagem de emigrantes por freguesia obtendo o nosso universo. Seguidamente, dividimos o n.º de emigrantes por freguesia pelo universo, conseguindo assim o peso que cada freguesia representa no universo total;
- 3) Como pretendíamos realizar 30 entrevistas, multiplicámos o peso que cada freguesia representava por 30 e obtivemos o n.º de pessoas a entrevistar por freguesia;
- 4) Em 3 das freguesias, designadamente Campos, Cova e Soengas o resultado obtido foi de 0 pessoas a entrevistar. Em duas das freguesias designadamente Salamonde e Vilarchão poderíamos entrevistar duas pessoas, contudo o resultado final daria 32 pessoas a entrevistar pelo que optámos por realizar 0 entrevistas tendo em conta o peso que representavam no cômputo geral;
- 5) Posteriormente, elaborou-se outra tabela em Excel onde por freguesia se incluiu o sexo e o país (es) de emigração, fazendo-se o cálculo da amostra.

A seguir, apresentamos na tabela 13, os dados relativos à população selecionada.

Tabela 13 - N.º de emigrantes por país / N.º emigrantes entrevistados por país

Países	Total freguesias		Universo	Amostra		
	M	F		M	F	Total
França	162	88	250	12	7	19
Suíça	68	29	97	5	2	7
Alemanha	9	4	13	1	0	1
Espanha	8	0	8	0	0	0
E.U.A	1	0	1	0	0	0
Canadá	4	2	6	1	0	1
Luxemburgo	17	12	29	1	1	2
Brasil	3	1	4	0	0	0
Venezuela	0	1	1	0	0	0
Inglaterra	1	0	1	0	0	0
Total:	273	137	410	20	10	30

Fonte: Gabinete de Apoio ao Emigrante da Câmara Municipal de Vieira do Minho

Foram realizadas 30 entrevistas, cumprindo-se a distribuição por freguesia, por país e por sexo.

4.3. Tratamento do material recolhido

Após recolha documental e realização das entrevistas procedemos ao tratamento da informação recorrendo à técnica de Análise de Conteúdo. Segundo Janeira (1971:398), “Esta técnica, no campo das ciências sociais, pretende ser um meio capaz de detectar valores sociais, imagens, modelos ou símbolos empregues pelos emissores culturais e, igualmente, aferir o grau de sintonização daqueles com os interesses, motivações, aspirações da sociedade a que se destinam” (Janeira, 1971:398). Em linha com as questões formuladas no guião de entrevista, procedemos à descrição objetiva e sistemática por tema do conteúdo das comunicações produzidas pelos diferentes entrevistados, com vista à sua interpretação, conducente à compreensão das histórias de emigração no concelho de Vieira do Minho.

5. Histórias de emigração em Vieira do Minho: as motivações de saída e o regresso

Tal como dissemos na introdução, constituiu objetivo deste estudo a recolha e a descrição de histórias de emigração no concelho de Vieira do Minho. Tal como referimos ao longo da exposição, não só seguimos metodologias muito similares a outras usadas em estudos do mesmo género, como sempre tivemos consciência de que os resultados caracterizadores dos contextos de emigração seriam de facto muito similares aos já obtidos para outras comunidades e regiões do país. Seguindo este pressuposto e após a explanação que nos trouxe até aqui, retomamos as ideias centrais relativas a esta população com as quais iniciámos a investigação: a maior parte das saídas explicam-se pela ausência de condições de vida no concelho e pelo conhecimento cada vez mais claro da existência de melhores níveis de vida noutros países; a maior parte dos casos de emigração são iniciados pelos homens que, progressivamente levam as esposas portuguesas para as sociedades recetoras onde constituem, na sua maior parte, família. A experiência migratória segue um padrão caracterizado pelas más condições de vida em fases iniciais e por melhoria progressiva, à medida que as condições financeiras se consolidam. As redes de vizinhos e familiares desempenham um papel importante na entrada nas sociedades de acolhimento. Para a maior parte dos emigrantes de Vieira de Minho, em especial os homens, o regresso a Portugal marca a própria saída: é a sua terra e o seu país que contam na experiência da fase emigratória que se caracteriza por um elevado isolamento e não integração nas sociedades de acolhimento.

Tal como dissemos atrás, na formulação da problemática, o regresso a Portugal e à região natal compõe-se de uma rede extensa de significado que começa a ser construída exatamente no momento em que a ideia de emigrar se atravessa nos projetos de vida dos indivíduos. É certo que esta ideia não tem recolhido unanimidade no seio dos autores que estudam a emigração, desde logo porque há variáveis sociodemográficas e culturais, incluindo religiosas, que têm nítida influência sobre a experiência e a avaliação subjetiva da emigração. Todavia, ela tem muita consistência para o caso dos emigrantes que entrevistámos, pois, na sua larga maioria (com exceção feita às mulheres, por razões que trataremos a seguir), estes dispõem, de facto, uma história que é marcada, logo no seu início, como uma experiência temporária, trata-se, na sua grande parte, de um projeto de ir, com os olhos postos no regressar.

Vamos considerar, por isso, e a partir daqui, que todo o contexto da emigração, passível de narração pelo sujeito que a conta, é um contexto marcado subjetivamente pela “certeza” de regressar.

Para debate e discussão destas ideias, dividiu-se a análise de dados por cinco dimensões centrais, também elas presentes em estudos anteriormente efetuados:

- A decisão de emigrar e a partida;
- Estadia no estrangeiro;
- Motivações de regresso;
- A reinserção;
- Relacionamento com o país de emigração.

5.1. A decisão de emigrar e a partida

Os autores que têm estudado os fenómenos migratórios são da opinião de que as causas que motivaram as pessoas a emigrar assentam, sobretudo, em razões de ordem económica. Os mesmos escreveram: “No caso da emigração portuguesa das últimas décadas, não há dúvida de que foram as razões económicas que se revelaram mais determinantes na decisão de emigrar...as razões mais citadas...são as que se referem ao baixo nível de rendimentos, ao desemprego e ao subemprego («trabalhava-se muito e ganhava-se pouco»), e à inacessibilidade aos bens elementares («não tínhamos que comer, «não tinha casa»)...” (Amaro et al.,1984:214). Na realidade, como afirmam (Rocha-Trindade e Arroiteia (1986:20), a emigração deste século, como a dos passados, encontra raiz e justificação numa carência económica que afeta parte importante da população. Mas o motivo económico não justificava, e continua a não justificar, por si só, a natureza do processo migratório, há outros elementos de ordem afetiva, social e cultural que afetam diretamente a decisão de emigrar.

5.1.1. Caracterização da população entrevistada à data da primeira emigração

Tabela 14 - Variáveis dos entrevistados à data da primeira emigração, país e ano(s) de emigração

Entrevistados	Idade	Habitação es escolares	Estado Civil		Atividade exercida	País	Ano de emigração
			Casado	Solteiro			
José	17	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência	França	1964
Agostinho	17	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência	França	1964
Vicente	18	4. ^a classe		X	Tipógrafo	França	1964/1970/1986
Celestino	35	3. ^a classe		X	Agricultura de subsistência	França	1965
Simões	22	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência	França	1966
Aida	16	6. ^o ano		X	Estudante	França	1966
Rosa	24	3. ^a classe	X		Empregada doméstica	França	1967
Célia	23	4. ^o classe	X		Agricultura de subsistência/Costureira	França	1968
Silvino	24	Curso datilografia		X	Empregado escritório	França	1969
Artur	22	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência /Cortador de lenha	França	1969
Margarida	20	4. ^o classe	X		Agricultura de subsistência	França	1969
Felismina	29	4. ^a classe	X		Costureira	França	1969
Guilherme	25/ 26	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência	França	1969/1982
Júlia	28	3. ^a classe	X		Agricultura de subsistência	França	1970
Sérgio	17	4. ^a classe		X	Agricultura de subsistência /Ajudante de construção civil	França	1970/1987
Cesário	23/ 24	4. ^a classe		X	Agricultor (agricultura de subsistência) /Ajudante de construção civil	França	1971
Celeste	24	3. ^a classe	X		Doméstica	França	1971
Fernando	24	4. ^a classe	X		Desempregado	França	1973
Aníbal	22	4. ^a classe		X	Motorista de camiões de carga	França	1975
Silvina	29	4. ^a classe	X		Agricultura de subsistência	Suíça	1970/1980/1983
Tiago	32	Não sabe ler nem escrever	X		Agricultura de subsistência	Suíça	1971
Afonso	28/ 29	4. ^a classe		X	Ajudante de construção civil	Suíça	1971/1972
Carlos	20/ 21	8. ^o ano		X	Empregado de construção civil	Suíça	1977
Pedro	17	6. ^o ano		X	Agricultura de subsistência	Suíça	1980
Serafim	23	4. ^a classe		X	Empregado de construção civil	Suíça	1984/1999/2005/2010
Carminda	45	3. ^a classe	X		Comerciante	Suíça	1991
Jorge	19	4. ^a classe		X	Empregado de hotelaria	Luxemburgo	1975/1990
Filomena	21	4. ^a classe	X		Agricultura de subsistência	Luxemburgo	1977
Domingos	37	4. ^a classe	X		Empregado asilo	Canadá	1968
Belmiro	26	4. ^a classe		X	Instalador de linhas e cabos elétricos	Alemanha	1970

Fonte: entrevistas realizadas

Como podemos constatar na problemática teórica, os processos /percursos migratórios diferem consoante estejamos a falar de emigrantes dos anos 60 e 70 e emigrante, sobretudo a partir da segunda metade da década de 80. Daí a importância de verificarmos as décadas de emigração dos indivíduos da nossa amostra e, conseqüentemente, as suas habilitações escolares, a profissão exercida, o país de emigração e outras variáveis que nos permitam saber de que emigrantes estamos a falar.

Logo à partida ressaltam em termos gerais as seguintes conclusões:

- 1) A grande maioria dos entrevistados emigrou pela primeira vez durante as décadas de 60 e 70 e sobretudo para França;
- 2) A emigração ocorreu durante idades bastante jovens;
- 3) Predominância do casamento nas mulheres antes da emigração;
- 4) A agricultura como atividade de referência;
- 5) Baixos índices de escolarização, sendo que vinte e uma pessoas apenas detinham a 4.^a classe.

Estas conclusões não causam estranheza uma vez que por volta do ano de 1930 segundo M. Filomena Mónica (1977:321), em cada 100 portugueses 70 não sabiam ler, dado que a educação nesta época era encarada como uma questão puramente ideológica. As classes dominantes rurais só tinham a lucrar com o analfabetismo, pois viviam à custa do trabalho dos pobres camponeses. Ademais, a pobreza era tão grande que os pais não tinham alternativa e, em vez de mandarem os filhos para a escola, “punham-nos” a trabalhar nos campos ou a servir pois era a única forma de sobreviverem. Esta perceção está bem clara nas palavras da autora (1977:334), alusivas à décadas de 30 quando refere: “Para ganhar a vida, os camponeses não precisavam de saber ler. Numa sociedade analfabeta, a ignorância não constitui uma desvantagem e nem sequer é um estigma, porque o analfabetismo é a regra, não a exceção”.

Uma vez que já nos situámos física e temporalmente, atendamos, finalmente, àquilo que disseram os entrevistados relativamente aos motivos porque partiram.

5.1.2. A decisão de emigrar

Podemos agrupar em três os motivos da partida: económicos, político-militar e reagrupamento familiar. É muito evidente, face ao contexto político e face ao nível de pobreza elevado que caracterizada estas populações, que os motivos económicos sobressaem perante todos os restantes. A tabela indicada a seguir n.º 15 descreve os motivos, associando-os ao nome dos entrevistados.

Tabela 15 - Motivos porque partiram os entrevistados

Razões de ordem económica	Reagrupamento familiar	Razões de ordem político-militar
<p>Forte escassez de recursos financeiros <u>Agricultura de subsistência</u> (“Simões”; “Agostinho”; “Pedro”; “Silvina”; “Tiago”; “Júlia”; “Filomena”; “Margarida”; “Celestino”) <u>Falta de trabalho</u> (“Artur”; “José”; “Guilherme”; “Fernando”; “Carlos”) <u>Trabalho nas barragens como oferta de emprego predominante</u> (“Sérgio”; “Cesário”)</p> <p>Escassez de recursos financeiros <u>Salário mais elevado no país de emigração</u> (“Domingos”; “Vicente”; “Afonso”; “Jorge”; “Serafim”; “Carminda”; “Rosa”; “Aníbal”; “Belmiro”; “Silvino”)</p> <p>Famílias numerosas (“Simões”; “Artur”; “Pedro”; “Vicente”; “José”; “Margarida”; “Guilherme”)</p>	<p>Para se juntar ao marido (“Silvina”; “Júlia”; “Felismina”; “Rosa”; “Celeste”; “Margarida”; “Célia”)</p> <p>Para se juntar ao pai (“Aida”)</p>	<p>Fuga à guerra do ultramar (“Agostinho”; “José”)</p>

Fonte: entrevistas realizadas

A literatura assinala como principal motivo para a emigração a falta de condições económicas no país de origem. Apesar de hoje serem enunciados outros motivos, a falta de emprego e o desejo de melhores condições de vida constituem as razões fundamentais para um percurso migratório dos entrevistados ao longo deste projeto. A população que entrevistámos relata condições de vida muito pobres, sujeitas a economia de subsistência.

Reitere-se que o mesmo atraso estrutural se verificava em relação ao resto do país. Segundo Barreto et al. (1996:35-8), é somente a partir da década de 60 que o ritmo de mudança em Portugal se acelera, começando de modo rápido e convergente as profundas transformações sociais. Crescem os serviços que em poucos anos ultrapassarão a tradicional agricultura e a indústria. Também os sistemas educativo e de saúde pública começam a dar sinais de expansão juntamente com o da Segurança Social (reformas etc.). O número de analfabetos era enorme dado a escolarização não ser valorizada como já foi referido anteriormente. Aliás na década de 90 a população ativa portuguesa ainda exibia graus de instrução e de formação

escolar muito reduzidos, sendo que por exemplo 66% dos ativos tinham instrução limitada a quatro anos de escolaridade primária ou menos. Convém reter que a cobertura integral da população jovem pelo sistema educativo só ficou assegurada no final dos anos 70 (Barreto et al. (1996:38;46).

Embora não tenham emigrado todos no mesmo período, e as mulheres o tenham feito depois dos homens, Vieira do Minho, como já se evidenciou, era um concelho marcado pela agricultura. Além de pobre, não conseguia prover o suficiente essencial para a sobrevivência das populações, devido à utilização de técnicas de produção rudimentares e de terrenos íngremes e pouco férteis que não permitiam a produção em larga escala. Num trabalho de investigação realizado por Fátima Brandão (1991:615-16), a autora cita Hélder Fonseca a propósito da existência no Minho de “Um campesinato tendencialmente igualitário, nivelado pelos pequenos e médios agricultores e organizado em comunidades rurais onde prevalecem fortes solidariedades. Isto porque, em sua opinião, os lavradores, isto é, os camponeses, agricultores constituem o elemento esmagador das comunidades rurais do Centro e do Norte de Portugal, pois a presença de jornaleiros (camponeses sem terra) é pouco significativa”.

Com efeito, este era o cenário que caracterizava o Concelho de Vieira do Minho. Essencialmente constituído por comunidades rurais de pequenos agricultores não assalariados que trabalhavam para si próprios e que estabeleciam com os demais relações de entreajuda. Nas aldeias e freguesias próximas todos se conheciam. As grandes desfolhadas e outros trabalhos agrícolas eram feitos com a ajuda dos vizinhos. Quando um lavrador não possuísse “carro de bois” para carregar mato, pedia a quem na aldeia tivesse que logo lhe emprestavam e a forma de agradecimento era o auxílio nas tarefas agrícolas. Assim todos ficavam a “ganhar”. Se uns conseguiam a tão preciosa ajuda nos trabalhos agrícolas, outros conseguiam em troca bens alimentares ainda que por vezes fossem insuficientes para “matar” a fome destes e do agregado familiar.

A mesma autora mostra que, a juntar às características materiais, permaneciam em Vieira do Minho modelos de reprodução da riqueza familiar, mormente terras, que eram desiguais para os numerosos irmãos que normalmente caracterizavam estas famílias. Segundo a autora (1991:6178), há elementos relativos a Vieira do Minho que dão testemunho do privilégio de um dos filhos que, nas situações de herança, fica com a maior quota disponível. Em Lamalonga, uma das aldeias os filhos rapazes mais velhos recebiam de herança o terço da herança, obrigando, por conseguinte, todos os outros irmãos, a procurar “fora de casa” os seus

meios de subsistência. Em suma, o retrato da época da economia vieirense era de profunda estagnação, e as entrevistas realizadas atestam esta realidade.

Assim, a escassez de recursos financeiros foi uma das razões mais apontadas pelos entrevistados como causa para a emigração. Na sua maioria, como referimos pertenciam a famílias de pequenos agricultores não assalariados que trabalhavam para si próprios e que viviam, sobretudo, de uma agricultura que apresentava problemas de ordem estrutural nomeadamente ao nível da exploração da terra e que mal dava para comer. Vários entrevistados contam, comovidos pela tristeza, os tempos difíceis por que passaram:

- “Nas terras não se ganhava nada, só nas terras não dava” (*Pedro, 49 anos*);
- “Trabalhávamos no campo. Não havia dinheiro. As vezes, até comíamos fruta verde que havia nos campos” (*Silvina, 59 anos*);
- “Andava por aqui de criado de servir de sol a sol. Com a idade de nove anos fui servir até à idade de vinte e sete. Não havia que comer nem beber” (*Tiago, 59 anos*);
- “Era uma miséria. Não tínhamos dinheiro nem para a viagem. Tivemos que pedir dinheiro emprestado” (*Filomena, 56 anos*);
- “Trabalhava no campo, não havia coisas boas como há agora. Fome nunca passei. Comia-se do que dava o campo. A gente foi para lá para juntar dinheiro para mandar para cá” (*Margarida, 60 anos*);
- “Antes de emigrar trabalhava na lavoura. Ajudei a manter parte dos irmãos - quase todos. Dantes era muita pobreza” (*Celestino, 81 anos*).

De fato, as entrevistas salientam a existência de uma estrutura agrária pobre. Estão espalhados pelo concelho moinhos que transformavam o milho grosso em farinha para a confeção da broa, a qual era praticamente a base da alimentação. Juntava-se a criação de gado para consumo. Por isso, não admira que as populações se vissem obrigadas a emigrar, porque tal como afirmam Almeida e Barreto (1976:78):

“Era toda uma massa de trabalhadores e de pequenos agricultores que viviam quotidianamente as rudes condições de um profundo subdesenvolvimento, sem pão, sem higiene, sem cultura e sem esperança...”.

A falta de trabalho noutras profissões era notória, uma vez que a expansão económica iniciada na década de 60 não altera ainda o carácter agrário do país. A indústria era ainda incipiente com profissionais não qualificados e com quebras acentuadas e as profissões ditas “marginais” (ocupações domésticas) eram uma constante. Se Portugal no início da década de 70 conhece o quase pleno emprego, no período que vai de 1975 a 1976 isso já não se verifica em resultado da crise política permanente e aos climas de instabilidade que geram tecidos económicos desorganizados, colocando as instituições em situação precária (Barreto et al. 1996:39).

De todo o modo, a falta de trabalho conduziu milhares de pessoas aos países estrangeiros onde as oportunidades se afiguravam mais atrativas, como recordam os entrevistados:

- “Não havia trabalho” (*Artur, 66 anos*);
- “Não havia nada para trabalhar” (*José, 65 anos*);
- “Tinha a mulher e a filha para sustentar, trabalho não tinha, que havia de ser da minha vida?” (*Fernando, 63 anos*).

Os homens, quando não trabalhavam na agricultura a tempo inteiro, eram essencialmente empregados de construção civil nas barragens que estavam a ser construídas por esta altura, como foi o caso de Sérgio que, com 14 anos de idade, já aí trabalhava e o mesmo se passou com Cesário que trabalhou na barragem de Pisões. Aliás, a construção desta barragem e as minas de Volfrâmio situadas nas Minas da Borralha - concelho de Montalegre, empregavam uma grande parte da população do concelho de Vieira do Minho, sobretudo as gentes das aldeias mais próximas. Lembro que, à minha porta passavam de dia e de noite os trabalhadores que para lá se dirigiam. De noite acendiam os gasómetros a carboneto de cálcio para iluminar o caminho.

Para aqueles que possuíam trabalho, a razão para terem emigrado foi essencialmente a perspectiva de melhores empregos e salários nos países europeus como forma de superar o nível de vida (Barreto, 1996:36). Eis alguns dos relatos:

- “Sempre se ganhava mais um bocadinho” (*Domingos, 65 anos*);
- “A minha mãe para criar os filhos, tinha que andar a vender pão na Borralha, a pé, a minha mãe fazia-me ir com ela, descalça na neve. Íamos para a Borralha com uma broa de pão. Eu mal podia com ela. Nessa altura teria dez anos. Depois comecei-me a meter a servir” (*Rosa, 68 anos*);
- “Resolvi emigrar para tentar ter uma vida melhor. Eu até já ganhava mais ou menos, mas fui ganhar mais do que aquilo que ganhava” (*Anibal, 63 anos*);
- “Eu quando fui para França, fui só de fato com a intenção de ganhar dinheiro porque emprego bom tinha eu em Portugal” (*Silvino, 67 anos*).

Ou seja, no fundo ir para fora significava a possibilidade de ganhar mais dinheiro fosse para si próprio ou para mandar para Portugal para os que aqui ficavam, normalmente pais e irmãos mais novos ou filhos. Com base nas informações recolhidas, constatamos a existência de famílias alargadas. Interrogados sobre os motivos porque partiram os entrevistados iam respondendo:

- “Éramos uma família de quatro pessoas...” (*Simões, 60 anos*);
- “Éramos oito irmãos...” (*Artur, 66 anos*);
- “Nós éramos cinco irmãos...” (*José, 65 anos*);
- “Trabalhávamos no campo, nós éramos oito irmãos...” (*Margarida, 60 anos*).

Não é assim difícil imaginarmos o aumento da situação geral de pobreza, pois eram muitas as “bocas” para alimentar. Com efeito, uma característica várias vezes enunciada da emigração e da portuguesa em especial, relaciona-se com a tipologia do agrupamento familiar. As histórias são diversas. As vidas individuais são marcadas por tonalidades várias, conforme as experiências. Todavia, trata-se de uma população que se divide entre o operariado agrícola e a pequena burguesia. São pequenos agricultores desigualmente situados no sistema produtivo e cuja principal função segundo Cidália Queiroz (2005:184), era assegurar a reprodução da força de trabalho. O agregado familiar era composto na maioria dos casos por cinco ou mais indivíduos, note-se que segundo Barreto (1996:40), o índice de fecundidade era em 1960 de 3,15 e em 1995 de cerca de 1,5, aliás em 1960 era o segundo mais elevado da Europa. Os que emigravam primeiro “arranjavam” trabalho para parentes ou amigos que ficavam na aldeia:

“Fui direto à firma (na Suíça), comecei logo a trabalhar, eu de uma vez mandei ir dezoito homens” (*Tiago, 74 anos*).

A informação recolhida, como veremos mais à frente, permite-nos constatar que, à espera no país estrangeiro os inquiridos tinham, sobretudo, amigos ou familiares. Eram raros os casos em que não tinham ninguém à espera. Emigrar era tradição de família e tradição da aldeia. E, por isso, já não partiam completamente ignorantes acerca do que os esperava. Ter alguém que os acolhesse e lhes desse as primeiras orientações significava que não estavam desamparados. Como bem demonstrou Poinard (1983), a existência destas redes de solidariedade permitia aos emigrantes estadias mais longas no estrangeiro porque não se sentindo isolados tentavam o sucesso do projeto migratório. Mas, quando se fala no motivo reagrupamento familiar, estamos a referir-nos para esta população principalmente à união do casal “marido e mulher”. O reagrupamento familiar constitui um motivo sério de emigração e a legislação a respeito da integração de emigrantes, incluindo aquela que se refere à aquisição do estatuto de cidadão de um país, é uma expressão da preocupação política com a constituição da família. Importa-nos neste ponto observar duas realidades: i) nos anos sessenta esta discussão sobre a concessão de direito de residência estava ainda muito incipiente. A reorganização familiar era um objeto de ação quase exclusivamente tratado ao nível familiar e conforme a sagacidade e interesse de cada indivíduo migrante; ii) o reagrupamento familiar que observamos nesta geração significa sobretudo a possibilidade de a esposa acompanhar o marido e constituírem família num país estrangeiro. De qualquer modo, a emigração define-se, muito particularmente, por implicar distanciamentos familiares que, à altura, pouco ou nada contavam com o uso de meios de informação e de comunicação, como hoje acontece. Neste contexto, a emigração produziu mudanças significativas nos modos de convivência familiar, devendo ser dito que no Norte de

Portugal, uma das permanências social e sociologicamente mais interessantes se prende com modelos de vida em família que passam pela estadia no estrangeiro do elemento masculino, o marido e pai - e a estadia em Portugal da mulher, mãe. O fato de a mulher permanecer na terra e cuidar dos filhos, destacou-se na literatura sobre as relações sociais de gênero nesta região. Literatura que olhou para a realidade da mulher minhota, a partir das lentes das suas competências como mulher cuidadora e representante do marido.

Segundo Pina Cabral (1984:98), existe em relação às camponesas do Minho duas características sociais que as distinguem claramente do resto da Península: o poder social, por um lado, e a independência relativa, por outro. Diz o autor que já Oliveira Martins em 1881 se referia à mulher minhota como mulher que governa a casa e o marido, e que excede o homem em audácia, manha e força, uma vez que é ela que lavra o campo e jornadaia com a carrada do milho à frente dos bozinhos louros e que, em matéria de casamentos, estes não passam de negócios que elas próprias debatem e combinam. Ou seja, em relação às mulheres do Minho não se aplica o velho ditado “Quem manda lá em casa é ela e quem manda nela sou eu”, até porque é o próprio marido que chama a mulher de “patroa”. No Minho ouve-se muitas vezes dizer: “Olhe vá falar com a patroa ela é que sabe, ela é que manda”. O perfil de convivência familiar com o pai no estrangeiro e a mãe em Portugal, não é, contudo, o mais geral. Este pauta-se justamente pela ida do homem primeiro e depois, as mulheres que os aguardavam para casar em Portugal e, depois, seguiam com eles (Leandro e Rodrigues, 2007:109-10). O estudo que realizámos mostra a permanência deste tipo. Tal como se observa na tabela abaixo n.º 16 a maior parte dos homens emigrados casam com mulheres portuguesas com as quais já se relacionavam antes de sair do país.

E para além de serem portuguesas pertenciam à mesma freguesia. De acordo com Rocha-Trindade (1976:994), e Marinho Antunes (1981:24), o casamento com as portuguesas era uma condição assumida pelos homens que viam nas estrangeiras menos subordinação e menos colaboração para a economia familiar. Principalmente, o casamento com uma portuguesa protegia e dava mais sustentação ao seu sonho e projeto principal quando saem: a possibilidade e o gosto de voltar a Portugal. Os autores afirmam que o emigrante queria transplantar para o país de acolhimento um pouco das formas de vida e organização social das suas aldeias. Por outras palavras, o emigrante sentia necessidade de recriar à sua volta alguns elementos do seu contexto sociocultural de origem. Silvino não pensou duas vezes se deveria casar com uma mulher portuguesa ou uma mulher francesa:

“Casei em 1973. Ela é de cá. Mas, quando casei, foi logo comigo. Nunca trabalhou. Depois, também veio logo o filho mais velho e, pronto, teve filhos...Pensei sempre em regressar a Portugal, até porque casei com uma portuguesa. Eu tinha vinte e quatro anos quando cheguei a França. Eu tinha muitas namoradas francesas” (*Silvino, 67 anos*).

Tabela 16 - Casamentos dos homens pós e após emigração

	Com mulheres portuguesas	Com mulheres de nacionalidade estrangeira
Casamento após emigração	<p>Da mesma freguesia (“Simões”; “Agostinho”; “Artur”; “Vicente”; “Afonso”; “Jorge”; “Serafim”; “Aníbal”; “Carlos”; “Silvino”; “Celestino”)</p> <p>De outra freguesia (“Belmiro”)</p> <p>De outro concelho (“Pedro”; “José”; “Cesário”; “Guilherme”)</p>	(“Sérgio”)
Casamento pós emigração	<p>Da mesma freguesia (“Tiago”; “Fernando”)</p> <p>De outro concelho (“Domingos”)</p>	

Fonte: entrevistas realizadas

Muitos dos que partiram tinham deixado cá as namoradas. Foi o exemplo de Simões que estava “morto” por vir passar férias a Portugal porque tinha cá a sua namorada:

“Eu disse: “- vou para Portugal! - Ainda era solteiro – “ vou passar férias com os meus pais e vou ver a minha namorada!...” (*Simões, 67 anos*).

Outros, embora em minoria, casaram-se com mulheres de outro concelho. Em alguns casos, o conhecimento entre ambos deu-se no país de emigração, como aconteceu com José que casou com vinte e seis anos de idade com uma mulher de Chaves e que trabalhava na mesma fábrica da sua irmã. Estas situações continuam a demonstrar a busca de casamentos endogâmicos no grupo de portugueses emigrantes, das primeiras gerações. De novo, deve ser frisado: a ideia de retorno a Portugal era fundamental.

Pelo relato de Silvino, percebemos que os homens após o casamento tratavam logo de levar as esposas com eles. Para além dos motivos já explanados, a ida das mulheres configurava uma forma de garantir mais tempo e sobretudo, ter alguém que cuidasse dos afazeres domésticos. Depois de chegar do trabalho tinha de fazer a “marmita” para levar ao outro dia, desde de que levou a esposa não precisou mais de o fazer, pois ela não trabalhava fora e dedicava-se exclusivamente a cuidar das lides domésticas. Também Júlia nos conta que o

marido lhe telefonava a dizer que, se ela não fosse ter com ele, vinha-se embora, pois não aguentava estar só, naquelas condições. Porém, levar as esposas significava criar no país de acolhimento condições habitacionais que lhes permitisse proporcionar aconchego familiar, mas isso não era à partida tarefa fácil. Os entrevistados contam que no início viviam em barracas da firma, como teremos oportunidade de verificar mais à frente, mas logo que as esposas ou ainda namoradas se juntavam a eles, tinham de procurar alojamento independente. Mas alojamento independente significava em alguns casos um mero quarto que servia para dormir, cozinhar e tomar banho pois o pecúlio amealhado não lhes permitia muito mais. E as que foram viver para uma casa com divisões também relatam condições habitacionais muito modestas, disseram que ao princípio as casas onde viviam eram “fraquitas” e que só com o passar do tempo é que foram mudando para melhor.

É importante analisar esta história por parte das mulheres. Se, para algumas como Felismina a partida não causou dificuldades, porque, logo após o casamento, o marido a veio esperar a Hendaye, para outras, a experiência deste intervalo de espera foi bastante mais penosa. Celeste afirma que:

“A minha mãe era pobre. Depois, comecei a namorar para o meu marido e engravidei tinha dezassete anos. Ele não pôde casar porque ia para o ultramar (...) lá foi para o ultramar (...) Ele queria casar por uma procuração (em 68) (...) chegou a Braga (1970) escreveu uma carta e dizia-me: - “Celeste, vou a caminho de França e, logo que possa e que ganhe dinheiro, penso em mandá-lo para ti. E foi verdade e, depois, casámos por procuração. Em 1971 casámos. Ele mandou a procuração e casámos” (*Celeste, 62 anos*).

Adicionalmente às razões económicas e de reagrupamento familiar, encontramos as razões relacionadas com a fuga à tropa. Segundo Joyce Riegelhaup (1979:506), Portugal estava marcado por um regime político explicitamente antidemocrático, antiparlamentar e antiliberal. O objetivo era evitar os perigos do desenvolvimento económico e das modificações sociais. Aos camponeses foram proibidas todas as possibilidades de participação na vida política. Os aldeãos eram assim atores marginais do sistema político português e deparavam-se com uma série de medidas administrativas que os atingiam a nível local. A este propósito, refere a autora que um são-miguelito afirmava “Portugal é o país mais avançado em duas coisas: licenças e multas e Cutileiro fazendo eco destas palavras acrescentou “Se todas as normas fossem respeitadas, a vida do país ficaria paralisada em vinte e quatro horas (1979:518). Esta era a forma do Estado Novo controlar as populações. A guarda Republicana passava todas as semanas por cada aldeia ou lugar armados de espingarda à procura de infrações e contavam com a ajuda dos informadores. Os informadores podiam ser qualquer pessoa de entre os aldeãos que, em troca, recebiam um bónus pela denúncia de irregularidades. Ora, esta

desconfiança gerava um ambiente de incomodidade e de incerteza. E o mais grave é que ser-se considerado infrator poderia significar ir parar à prisão. Portugal vivia ainda a experiência da guerra no ultramar. As Forças Armadas Portuguesas recrutavam contingentes para a luta contra os movimentos de libertação das antigas províncias ultramarinas Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, conflito que durou desde inícios de 1961 até ao 25 de Abril de 1974.

O problema segundo Manuel Lucena (1977:216), era na altura a convicção de que “nós portugueses” nos tínhamos colocado na situação de povo intrinsecamente colonizador que criou um império, não nos podendo dar ao luxo de perder as colónias porque isso poria em causa a nação portuguesa originando uma crise de identidade nacional, já que a função de Portugal no mundo era claramente a de colonizador. No entanto, como explica Edgar Rocha (1977:597-98), para que as colónias fossem consideradas elemento fundamental explicativo do crescimento económico nacional teriam de constituir: i) Fonte de matérias-primas a preços privilegiados; ii) Mercado importante para os mercados mais dinâmicos da economia portuguesa; iii) Fonte de recursos financeiros e de divisas. Ora, pelos vistos segundo Barreto (1996:39), não era isso que acontecia. O mesmo afirma:

“O relevante crescimento económico da década de 1963 a 1973 ficou muito a dever, além da indústria, às receitas do turismo e às remessas dos emigrantes e pouco terá beneficiado das mais-valias da exploração colonial”.

Assim, à medida que o comércio entre Portugal e as colónias ia decrescendo, o comércio com os países europeus ia aumentando. Esta nova redefinição da política económica portuguesa conduziu ao repatriamento de milhares de portugueses radicados nas colónias, pois como esclarecem Gonçalves e Machado (2007:71), foi um movimento que ultrapassou os 182.000 emigrantes regressados de França. Dos vinte homens entrevistados apenas dois referiram que, entre outras razões emigraram porque se estava a aproximar a altura de cumprir o serviço militar. José concorda com António Barreto quando este diz que não via vantagens em ir para Angola; Moçambique ou Guiné e que além disso eram bastante oprimidos em Portugal, frisando que nessa altura não se podia praticar política “ Nós em Portugal éramos proibidos disso!”.

Em suma, por tudo o que foi dito anteriormente, podemos afirmar, sem dúvida, e no seguimento de outros trabalhos de investigação, que:

- 1) Face ao contexto político e face ao nível de pobreza elevado que caracterizava estas populações de Vieira do Minho, os motivos económicos na decisão de migrar

sobrepõem-se a todos os outros, essencialmente devido à falta de trabalho fora da agricultura, ao desejo de melhores condições de vida e à existência de famílias alargadas;

- 2) O reagrupamento familiar constitui o segundo motivo mais apontado, significando sobretudo a possibilidade de a esposa acompanhar o marido e constituírem uma família num país estrangeiro.
- 3) A fuga à tropa e à guerra no ultramar constituem a terceira razão mais apontada para a emigração.
- 4) A presença continua do regresso é inegável a confirmar pelo casamento com mulheres portuguesas.

5.1.3. A viagem para o estrangeiro

Barreto et al. (1996:35) escrevem que:

“Muita gente conheceu Paris antes de ir a Lisboa ou de “ver o mar”. Das Beiras, de Trás-os-Montes, do Minho, partiam carreiras regulares para França antes mesmo de haver meios de transporte públicos directos para o Porto e Lisboa”.

Esta descrição serve-nos de ponto de partida para introduzir uma das dimensões mais estruturantes do momento da emigração: a viagem para um país estrangeiro, quando a maior parte da população do Norte e desta região, em concreto, nunca havia saído antes das suas terras de origem. A viagem expressa-se neste estudo que conduzimos pelo menos de duas formas, ambas complementares: a) a viagem material, propriamente dita, e b) a viagem antecipada e representada. Esta última começa muito cedo a ter interferência na vida quotidiana da população. A maior parte dos emigrantes crescem a ouvir falar da existência de trabalho no estrangeiro através de familiares ou amigos que já tinham passado pela “odisseia” da emigração. Sérgio e Fernando relatam que tinham primos emigrados que lhes escreviam dizendo que, se quisessem emigrar, lhes arranjava trabalho. Outros tinham conhecimento desta possibilidade através das conversas com amigos emigrantes no regresso para férias. Apenas três dos vinte homens que entrevistámos não tinham ninguém à espera no país de acolhimento. E só um deles, Domingos, admitiu não ter levado contrato, tendo usado um passaporte de turista no Canadá durante cinco anos. Carlos e Belmiro tinham trabalho garantido.

A maior parte dos entrevistados, partiram deixando para trás a família, namoradas e a terra que os viu nascer. Para grande parte deles, a migração foi a sua primeira viagem. Conta-nos José que, com medo que lhe roubassem os dois contos e meio que levava, os meteu no forro do casaco, pois, como nunca tinha saído de casa, não sabia o que lhe podia acontecer. Também Celestino sentiu receio quando já estava dentro do comboio, na estação de caminho-de-ferro em Braga e não encontrava os colegas que ficaram de lhe trazer os documentos para que pudesse viajar legal:

“Fiquei de ir com um filho do tal que me mandou ir e com um senhor que era primo dele. Nós ficámos de nos encontrar na estação. Mas desconstraram-se e nunca os vi. Eles tinham os meus documentos. Até tremia! O que é que eu vou fazer para França? Ficámos de nos encontrar em Braga e não nos encontrámos. Meti-me no comboio andei, andei, andei... Oh! Pá! Que medo!, Dantes, as carruagens chegavam para aí a um quilómetro ou dois quilómetros ou mais... Ai! Que até tremia: -“O que é que vou fazer para França? Eu não tenho documentos! Não tenho nenhum cartão! Vou ser preso!. Marquei a minha carruagem andei, andei, andei.. Eles vinham ao meu encontro eu ia ao encontro deles. Ai, que medo! E, então, fui com eles. Nós encontrámo-nos a meio da carruagem” (*Celestino, 81 anos*).

O elemento mais relevante nas narrativas da viagem é, para além do desconhecimento e incerteza, ter de enfrentar percursos clandestinos e ter de gerir as expectativas de quem esperava por eles, nos países de chegada. Na tabela n.º 17 resumimos a informação sobre a relação de parentesco que os emigrantes mantinham com quem os aguardava na chegada. Trata-se sobretudo de irmãos e vizinhos. Em praticamente todas as narrativas, o comboio, a passagem da fronteira e a apresentação de documentos constituem momentos decisivos na interiorização da experiência migratória. Mas, a esperança de ter alguém à espera para os receber e ajudar na integração do mundo desconhecido ganha ainda maior relevo. Fernando é detalhado sobre este momento, ao afirmar que:

“Dali, de Hendaya, mandámos-lhe um telegrama [ao primo] a dizer que estávamos ali (...). [ele] já sabia que eu chegava. O comboio parou eu fiquei ali. Passada meia horita ele chegou levou-me para casa dele” (*Fernando, 63 anos*).

Carminda também descreve que:

“Havia muita dificuldade em conseguir as passagens para França. Foi o meu marido (...) nessa altura nós namorávamos e foi ele que me veio buscar - aquilo que se diz a monte. Para mim não foi muito difícil fazer essa caminhada porque já tinha um guia” (*Carminda, 67 anos*).

Na tabela n.º 18, podemos ainda verificar que uns fizeram a viagem sozinhos e outros acompanhados pelo cônjuge, amigos ou familiares, sendo certo porém que os que emigraram sozinhos sentiam mais abandono e menos aconchego. Os homens foram aqueles que mais partiram sozinhos e com amigos e as mulheres com os cônjuges ou familiares. Se alguns dos amigos com quem partiam até eram do mesmo lugar como foi o caso de Cesário, outros houve em que os amigos mais não eram do que outros indivíduos angariados pelos passadores

noutras freguesias e que, depois, se tornavam colegas de viagem. Mas, o fato de serem da mesma nacionalidade e terem o mesmo objetivo já fazia deles colegas.

Tabela 17 – Quem os emigrantes tinham à espera na chegada

Cônjuge	Outros familiares	Amigos	Ninguém
Mulheres “Silvina”; “Júlia”; “Felismina”; “Rosa”; “Celeste”; “Margarida”; “Célia”	Homens <u>Irmãos</u> “Artur”; “Pedro”; “José” <u>Pai /irmãos</u> “Vicente” <u>Primos</u> “Sérgio”; “Jorge”; “Guilherme”; “Fernando” Mulheres <u>Irmãos</u> “Filomena” <u>Pai / irmãos</u> “Aida” <u>Sobrinha</u> “Carminda”	Homens “Simões”; “Agostinho”; “Tiago”; “Cesário”; “Afonso”; “Serafim”; “Aníbal”; “Silvino”; “Celestino”	Homens “Domingos”; “Belmiro”; “Carlos”

Fonte: entrevistas realizadas

Tabela 18 - Partiram sozinhos ou acompanhados

Sózinhos	Cônjuge	Outros familiares	Amigos
Homens “Agostinho” “Domingos”; “Pedro”; Sérgio” “Tiago” “Afonso” “Jorge” “Serafim”; “Fernando” “Belmiro” Mulheres “Carminda” “Margarida”	Mulheres “Felismina” “Filomena” “Rosa” “Celeste”	Homens <u>Irmãos</u> “Artur” <u>Primos</u> “José” Mulheres <u>Tia</u> “Júlia” <u>Mãe/irmãos</u> “Aida” <u>Irmão</u> “Célia”	Homens “Simões” “Vicente” “Cesário” “Aníbal” “Guilherme”; “Carlos” “Silvino” “Celestino” Mulheres “Silvina”

Fonte: entrevistas realizadas

Seja como for, as histórias de vida da população entrevistada estão profundamente marcadas pela viagem de ida para outro país, na sua maioria França. Os estudos sobre migrações focam necessariamente a clandestinidade, mas são pobres no que se refere ao olhar sobre a viagem que conduz esta população que sempre viveu no mesmo concelho e às vezes na mesma freguesia e em situação de grande pobreza. Com efeito, as narrativas dos entrevistados estão ancoradas neste intervalo de tempo que foi a viagem e que desenvolveremos de seguida, mas para já convém termos uma perceção de quantos emigraram legais e quantos emigraram clandestinos.

Relativamente à nossa amostra, verifica-se que dezasseis indivíduos emigraram de forma legal e catorze de forma clandestina, conforme indica a tabela abaixo n.º 19.

Tabela 19 – Emigração legal e clandestina dos entrevistados

Nome	Emigração legal	Emigração clandestina	País
Simões		X	França
Agostinho		X	França
Artur		X	França
Vicente		X	França
Sérgio		X	França
José		X	França
Cesário		X	França
Aníbal		X	França
Guilherme		X	França
Fernando		X	França
Silvino		X	França
Celeste		X	França
Júlia		X	França
Carminda		X	Suíça
Celestino	X		França
Aida	X		França
Felismina	X		França
Rosa	X		França
Margarida	X		França
Célia	X		França
Tiago	X		Suíça
Pedro	X		Suíça
Carlos	X		Suíça
Serafim	X		Suíça
Afonso	X		Suíça
Silvina	X		Suíça
Domingos	X		Canadá
Filomena	X		Luxemburgo
Jorge	X		Luxemburgo
Belmiro	X		Alemanha
Total:	16		14

Fonte: entrevistas realizadas

Numa análise mais pormenorizada, percebemos que aqueles que emigraram documentados foram as mulheres que saíram para França e mulheres e homens que emigraram para países como a Suíça, Luxemburgo, Canadá e Alemanha. No primeiro caso não é de admirar. Tal como foi dito anteriormente, o principal motivo de partida das mulheres era o reagrupamento familiar. Como relata Felismina, o marido lá já lá estava e, assim, foi fácil conseguir a documentação que lhe permitiu entrar no país estrangeiro legalmente:

“Fui só, ele veio-me esperar a Hendaya, fui pela emigração. Eu recorde-me que fui ao porto à Junta da Emigração. Deram-me um livro português /francês. A viagem saí de Vieira fui no autocarro para o Porto e, depois no Porto fui de comboio. Tive que mudar em Irun. Em Hendaya ele estava à minha espera e depois fomos até Saint Etienne que era lá que morávamos” (*Felismina, 71 anos*).

Também pelas palavras de Célia notamos que este tipo de emigração se processou sem grandes dificuldades:

“Foi no Porto que apanhamos o comboio até Paris. O meu pai é que foi em 63 e aqueles anos foi para arranjar a papelada, tivemos de ir três dias para o Porto. Não pagámos rigorosamente nada e, depois, lá tínhamos o bilhete para o comboio e ainda nos deram um farnel para cada pessoa. Chegámos a França. Tínhamos uma casa dada pelo consulado. Era perto de Orly. Tínhamos ali uma casa um espetáculo, a estrear. Chamava-se a *allocation familiar* quem pagava aquilo tudo” (Célia, 68 anos).

No segundo caso, as estatísticas demonstram que a entrada no território desses países era quase sempre feita de forma legal. Quando se supõe, aliás, que a emigração clandestina terá ultrapassado a legal em alguns períodos da década de 60, esses estudos referem-se sempre à clandestinidade direcionada para França.

Assim, a viagem decorreu normalmente fosse de comboio, como a de Tiago:

“A viagem foi de comboio, tinha tudo legal, não houve problemas ao passar a fronteira, mostrámos o contrato” (Tiago, 74 anos).

ou de avião como Silvina:

“Não fui clandestina, já tinha contrato para trabalhar, fui mais outra vizinha aqui, fomos as duas de avião em 79” (Silvina, 59 anos).

Para obterem a documentação necessária era comum os entrevistados terem de se deslocar a Lisboa. Logo aí começava a viagem porque a maior parte deles nunca tinha sequer saído do concelho ou até da freguesia, Filomena teve de ir à Embaixada:

“Fomos a Lisboa à Embaixada. Fomos buscar os passaportes que naquela altura não se viajava sem passaportes, tudo legal” (Filomena, 56 anos).

Belmiro também teve de ir a Lisboa porque teve conhecimento de que uma fábrica alemã recrutava “pessoal”. Ele aproveitou para se inscrever:

“Apareceu para ir para a emigração e fui à rua Castilho, fui-me inscrever para emigrar, havia uma fábrica bastante grande lá e eles vieram cá e queriam pessoal para lá, depois fui para lá para aquela firma”. (Belmiro, 67 anos).

Estes tinham a sorte do lado deles, porque se supusermos que para eles aconteceu o mesmo que para Serafim a viagem foi de “graça”:

“Fui com um Contrato de Escola, o Contrato B um ano, mas tive lá escola, tive formação português/alemão, fui por conta da emigração, fui a Lisboa à rua da Junqueira fazer exames médicos, testes, fomos muitos para a construção civil e hotelaria. A viagem foi por conta da emigração, eu não paguei nada, a gente ia tudo com contrato, passaporte, comida, tudo, tudo” (Serafim, 50 anos).

Percebemos também, que aqueles que emigraram clandestinos foram sobretudo os homens que partiram para França. Depois da promessa do amigo ou familiar de trabalho garantido no

país de acolhimento, impunha-se o problema de sair do país e conseguir passar as fronteiras até chegar ao destino e a solução era “arranjar” um passador como fez Fernando:

“(…) Podia ir para França quando quisesse mas precisava de um passador. Eu não me podia ausentar. Eu queria um passaporte. Mas, depois de três anos de tropa cumpridos, o Salazar não nos dava o passaporte para me ausentar para o estrangeiro. Eles não queriam que a malta saísse daqui. Queria ter a malta debaixo dos pés a trabalhar fosse no que fosse por uma côdea. A vida era assim” *(Fernando, 63anos)*.

Mas estes ditos passadores segundo Simões não eram os passadores diretos, eram apenas intermediários:

“Ele não era um passador direto porque o passador verdadeiro nunca o conheci porque eles nunca dão a cara. Naquele tempo era assim (…)” *(Simões, 67anos)*.

E ao longo da viagem iam sendo “entregues” a outros passadores ou intermediários:

“(…) Paguei doze contos e meio naquela altura a um passador, passadores que eram daí de cima dos lados da fronteira, eram portugueses e um espanhol ...depois veio o senhor de Tourém” *(José, 65anos)*.

Até na própria aldeia era comum existirem estes engajadores de homens e mulheres como retrata Júlia:

“(…) Chamavam-se os passadores (….) o meu tio é que arranjava pessoas para irem” *(Júlia, 69 anos)*.

E assim se partia “a salto” como nos disse Tiago aquando da sua emigração para França:

“Um passaporte de coelho, fui a monte, nós é que dizemos e lá os meus colegas também diziam mais eles” *(Tiago, 74 anos)*.

Esta realidade que buscamos ressaltar das narrativas recolhidas, está extensamente documentada. José Portela e Sílvia Nobre na obra “Entre Pinela e Paris” (2002), usam a expressão de “passaporte de coelho” para caracterizar os que partiam clandestinos. Mas os “passaportes de coelho” custavam dinheiro, até porque alguns dos passadores faziam deste o seu modo de vida e profissão. Ora, naquela altura não havia dinheiro nem para comer quanto mais para a viagem. E, se os homens tinham que pagar adiantado, em relação às mulheres parecia ser comum os passadores só receberem o dinheiro quando “as entregassem” aos maridos, como relata Júlia:

“(…) Nunca mais me esqueci. Foram dois contos e meio que pagámos. Mas só lhe demos o dinheiro em França. Ficou assim tratado: quando me entregassem ao meu marido dávamos-lhe o dinheiro” *(Júlia, 69 anos)*.

Partiram das suas aldeias de camioneta, de carro ou de carrinha. Uns foram ter a Chaves. Outros a Cabeceiras. Outros à estação de comboios, a Braga. Simões levava um jornal na mão já desde a estação de comboios. Uma forma de ser reconhecido por outro passador ao longo da viagem:

“(…) Deu-nos [o passador] um jornal a cada um e disse assim: vocês não percam este jornal. Vocês levem este jornal enrolado na mão. [e nós]: ” sim, senhor !.O outro coitado não conhecia uma letra do tamanho de um autocarro. Era de Pepim... o passador que nos ia passar também não nos conhecia. Qual era a senha? Era o jornal! Lá fomos (…)” *(Simões, 67anos)*.

Fosse como fosse a partir de determinada altura para atravessarem a fronteira espanhola tinham de ir a pé juntamente com os passadores:

“Ele ali para cima parou o carro. Lá tinha a combina com o Espanhol. No monte entregou-nos ao espanhol” *(Fernando, 63 anos)*.

E os momentos difíceis porque passaram ficaram-lhes para sempre gravados na memória. Andar horas e horas, de dia e de noite pelo monte não era fácil. Iam pelo meio das giestas para não serem vistos. Por vezes, eram surpreendidos por grandes nevões. As montanhas não eram fáceis de subir. A dormida era em estábulos de animais e a fome era muita. Os entrevistados lembram a viagem de há quarenta anos, como se a tivessem feito ontem:

- “(…) Saímos por volta das dez horas da noite, atravessar a serra a pé até chegarmos a Espanha, tudo sempre a pé”, “(…) horas e horas toda a noite por meio das giestas escondidos, nós andámos toda a noite e todo o dia só chegámos ao outro dia a Ourense, cheios de fome (…)” *(Sérgio, 58 anos)*;
- “(…) Fomos a pé pelo monte (…) foi um bocado difícil que estava uma camada de neve” *(Artur, 66 anos)*;
- “ (…) Aproximava-se a noite, [ele chegou e disse:] “- eu sou o vosso passador! E lá seguimos o indivíduo. Ele à nossa frente e nós atrás. Quando chegámos à montanha dizê-lo é uma coisa, mas vê-lo é outra. O que ia à frente com os calcanhares dava na testa (…) (do que viesse atrás) tinha 90% de inclinação. Porque é que nós conseguimos subir? Porque haviam árvores. A gente agarrava-se às árvores e a idade era propícia (…)” *(Simões, 67anos)*;
- “ (…) Começámos a descer para Lobios fomos para um cortelho - uma corte. Essa corte estava cheia de carços e tinha lá quatro cães perdigueiros dentro. Esse tal Escaleira [era o passador] deitou-os fora. Entrámos nós e ficámos até que viesse o dia... Ali estivemos. Ali ficámos assim à deriva. Falar, nada! [Pensávamos] “que vida vai ser a nossa?” (…)” *(Simões, 67 anos)*;
- “ (…) Ficámos a dormir num palheiro vestidos como íamos. Ficámos ali agachados. Escondidos (…)” *(Silvino, 67 anos)*;
- “(…) Meteu-nos lá numa corte [o passador] ao frio o resto da noite. Lá estivemos a olhar um para o outro toda a noite” *(Fernando, 63 anos)*.

Depois de passada a fronteira espanhola, quando conseguiam transporte a situação pouco ou nada melhorava. O máximo que conseguiam era camiões fechados que transportavam animais:

- “(…) De noite metiam-nos em camiões fechados que transportavam os animais e fazíamos por exemplo duzentos, trezentos quilómetros por noite, íamos uma média talvez quarenta, cinquenta... [pessoas]” *(Vicente, 65 anos)*;
- “Nós éramos noventa pessoas dentro do camião transportados como gado que vai para o matadouro, chegámos assim a Hendaya” *(José, 65 anos)*.

E após tantos quilómetros percorridos em condições miseráveis, ei-los chegados à fronteira de Espanha-França. Fernando descreve do seguinte modo o que significava fronteira de Hendaya e fronteira de Irun:

“ Irun é Espanha passa um rio e do outro lado do rio é França. É Hendaya. Em tempos houve os que atravessaram a nado. Alguns morreram” (*Fernando, 63 anos*).

Já Silvino descreve que:

“(…) Ao chegar à fronteira de Hendaya há uma separação, uma rede alta que separa Espanha e França” (*Silvino, 67 anos*).

De todo o modo, houve os que atravessaram a pé, de comboio ou de táxi. José e Júlia tiveram que atravessar a pé a ponte por cima do rio Bidassoa. Diz-nos Júlia, em jeito de desabafo, ter usado uma artimanha para poder passar para o lado de lá – França:

“A minha viagem é um romance (...) Fomos direitos à fronteira, É uma ponte grande que a gente lá passa e depois a minha tia passou. Mas, a mim não me queriam deixar passar porque eu não tinha o Bilhete de Identidade. [Porque tinha caducado e não o tinha conseguido renovar a tempo da viagem] [Perguntaram] - “Você que vai fazer para França? E eu Digo:- Vou visitar o meu marido. [E perguntaram:] O Bilhete de Identidade? [Respondi] Olhe, perdi-o no restaurante! [Na verdade] Eu tinha-o deixado a renovar. Não sabia que era preciso, e eles já estavam todos do lado de lá da ponte e eu ainda estava sozinha no lado de cá, mas o passador ainda não tinha passado sem passarem todos. Diz ele assim: - então tem de tornar para trás! Você espere um bocadinho que eu vou falar com o chefe. Mas você vai ter de ir embora! E ele foi lá dentro de uma casita. Eu peguei fui pela ponte adentro com o pequenito E nem para trás olhei. A olhar para o rio lá fui. Não esperei que eles viessem. Quando eles deram conta, eu já estava do outro lado. E digo assim:- aqui já é França! Agora já não me fazem mal nenhum!” (*Júlia, 69 anos*).

Silvino e o seu colega escondidos por entre os comboios que por ali se encontravam estacionados ainda conseguiram passar a tal rede alta que separava Espanha de França sem nunca deixarem para trás o garrafão de vinho que levavam. Mas, depois, não cabiam no carro dos amigos. A solução era solicitar às autoridades que lhes fosse passado um visto afim de poderem circular durante três meses em território francês. Mas o infortúnio bateu-lhes à porta e tiveram de voltar para trás. Novamente movidos pela audácia voltaram a tentar e conseguiram.

Os que atravessaram de comboio também não tiveram a vida facilitada. Sérgio contou-nos que unicamente levava consigo o Bilhete de Identidade e que, quando vinham os cobradores, ele se escondia na parte reservada à bagagem, por detrás das malas para não ser apanhado. Mais fácil foi para os que atravessaram de táxi, porque eram ajudados pelo próprio motorista. Este, por sua vez, já tinha recebido instruções de algum passador em Espanha no sentido de dizer às autoridades policiais que aqueles homens iam para França para trabalhar. Referia José que as autoridades policiais facilitavam a passagem, porque o que os franceses queriam era ter lá gente para trabalhar. Também a Vicente bastou dizer que lhe tinham roubado o passaporte e

passaram-lhe um documento que o autorizava a prosseguir viagem. Necessitavam era levar a direção de alguém que os acolhesse no destino e a autorização era concedida.

Uma vez em território francês a viagem decorria sem grandes percalços. Tiravam o bilhete de comboio ou apanhavam um táxi com destino à residência dos amigos ou dos familiares que estavam à sua espera, pois em alguns dos casos já em Hendaya era enviado telegrama a dizer a que horas chegava o comboio. Apenas Simões não saiu na direção correta e foi parar à fronteira da Suíça e aí foi um pouco mais complicado porque não tinha dinheiro. Estava com fome e o colega que ia com ele só chorava. Mas logo o polícia que os intercetou se encarregou de os meter no comboio que partia para a direção que levavam.

Em conclusão, podemos afirmar o seguinte em relação às viagens dos entrevistados para o estrangeiro:

- 1) A viagem expressa-se pelo menos de duas formas, ambas complementares: a) a viagem material, propriamente dita, e b) a viagem antecipada e representada. Esta última começa muito cedo a ter interferência na vida quotidiana da população. A maior parte dos emigrantes crescem a ouvir falar da existência de trabalho no estrangeiro através de familiares ou amigos que já tinham passado pela “odisseia” da emigração;
- 2) A maioria tinha familiares ou amigos à espera para os receber e ajudar na integração do mundo desconhecido;
- 3) Os homens foram aqueles que mais partiram sozinhos e com amigos e as mulheres com os cônjuges ou familiares;
- 4) Aqueles que emigraram documentados foram as mulheres que saíram para França e mulheres e homens que emigraram para países como a Suíça, Luxemburgo, Canadá e Alemanha e os que emigraram clandestinos foram sobretudo os homens que partiram para França;
- 5) As viagens, sobretudo dos que partiram clandestinos para França nas décadas de 60/70, foram na maior parte dos casos odisséias que, tal como disse Júlia, davam um romance por tanto que existe para contar. Convém afirmar, aliás, que durante a entrevista, a narração da viagem é aquela que mais ocupa a atenção do

entrevistado, é um ponto de ancoragem. a viagem que, em alguns casos chegou a demorar nove dias, como afirma Vicente:

“(…) Tudo sempre a pé. Levou nove dias de viagem (...) fome. Aquilo foi terrível” (*Vicente, 65 anos*).

5.2. Estadia no estrangeiro

5.2.1. Localidades de residência

Como já foi referido no capítulo anterior, à espera no estrangeiro os emigrantes tinham familiares ou amigos que lhes cediam alojamento até conseguirem um lugar para ficar. A tabela n.º 20 indica as localidades/regiões onde residiram.

Os dados apresentados indicam informações pertinentes para perceber a tendência para a concentração territorial dos emigrantes portugueses nas mesmas regiões, um dado já apontado por outros estudos como os de Portela e Nobre e Poinard e que mostram a relevância das redes de solidariedade e de interconhecimento na resolução de problemas surgidos em contextos culturalmente desconhecidos e, por vezes, hostis, pelo menos nos primeiros momentos.

Com efeito o último autor (1983:279), afirma que:

“A cada freguesia portuguesa corresponde uma cidade, um subúrbio francês, suíço ou alemão”.

Os locais para onde foram os emigrantes que incluímos na amostra são múltiplos e dispersos. Contudo Paris em França e Zurich na Suíça foram os locais onde se concentrou o maior número de emigrantes entrevistados o que não espanta pois como afirmam Gonçalves e Machado (2007:69), citando Rocha-Trindade, os emigrantes concentraram-se preferencialmente nas grandes aglomerações urbanas.

Tabela 20 – Localidades de residência

Nome	País	Quem os entrevistados tinham à espera na chegada	Localidade (s) onde residiu ou trabalhou	Localidade onde residiu ou trabalhou durante mais tempo
Agostinho	França	Amigos	Paris	Paris
Sérgio	França	Primos	Paris, Lyon, Reims, Grenoble	Paris
José	França	Irmã	Antony: Fontenay-aux-roses	Paris (Fontenay-aux-roses)
Aida	França	Pai	Chevilly-Larue	Paris (Chevilly-Larue)
Artur	França	Irmão	Paris; Brest	Brest (Região da Bretanha, Departamento de Finistère)
Silvino	França	Amigos	Brest	Brest
Cesário	França	Amigos	Clermont - Ferrand	Clermont-Ferrand (Departamento Puy-de-Dôme)
Celeste	França	Marido	Clermont-Ferrand	Clermont-Ferrand
Júlia	França	Cônjuge	Grenoble	Grenoble (Departamento de Isère)
Fernando	França	Primo	Grenoble	Grenoble
Simões	França	Amigos	Grenoble; Pontoise; Clichy; Paris	Pontoise (Departamento Val –d’Oise)
Celestino	França	Amigos	Paris, Bretanha	Bretanha
Vicente	França	Pai/irmão	Lyon	Lyon (Departamento do Ródano)
Felismina	França	Marido	St etienne	St Étienne (Região do Ródano-Apes)
Rosa	França	Marido	Clichy	Clichy (Departamento de Hauts-de-Seine)
Anibal	França	Amigos	Vesoul	Vesoul (Departamento de Haute Saône)
Margarida	França	Marido	Charleville - Mezières	Charville-Mezières (Departamento Ardennes)
Guilherme	França	Primo	Fontainebleu	Fontainebleu (Departamento de Seine-et-Marne)
Célia	França	Cônjuge	Alsace	Alsace (Junto à fronteira Alemã e Suíça)
Pedro	Suíça	Irmão	Thusis	Thusis
Silvina	Suíça	Cônjuge	Zurique	Zurique
Tiago	Suíça	Amigos	Zurique	Zurique
Serafim	Suíça	Amigos	Zurique, Zug	Zurique
Carmina	Suíça	Sobrinha	Zurique	Zurique
Afonso	Suíça	Amigos	Zurique	Zurique
Carlos	Suíça	Ninguém	St Gallen	St Gallen
Filomena	Luxemburgo	Irmão	Echternach	Echternach
Jorge	Luxemburgo	Prima	Echternach	Echternach
Belmiro	Alemanha	Ninguém (foi através da junta da emigração)	Hanôver	Hanôver
Domingos	Canadá	Ninguém	Toronto	Toronto

Fonte: Entrevistas realizadas

5.2.2. Múltiplas atividades e empregos

Depois de instalados era necessário conseguir trabalho. Esta foi uma tarefa fácil sobretudo para os homens, a julgar pelas experiências que relatam de no dia seguinte à viagem terem começado a trabalhar.

A informação relativa às profissões exercidas pelos entrevistados encontra-se descrita na tabela apresentada a seguir n.º 21.

Como podemos observar, o mercado de trabalho que se apresentava aos emigrantes era tipicamente o não qualificado e manual. O investimento do emigrante estava concentrado sobre o trabalho contínuo e diário, por vezes marcado pela acumulação de vários empregos. Não prosseguiram os estudos nem fizeram nenhum tipo de formação, o que não surpreende, pois como tivemos oportunidade de verificar, as qualificações que tinham eram baixíssimas e a situação económica e cultural era de tal modo deficitária que não lhes permitia conceberem projetos cultural e socialmente mais ambiciosos, uma vez que só pensavam em angariar dinheiro para obterem uma situação económica mais favorável, no país de receção e sobretudo, em Portugal. Esta dimensão é muito importante, porque nos dá a conhecer os percursos desta geração de migrantes que, tal como já acentuámos, partiu sem habilitações, na sua maior parte. Estes dados demonstram que a emigração trouxe uma mobilidade social principalmente assente no aumento do capital económico. Por outras palavras e segundo Marinho Antunes (1981:21), foi o sucesso material alcançado que permitiu ao emigrante adquirir um novo estatuto social por ter adotado comportamentos altamente apreciados pelos residentes locais.

Analisando os dados em pormenor, verificamos que grande maioria dos entrevistados homens ficaram-se sobretudo por escalões baixos da construção civil, trabalhos públicos, trabalhos fabris ou de carpintaria. Com efeito, eram trabalhos que, segundo Rocha-Trindade (1976:993-94), ofereciam condições de acesso mais fáceis em França. Teixeira de Sousa (1972:43), confirma, aliás, que o setor da construção civil e obras públicas ocupou de 1967a 1969, praticamente metade dos imigrantes portugueses por serem setores de tecnologia pouco avançada e que a população francesa abandonou em virtude da mobilidade sócio - profissional que a caracterizava. E o mesmo acontecia em relação à Suíça, Alemanha, Canadá e Luxemburgo. No que respeita à Suíça, era frequente as empresas emprestarem trabalhadores ao Estado para o exercício de trabalhos públicos ou de jardinagem. Já no Luxemburgo a profissão por excelência para o emigrante era a de empregados de hotelaria.

Tabela 21 – Profissões exercidas aquando da estadia no estrangeiro

Entrevistados	As várias profissões exercidas	Profissão exercida durante mais tempo
Homens		
Simões	Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Artur	Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Domingos	Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Pedro	Empregado de hotelaria; Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Vicente	Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Sérgio	Empregado de fábrica de confeção de fatos; Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Serafim	Empregado de supermercado; Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Fernando	Empregado de fábrica de madeira /Ajudante de construção civil	Ajudante de construção civil
Silvino	Chefe de equipa de construção civil; Construção civil por conta própria	Chefe de equipa de construção civil
Tiago	Ajudante de trabalhos públicos (limpezas de água etc.)	Ajudante de trabalhos públicos (limpezas de água etc.)
Celestino	Ajudante de trabalhos públicos (saneamentos etc.)	Ajudante de trabalhos públicos (saneamentos etc.)
Agostinho	Ajudante de construção civil; Motorista de camiões de transporte de betão por conta própria	Motorista de camiões de transporte de betão por conta própria
José	Ajudante de construção civil; Empregado de carpintaria	Empregado de carpintaria
Guilherme	Empregado de carpintaria	Empregado de carpintaria
Cesário	Empregado de fábrica de automóveis	Empregado de fábrica de automóveis
Belmiro	Empregado de fábrica de tapeçaria	Empregado de fábrica de tapeçaria
Aníbal	Empregado de fábrica de cimento	Empregado de fábrica de cimento
Carlos	Empregado de construção civil; Empregado de fábrica de cromados; Jardinagem	Empregado de fábrica de cromados
Afonso	Empregado de construção civil;/Empregado de jardinagem; Empregado de limpeza em fábrica	Empregado de jardinagem
Jorge	Empregado de mesa	Empregado de mesa
Mulheres		
Júlia	Ajudante de trabalhos agrícolas; Empregada de limpezas	Empregada doméstica
Filomena	Empregada de limpeza	Empregada doméstica
Célia	Costureira por conta própria; Empregada de limpeza	Empregada doméstica
Carmina	Empregada de limpeza; Empregada doméstica	Empregada doméstica
Rosa	Empregada de limpeza; Porteira ("Concierge"); Empregada de fábrica de cabos elétricos	Empregada de fábrica de cabos elétricos
Margarida	Empregada de fábrica de pregos	Empregada de fábrica de pregos
Felismina	Empregada de fábrica de ferro	Empregada de fábrica de ferro
Silvina	Empregada de limpeza; Empregada de empresa de lavagem de automóveis	Empregada de empresa de lavagem de automóveis
Aida	Empregada de limpeza; Empregada de casa de repouso	Empregada de casa de repouso para idosos
Celeste	Empregada de talho; Empregada de fábrica de costura	Empregada de talho

Fonte: entrevistas realizadas

No que se refere à mão-de-obra feminina destacam-se, como afirmou Teixeira de Sousa (1972:46), para o contexto nacional, a profissão de domésticas, mas também a de empregadas fabris.

A vontade de vencer no estrangeiro era muita, mas as dificuldades também. A tabela abaixo n.º 22 mostra-nos quais as principais dificuldades e oportunidades mencionadas pelos entrevistados.

Tabela 22 – Atividade profissional- Dificuldades sentidas e oportunidades conseguidas

Dificuldades	Oportunidades
<p>Muitas horas de trabalho (“Simões”; “Agostinho”; “Artur”; “Pedro”; “Jorge”; “Guilherme”; “Carlos”; “Celestino”; “Fernando”; “Silvina”; “Filomena”; “Felismina”; “Célia”);</p> <p>Temperaturas negativas (“Domingos”)</p> <p>Dificuldade em conseguir trabalho (“Sérgio”)</p> <p>Baixo salário (“Fernando”; “Pedro”)</p> <p>Conciliação da vida familiar com a vida profissional</p> <p><u>Marido e mulher trabalham no estrangeiro</u> (“José”; “Agostinho”; “Celestino”; “Guilherme”; “Cesário”; “Sérgio”; “Fernando”; “Aníbal”; “Afonso”; “Carlos”; “Jorge”; “Aida”; “Rosa”; “Célia”; “Margarita”; “Felismina”; “Júlia”; “Silvina”; “Carmina”; “Filomena”; “Celeste”)</p> <p><u>Esposas no estrangeiro que não trabalham</u> (“Vicente”; “Silvino”; “Artur”; “Tiago”; “Pedro”; “Domingos”)</p> <p><u>Esposas que ficam em Portugal</u> (“Simões”; “Serafim”)</p> <p><u>Filhos em Portugal para que os pais possam trabalhar</u> (“Sérgio”; “Afonso”; “Jorge”; “Rosa”; “Filomena”)</p> <p>Falta de tempo livre (“Jorge”; “Filomena”; “Célia”)</p>	<p>Horário de trabalho normal (“Vicente”; “Aníbal”; “Tiago”; “Afonso”; “Serafim”; “Belmiro”; “Aida”; “Carmina”)</p> <p>Salário mais elevado (“Vicente”; “Sérgio”; “Silvino”; “Afonso”)</p>

Fonte: entrevistas realizadas

De todas as dificuldades encontradas, o excesso de horas de trabalho foi a principal. Os homens recordam que chegavam a trabalhar dez, onze, doze e catorze horas por dia, bem como aos fins-de-semana, porque o que queriam era angariar dinheiro para enviar para Portugal. Por isso, obrigavam-se a fazer horas extraordinárias para o mesmo patrão ou para outro onde pudessem fazer uns “biscates”. As palavras de Agostinho fazem-nos visualizar o retrato da época:

“Nós lá não é como pensam muitos aqui. Que se chega lá abana-se a árvore e os ameixos caem. É muito diferente! Não é nada disso! Lá fora temos que nos por a pé à hora que tem que ser. Durante muitos anos foi às 5 horas da manhã e tivemos ocasiões de entrar a partir da meia noite” (*Agostinho, 65 anos*).

Não admira portanto que Raveau (citado em Portela e Nobre, 2002:1111-12), afirmasse que os portugueses atraem críticas por surgirem como migrantes-modelo para o patronato. Aliás, os próprios emigrantes transparecem esta consciência. Celestino afirma, neste sentido, que:

“(…) Na classe trabalhadora eram racistas [os franceses], (…) tinham raiva de nós (…) [diziam]:-“ tu és português sale race!” E, depois, nós ganhávamos mais do que eles e os patrões preferiam “embochar” [contratar] um português (…) a isso é que eles tinham raiva (…) [diziam] que nós íamos comer o pão deles” (*Celestino, 81 anos*).

Fernando falou ainda do baixo salário que recebia:

“(…) Aquilo estava de uma maneira que era preciso um gajo matar-se muito e não tirava a fêria, como os outros. Conclusão: estive um mês, dois, três, ia ganhando para comer (…) Nunca ganhei mais do que o salário mínimo nacional, mas dava-me casa (…) dava-me um bocado de terra para eu fazer um quintalzinho (…) e estivemos ali até sermos mandados embora” (*Fernando, 63 anos*).

Com efeito, Teixeira de Sousa (1972:57), afirma a respeito que os imigrantes que trabalhavam nos setores de atividade mais tradicionais e que não possuíam qualificação profissional recebiam sem violação da legislação social, os mais baixos salários em França. Mas ainda assim e de acordo com Portela e Nobre (2002:1118), o salário recebido pelos que trabalhavam na agricultura era bastante inferior aos que trabalhavam na construção civil.

A segunda dificuldade mais apontada foi da conciliação da vida familiar com a vida profissional. Com a emigração, os trabalhos domésticos e o cuidado aos filhos deixaram de ser atributos exclusivos das mulheres, porque elas também saem para trabalhar, desempenhando um papel instrumental importante para a sobrevivência material do grupo doméstico. A este respeito referem Wall (1984:56), e Rocha –Trindade (1983:94):

- (...) o projeto migratório das mulheres emigrantes rurais tem sempre objectivos económicos concretos – constituição ou melhoramento do património material do grupo doméstico – e um projecto de estadia que prevê um regresso próximo. A presença e o trabalho da mulher, o projecto migratório, e o regresso do grupo doméstico constituem elementos indissociáveis”.
- “O reagrupamento familiar é mais destinado a multiplicar oportunidades de remuneração/poupança do que devido a uma intenção de transplantar a família para outro país, com carácter definitivo”.

Ora, se como referiram as autoras o projeto migratório das mulheres rurais tem sempre objetivos económicos, então há que redefinir estratégias no seio do grupo familiar para que a mulher possa trabalhar. A necessidade de compatibilizar horários era essencial como descreve Margarida:

- “ (...) Sempre trabalhámos na mesma fábrica mas, depois, quando nasceu a minha filha, quando eu fosse de manhã, o meu marido ia de tarde, quando eu fosse de tarde, ele ia de manhã. Só mudámos de turno para guardar a menina, para não pagarmos” (*Margarida, 60 anos*).

Este modelo familiar é, de fato, o padrão que encontramos, pois agrupa o maior número de casos. O segundo modelo familiar é o do marido que trabalha e da esposa que permanece em casa. Entendem eles que o lugar da mulher é em casa a cuidar dos filhos e das lides domésticas. Celeste ainda trabalhou durante algum tempo num talho, mas logo teve de vir embora porque o marido exigia a sua presença em casa permanentemente como podemos observar pelo seu relato:

“(…) Era mais da parte da manhã que trabalhava (...) porque o meu marido não gostava (...). Gostava muito de receber os colegas em casa. Pedia-me para lhes dar a merenda” (*Celeste, 62 anos*).

Ora, estão aqui bem patentes ainda práticas concretas muito rígidas no que se refere à divisão do trabalho entre os sexos, em que a ideia dominante é a de que o homem por princípio não faz a lida da casa. Nestes casos a presença das esposas junto dos emigrantes serviu apenas o propósito de criar e educar os filhos bem como fazer as outras tarefas domésticas. Aliás, os estudos de Leandro e Rodrigues (2007:10), relativamente às mulheres emigrantes em França, indicam que são, sobretudo, as mães que contactam com a escola e se mostram mais interessadas em orientar os filhos. Desta forma, podemos afirmar que, também em alguns casos na emigração se manteve a divisão tradicional do trabalho e a dominação masculina, pelo que o papel da mulher se resumia ao de esposa e mãe (em sentido tradicional e valorativo).

O terceiro modelo encontrado é o dos maridos que levam as esposas mas deixam os filhos em Portugal. Com efeito, cinco dos nossos entrevistados optaram por deixar os filhos em Portugal à guarda de familiares porque na sua perspetiva, assim, podiam trabalhar mais à vontade e, conseqüentemente, ganhar mais dinheiro. Nas palavras de Afonso:

“Nós viemos de férias e deixámo-la [a filha] aqui com os meus sogros para amealhar mais um pouco. A gente não tinha nada. Eu isto, comprei tudo, esta vivenda (...)” (*Afonso, 66 anos*).

Claramente, Rosa representava a estratégia do segundo salário, ela queria os filhos com ela, mas o marido não deixava:

“(…) Não! não! para aqui não vêm porque estragam a vida toda à gente, não podes trabalhar!” (*Rosa, 68 anos*).

Também a Filomena acontecia o mesmo. Dava à luz os filhos em Portugal e, depois, regressava sozinha. Disse que “berrava” toda a viagem por deixar os filhos para trás e que isso era a coisa que mais lhe custava.

O quarto modelo encontrado mas que não atinge significância é o das esposas que nunca emigraram. Trata-se de esquemas de convivência familiar em que apenas o homem emigrou. A estratégia do grupo familiar é a de que a mulher fica para tomar conta da exploração agrícola, do património que vai sendo construído com as poupanças que o marido vai enviando do estrangeiro e dos filhos, pois como afirma Karin Wall (1984:60), dada a certeza do regresso é melhor socializar os filhos no país de origem, ou correm o risco deles não quererem voltar para Portugal deitando por terra o sonho do regresso às origens logo que economicamente possível.

De qualquer modo, é ponto assente em Portela e Nobre, Rocha-Trindade, Poinard e Wall o papel basilar das mulheres casadas quer tenham emigrado ou não nas estratégias familiares do projeto migratório.

A terceira dificuldade apontada foi a falta de tempo livre para conviver, o que não surpreende dadas as razões apontadas anteriormente em que o projeto económico se sobrepunha a todos os outros. Mas a esta questão voltaremos mais à frente aquando da análise às formas de convívio entre os emigrantes.

Falemos agora das oportunidades conseguidas. Há pouco dissemos, que os emigrantes faziam muitas horas de trabalho, porque na generalidade quanto mais trabalhassem mais dinheiro ganhavam. No entanto embora em número inferior existiam também aqueles que ganhavam bem fazendo o horário de trabalho normal. Aníbal que trabalhou em França referiu a este propósito a redução da carga horária obrigatória por lei. Afonso, Serafim e Belmiro tiveram a sorte de estarem emigrados em países como a Suíça e Alemanha onde ganhavam bem sem serem explorados.

Outra das oportunidades que facilmente conseguimos constatar e que vem sendo referida ao longo deste trabalho é, sem dúvida, a do salário mais elevado no país de emigração, até porque a grande maioria antes de emigrar nem sequer salário tinha - não “tínhamos nada” - nas suas palavras. A diferença entre cá e lá era muita. Afonso contou-nos que quando partiu não tinha nada e que na Suíça auferia 400 contos por mês.

5.2.3. Condições de alojamento

No que respeita às condições de alojamento, escreveu Teixeira de Sousa (1972:19):

“No caso dos imigrantes portugueses, a crise de alojamento apresenta uma gravidade extrema, constituindo um dos seus problemas mais angustiosos. Referimo-nos, evidentemente, aos que habitam as zonas urbanas na Região de Paris, pois a acuidade deste problema varia de região para região, apresentando nas zonas urbanas características diferentes das que apresenta nas zonas rurais”.

O nosso estudo permite corroborar estas conclusões, ou seja, que as condições precárias no que se refere ao alojamento parecem ter sido bastante mais graves na região de Paris do que em outras regiões de França, nomeadamente naquelas por onde se distribuíram os nossos entrevistados. Aliás refira-se que os quatro entrevistados que se concentraram na região de Paris também relatam condições de habitabilidade razoáveis, pelo facto de lá terem conterrâneos conhecidos ou familiares.

Com os dados recolhidos, foi possível elaborarmos a tabela a seguir n.º 23 relativa às condições de habitabilidade dos entrevistados à chegada ao estrangeiro e durante o resto do percurso migratório.

Reportemo-nos primeiramente, às condições de habitabilidade no início da estadia no estrangeiro. A tabela mostra que apenas cinco dos entrevistados mencionaram viver em condições precárias nos primeiros tempos de emigração. Desde quartos pequenos em pensões que serviam para dormir, tomar banho e por vezes sem cozinha, até casas que nem móveis tinham. Júlia e Fernando nem bancos tinham para se sentarem quando chegaram a França. Nas palavras deste último:

“A casita (...) era velha, mas bem me serviu (...) O patrão deu-nos a chave. Nós não tínhamos nem cama nem nada, nem um banco para nos sentarmos (...) Peguei em meia dúzia de tábuas e fiz uma mesa às três pancadas para pormos um fogãozinho (...) Nas malas de viagem, sentávamo-nos” (*Fernando, 63 anos*).

Pelo contrário, a grande maioria dos entrevistados disse possuir já no início da emigração condições de alojamento razoáveis, beneficiando do mínimo de conforto. Uns viviam em bungalows proporcionados pelas empresas onde trabalhavam a que muitos chamavam “barraca”. Mas esta, como descreve Simões, possuía todas as condições, incluindo água quente, aquecimento etc., comodidades a que na sua terra natal não estava habituado:

“Eu fui viver numa - eles chamavam-lhe barraca, mas o nome próprio era bungalow e tinha condições. Vivíamos lá quatro homens. Tínhamos condições, sofagem etc. (...)” (*Simões, 67 anos*).

Tabela 23 – Condições de alojamento

	INÍCIO	MEIO/FIM
CONDIÇÕES PRECÁRIAS	<p>Quarto pequeno e cozinha para quatro casas ("Silvina")</p> <p>Quarto pequeno para dormir, cozinhar e tomar banho ("Rosa")</p> <p>Casa sem móveis ("Júlia"; "Fernando")</p> <p>Casa com poucas condições ("Silvino")</p>	<p>Quarto pequeno e cozinha para quatro casas ("Silvina")</p> <p>Casa pequena com casa de banho fora ("Rosa")</p> <p>Casa velha ("Fernando")</p>
CONDIÇÕES RAZOÁVEIS	<p>Bungalows / barracas das empresas com aquecimento, etc. ("Simões"; "Tiago"; "Afonso"; "Cesário"; "Aníbal"; "Celestino"; "Sérgio")</p> <p>Casa pequena cedida pelo patrão ("Guilherme")</p> <p>Habitavam nos hotéis onde trabalhavam ("Pedro"; "Filomena"; "Jorge")</p> <p>Casa de amigos da aldeia ("Agostinho")</p> <p>Casa de familiares ("Vicente"; "Celeste")</p> <p>Casa alugada por vários trabalhadores ("Artur")</p> <p>Quarto para dormir, cozinhar, com casa de banho, mas sem chuveiro ("José")</p> <p>Casa alugada com todas as divisões para a família ("Felismina"; "Margarida"; "Célia")</p>	<p>Bungalows das empresas com aquecimento, etc. ("Simões")</p> <p>Quarto com aquecimento ("Pedro")</p> <p>Habitação familiar com casa de banho nas escadas ("Artur")</p> <p>Casa alugada com todas as divisões para a família ("Vicente"; "Tiago"; "Júlia"; "Cesário"; "Afonso"; "Felismina"; "Filomena"; "Jorge"; "Celeste"; "Aníbal"; "Aida"; "Margarida"; "Guilherme"; "Belmiro"; "Carlos")</p>
BOAS CONDIÇÕES	<p>Casa do consulado ("Aida")</p> <p>Bungalow ("Belmiro")</p> <p>Casa do patrão ("Carlos")</p> <p>Casa alugada para trabalhadores ("Serafim")</p>	<p>Casa alugada para trabalhadores ("Serafim")</p> <p>Casa alugada com todas as divisões para a família ("Carminda"; "Silvino"; "Celestino"; "Joaquina")</p> <p>Habitação própria ("Agostinho"; "Domingos"; "Sérgio"; "José")</p>

Fonte: entrevistas realizadas

Outros, não tendo a proteção do patrão, familiares ou amigos, viram-se obrigados a resolver por si o problema do alojamento, alugando casas ou quartos mobilados, juntamente com outros emigrantes.

Conseguimos concluir ainda, que, embora em número muito reduzido, cinco entrevistados declararam possuir já no início níveis de conforto elevados, mesmo habitando em *bungalows*

ou casas alugadas para trabalhadores. Estes casos verificaram-se, sobretudo, na Suíça e Alemanha, pois quem ia com contrato de trabalho tinha à partida alojamento assegurado, como retrata Serafim:

“O alojamento era por conta do patrão. Tínhamos todos os confortos. Quem ia para a hotelaria com aqueles contratos permissão B, contrato de escola como lhe chamavam (...) [tinham tudo pronto à chegada]” (*Serafim, 50 anos*).

Durante o percurso migratório, as condições habitacionais foram melhorando, sendo que apenas três entrevistados se mantiveram em condições precárias. Ressalta ainda que dentro das condições razoáveis, estas foram sendo cada vez melhores, pois se, por exemplo, no início, tínhamos apenas três casos de casas alugadas com todas as divisões para a família, ao longo da estadia já quinze entrevistados viviam nestas condições. Esta melhoria significativa deveu-se ao fato dos emigrantes homens se irem casando, deixando os bungalows, casas de familiares etc., como descreveu Belmiro:

“(…) “Quando pensei em casar pus a casa pronta, aluguei uma casa fora (...)” (*Belmiro, 67 anos*).

Quer ao nascimento dos filhos em que a necessidade de maior espaço disponível se tornava urgente. Noutras situações, como a de Júlia, simplesmente a situação financeira ia melhorando e, conseqüentemente, oportunidades de escolha iam surgindo.

E foram estas oportunidades de escolha que levaram uns a construir ou a comprar casa própria e outros, a irem mudando de casa até obterem boas condições de alojamento, como expressou Carminda:

“(…) A Frau Sutter [patroa para quem trabalhava na Suíça] tinha uma amiga que alugava apartamentos e arranjou-me, então, esse apartamento, aí já tinha todo o conforto” (*Carminda, 67 anos*).

Em suma e à semelhança de outros estudos (Serra, 1975; Sousa, 1972), podemos afirmar que a maior parte dos emigrantes entrevistados durante o percurso migratório habitaram em condições que se tornaram, logo nas fases iniciais, aceitáveis.

5.2.4. Adaptação à língua

A falta de domínio da língua da sociedade de acolhimento pode constituir uma barreira para o emigrante logo à chegada.

Eduardo Serra (75:95), menciona que:

“Mais de metade dos emigrantes entrevistados (56,1%) usavam com mais ou menos facilidade a língua local – o que é básico em todo o processo de integração – e 19,3% não compreendiam absolutamente nada da língua francesa”.

A tabela abaixo n.º 24 ajuda-nos a perceber para indivíduos selecionados da amostra se a adaptação à língua foi fácil, difícil ou se não existiu adaptação possível.

Tabela 24 – Adaptação à língua dos países de emigração

	Adaptação fácil	Adaptação difícil	Inadaptação
Conhecimentos da língua estrangeira antes de emigrar	(“Silvino”)		
Compreensão da língua	(“Pedro” “Filomena”; “Celeste”; “Margarida”)	(“Cesário”; “Afonso”; “Jorge”; “Belmiro”; “Celestino” “Rosa”; “Silvina”)	(“Domingos”; “Tiago”; “Carmina”)
As equipas de trabalho <ul style="list-style-type: none"> • Integravam nacionais dos países acolhimento • Integravam sobretudo portugueses 	Integravam nacionais dos países de acolhimento (“Vicente”; “Serafim”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Carlos”; Felismina; “Célia”)	Integravam sobretudo portugueses (“Artur”; “Fernando”)	
Convívio com os nacionais dos países de acolhimento	(“Simões”; “José”; “Aida”; “Célia”)		
Aulas de francês nos países de acolhimento	(“Sérgio”)		
Necessidade de tratar de documentação	(“Júlia”)		
Miscelânea linguística		(“Agostinho”)	

Fonte: entrevistas realizadas

Como observamos, 18 dos 30 entrevistados adaptou-se facilmente à língua estrangeira, 10 entrevistados tiveram mais dificuldade na aprendizagem e apenas 3 entrevistados não se adaptaram. Os motivos apontados para as três categorias são os seguintes:

Adaptação fácil:

- 1) Conhecimento da língua, motivo exclusivamente apontado por Silvino, permitindo-lhe, à partida, vantagem em relação aos outros emigrantes, tal como referiu:

“(…) Talvez a minha evolução rápida fosse falar já um bocadito francês. Eu era interprete numa firma onde noventa e tal por cento eram portugueses. Era, como se costuma dizer, rei no meio deles. Quando eles queriam mandar dinheiro para as mulheres eu é que ia com eles ao correio servir de intérprete (...)” (*Silvino, 67 anos*).

- 2) Integração em equipas de trabalho estrangeiras o que obrigava à aprendizagem rápida para manutenção do posto de trabalho, como constatou Vicente:

“(…) Aprendi talvez mais em três ou quatro meses que lá estive no princípio que depois, porque quando comecei a trabalhar meteram-me numa equipa só de franceses e eu era obrigado a aprender” (*Vicente, 65 anos*).

3) Convívio com os nacionais dos países de acolhimento, quer andando pelos cafés no caso dos homens quer conversando com a vizinhança do prédio como mencionaram Simões e Aida:

- “Peguei-lhe depressa, quem quiser aprender o francês tem que fazer o vagabundo, o vadio. Quem quiser andar pelos cafés aí aprende-se” (*Simões, 67 anos*);
- “Foi muito fácil de aprender, começámos logo a falar francês arranhado (…) onde a gente morava havia ali muito francês” (*Aida, 62 anos*).

4) Aulas de francês no país de acolhimento ministradas por párocos para que os emigrantes aprendessem mais rápido a língua.

Adaptação difícil:

1) Dificuldades na aprendizagem. O modo de desenrasque eram os gestos como aludiu Cesário:

“Foi difícil (…) estavam à vista [os produtos no supermercado] (…) a gente ia e pegava (…) passado um ano a desenrascar [começou a adaptar-se]” (*Cesário, 68 anos*).

2) Integração em equipas de trabalho portuguesas não havendo oportunidade de contacto com a língua estrangeira, como mencionou Fernando:

“O problema que a gente tinha é que estava a trabalhar com portugueses não falava francês para ninguém, nunca chegava a aprender” (*Fernando, 63 anos*).

3) Mistura linguística. Agostinho que viveu em França por mais de 40 anos disse meio envergonhado:

“Eu falo muito mal o português e o francês também” (*Agostinho, 65 anos*).

Inadaptação:

Dificuldades na aprendizagem sobretudo daqueles que tinham de falar outra língua que não o francês. Tiago, que trabalhou na Suíça durante 25 anos, disse que veio embora sem saber dizer uma única palavra em alemão.

Convém referir que, embora a adaptação à língua estrangeira pudesse no início ser para alguns um pouco mais difícil, com o passar do tempo as aquisições ainda que limitadas foram surgindo. O que equivale a dizer que os entrevistados não se tornaram falantes fluentes destas línguas, como concordam Portela e Nobre (2002:1119), mas usavam-nas ainda que com maior

ou menor facilidade como afirma Eduardo Serra. Os dados recolhidos permitem ainda perceber a ideia de que aprender a falar fluentemente a língua local, era considerado como algo que não valia a pena, dado o regresso definitivo ser um dado adquirido.

5.2.5. Hábitos alimentares

No que se refere aos hábitos alimentares, a maior parte dos entrevistados transplantou para o país de acolhimento os modos de cozinhar típicos da região de origem como podemos verificar através da tabela seguinte n.º 25:

Tabela 25 - Hábitos alimentares

Cozinhavam comida tradicionalmente portuguesa	Cozinhavam comida tradicional do país de acolhimento	Cozinhavam comida tradicionalmente portuguesa e do país de acolhimento
(“Belmiro”; “Artur”; “Vicente”; “Fernando”; “Serafim”; “Tiago”; “Silvino”; “Celestino”; “José”; “Jaime”; “Domingos”; “Jorge”; “Anibal”; “Guilherme”; “Júlia”; “Silvina”; “Filomena”; “Rosa”; “Margarida”)		(“Pedro”; “Carlos”; “Célia”; “Celeste”; “Aida”; “Agostinho”)

Fonte: entrevistas realizadas

Diziam eles que cozinhavam à moda portuguesa porque gostavam mais. Nos países estrangeiros as comidas eram diferentes, essencialmente à base de manteiga, sandes, chás e molhos a que eles não estavam habituados. Jorge contou-nos que sempre que chegava ao Luxemburgo, a primeira refeição do dia era simplesmente uma água de cebola para temperar o estômago como se usava na sua aldeia. Depois também os emigrantes nunca iam comer aos restaurantes, pelos motivos que José explicou:

“Levávamos a marmita sempre, mas todos os portugueses ainda hoje (...) em França se não for um casal a trabalhar não dá, porque em França não há diárias (...)” (José, 65 anos).

Concluindo, a ideia geral a reter é a de que os emigrantes portugueses sobretudo os provenientes das comunidades rurais tentaram transplantar para o país de acolhimento aspetos da vida cultural da sua terra de origem.

5.2.6. Integração em associações e outras formas de convívio

Autores como Carlos Almeida (1975), ou Rocha-Trindade (1976), salientam que os migrantes só assimilam a cultura do país de emigração superficialmente e de uma forma instrumental, porque estrangeiros num país que não é o seu, procuram apoio junto de quem lhes é

culturalmente semelhante, favorecendo, assim, o aparecimento de movimentos do tipo associativo de caráter formal e informal. No enquadramento teórico também verificámos que Gil Pereira referiu que o surto de associações em França demonstra que o associativismo é uma necessidade. De fato, os vários estudos sublinham o proliferar de movimentos associativos devido à necessidade de interajuda entre os portugueses.

A tabela abaixo n.º 26 expõe os resultados relativos aos indivíduos selecionados da amostra.

Tabela 26 – Integração em associações e outras formas de convívio

Integração em associações de portugueses	Não integração em associações
Organização de festas e jogos de futebol (“Vicente”; “José”; “Serafim”; “Silvino”; “Celeste”; “Celestino”; “Aida”; “Margarida”)	Vida dedicada ao trabalho / Não atribuição de importância a outro tipo de convívio que não fosse o familiar (“Agostinho”; “Jorge”; “Afonso”; “Cesário”; “Guilherme”; “Pedro”; “Fernando”; “Carlos”; “Simões”; “Artur”; “Domingos”; “Sérgio”; “Tiago”; “Carmina”; “Rosa”; “Filomena”; “Júlia”; “Felismina”; “Silvina”)
	Inexistência de associações (“Aníbal”; “Célia”)

Fonte: entrevistas realizadas

A maioria dos entrevistados não integrava associações ou outras formas de convívio. Os que integravam associações – 8 entrevistados - referem que eram organizadas festas/bailes onde atuavam ranchos folclóricos típicos portugueses e cantores conhecidos como a Amália Rodrigues, Tony Carreira ou Toy. Margarida gostava de ir. Assim aproveitava e convivia com portugueses. Segundo ela, os emigrantes em França faziam todos parte de uma grande família que se encontrava em território estrangeiro e que tinha de se manter unida. Nas suas palavras:

“(…) Íamos a essas festinhas dos portugueses (…) a gente gosta sempre mais de conviver com os portugueses que é a nossa língua, estávamos por lá, éramos emigrantes, era a nossa família”
 (Margarida, 60 anos).

Outros como José não eram muito de ir a festas, mas conviviam com os portugueses no futebol. De resto, a outra única forma de convívio à qual os emigrantes atribuíam importância elevada era a convivência familiar com cunhados, irmãos etc. aos fins-de-semana, ora na casa de uns, ora na casa de outros.

Assim, a baixa participação em associações ou outras atividades de ocupação dos tempos livres para além do convívio familiar, devia-se essencialmente a dois fatores:

- 1) Todo o tempo que o emigrante dispunha era utilizado para trabalhar. Efetivamente, Eduardo Serra (1975:90), afirmou que fora do trabalho, do *bulot* e do metro, os

emigrantes não tinham na maior parte dos seus períodos livres, tempo senão para comer e dormir. Esta realidade era a vivenciada pela maioria dos entrevistados, pelo que as palavras de Agostinho resumem esta ideia geral de que a permanência no estrangeiro só servia um propósito: o de angariar dinheiro para voltar para Portugal numa situação financeira mais confortável como sublinha:

“ (...) A minha vida não dava para isso [para ir a festas, eventos desportivos etc.]. Aos fins de semana quando chegava do trabalho fazia a casa, (...) em vez de ir para o café, para a tuna, a minha vida foi sempre em casa a trabalhar. Se queria ao fim da vida recuperar alguma coisa tinha que se trabalhar” (*Agostinho, 65 anos*).

2) Ainda que muitos entrevistados tivessem os fins-de-semana livres não atribuíam importância ao convívio social, característica comum nas comunidades rurais, como vários referem:

- “ (...) Não me dizia nada ir” (*Artur, 66 anos*);
- “Nós gostamos pouco de confusões” (*Sérgio, 58 anos*);
- “ (...) Aos Domingos ia até à Praça por ir (...)” (*Cesário, 68 anos*).

5.2.7. Opções de poupança e de investimento

A tabela n.º 27, expõe de uma forma geral o tipo de investimentos que as poupanças permitiram fazer, bem como a sua distribuição por país de origem e de acolhimento.

A grande opção foi investir no país de origem. José contou-nos que pensou sempre investir em Portugal. Este foi o sentimento comum à maioria dos entrevistados, o que denota logo à partida o desejo de um dia regressarem a Portugal. Autores como Leandro, Poinard, Portela e Nobre e Rocha-Trindade entre outros, assinalam que a grande maioria dos portugueses emigrados nos anos 60/70 indicavam a construção ou aquisição de uma casa, dotada de boas condições de conforto moderno como principal motivo de partida. Com efeito, a tabela permite-nos chegar à mesma conclusão, pelo que utilizamos as palavras de Júlia para expressar o sentimento comum a praticamente todos os entrevistados:

(...) Vim aqui [à terra natal] comprei um bocadito de terreno. Foi antes do 25 de Abril. Comprei o terreno. Não o paguei logo. Eu tinha só quarenta contos. Comprei então a terra (...) queria era fazer uma barraca. Comprei os blocos para a casa. Deixei os barrotes já comprados e, depois, justei o grosso (...) Comecei a fazer assim a casa pouquinho a pouquinho. Chegávamos aqui era trabalhar para a casa. Fizemos ali uns barracos para as galinhas. [eu] carrava os blocos, e os meus filhos trabalhavam aqui muito” (*Júlia, 69 anos*).

Assim, a cada vinda de férias as obras continuavam, não havendo tempo para descansar, tal era o desejo de ter uma casa em Portugal, como Aníbal afirma:

“As minhas férias aqui era sempre a trabalhar. Eu nunca fui passear” (*Anibal, 63 anos*).

Tabela 27 – Opções de poupança e investimento

Aplicação e envio de poupanças para Portugal	Aplicação de poupanças no país de acolhimento	Rendimentos insuficientes
<ul style="list-style-type: none"> • Construção / Recuperação de casa para habitação própria (“Agostinho”; “Artur”; “Domingos”; “Vicente”; “Sérgio”; “Tiago”; “José”; “Cesário”; “Afonso”; “Jorge”; “Serafim”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Fernando”; “Belmiro”; “Carlos”; “Silvino”; “Celestino”; “Simões”; “Silvina”; “Júlia”; “Felismina”; “Celeste”; “Aida”; “Filomena”; “Margarida”; “Célia”) • Depósitos bancários (“Artur”; “Vicente”; “Sérgio”; “Tiago”; “Cesário”; “Silvino”; “Fernando”; “Guilherme”; “Felismina”; “Rosa”; “Celeste”; “Margarida”; “Silvina”) • Compra de terrenos para agricultura e de alfaia agrícolas (“Tiago”; “Afonso”; “Guilherme”; “Fernando”; “Simões”; “Aida”; “Felismina”; “Filomena”; “Aida”) • Para a sobrevivência da família (“Afonso”; “Simões”; “Carminda”; “Rosa”) • Abertura de pequeno estabelecimento comercial (“Aníbal”; “Belmiro”) • Compra de apartamentos para arrendamento (“Carlos”; “Célia”) • Compra de habitação(ões) para férias (“José”) • Compra de lotes para construção (“Silvino”) • Compra de automóvel para trabalho (“Jorge”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Construção / Compra de habitação (“Agostinho”; “Sérgio”) • Estudo dos filhos (“Agostinho”) • Depósitos bancários (“Agostinho”; “José”; “Júlia”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Rendimentos insuficientes (“Pedro”)

Fonte: entrevistas realizadas

Ter uma casa na aldeia onde se nasceu era quase uma obrigação. Por um lado, era ali que estavam as raízes e parentes ainda vivos. Por outro lado, significava também para os residentes locais um sinal de sucesso do emigrante, visto agora como um “herói” para quem a emigração já tinha valido apenas. A este propósito, citamos as palavras de Fernando:

“Nós era trabalhar e poupar para mandar para Portugal. Cheguei a um ponto tinha cá tudo (...) aqui tínhamos casa (...) já viu a vivenda que eu tenho aqui? Eu lá não tinha onde cair morto (...) quando vim embora a casa já estava feita (...) se não fosse o dinheiro de França ainda hoje vivia na velha (...) eu

quando fui para França a minha ideia era ir e arranjar dinheiro para comprar uma casinha” (*Fernando, 63 anos*).

Quanto à arquitetura referia Marinho Antunes (1981:219), que as casas dos emigrantes têm quase sempre características próprias que as tornam perfeitamente bem identificadas e diferentes de todas as outras casas tradicionais da comunidade devido à dimensão, cor, materiais de construção utilizados e conforto interior. O que verificámos em Vieira do Minho, foi, de fato, a existência de habitações com maiores dimensões em comparação com as demais, da envolvente. A casa do emigrante tem um estilo próprio que procura mostrar ostentação e abundância com elementos em dourado nas grades, os mármore nas escadas, os azulejos coloridos e as grandes varandas e terraços, simbolizando o luxo, fazendo parecer que o emigrante se quer destacar mostrando através da habitação o sucesso alcançado no estrangeiro. Abaixo apresentam-se duas casas dos emigrantes entrevistados. A primeira destaca-se pela sua dimensão e a segunda pelo azulejo no exterior.



Fig. 8 – Casa de emigrante situada no lugar de Cabo de Além – Freguesia de Parada de Bouro



Fig. 9 – Casa de emigrante situada no lugar de Sanguinhedo – Freguesia de Vieira do Minho

Muitos consideravam que, depois da compra da casa, era no circuito bancário que o dinheiro seria mais bem empregue. Segundo Barreto (1996:39), o relevante crescimento económico da década de 1963 a 1973 ficou muito a dever às remessas dos emigrantes. Baganha (1994: 963), concorda com Barreto quando afirma que é inegável o enorme impacto da emigração na economia nacional. As estatísticas demonstram que as remessas dos emigrantes aumentaram exponencialmente a partir da década de 80 com valores que têm variado entre os dois milhões e três milhões de euros até 2012. Ter dinheiro no banco e a render, significava a possibilidade de poderem regressar à terra natal como disse Celeste:

“Tínhamos a casa feita, tínhamos já assim um bocadito de dinheiro no banco, deram aquela ajuda, o meu homem disse eu vou-me embora (...)” (*Celeste, 62 anos*).

O desejo de regressar era realmente forte. Muitos não se importavam de sofrer privações no estrangeiro desde que conseguissem amealhar pecúlio para enviar para Portugal. Fernando não se envergonha de dizer que quase passou fome para poder amealhar. Eis o seu relato:

“ (...) Ao fim de um mês quando recebia pegava no meu dinheirinho e no dela e ficava só o justo para comer e às vezes até à rasca. Eu ia ao correio mandava tudo para aqui. Nós era trabalhar e poupar para mandar para Portugal” (*Fernando, 63 anos*).

A terceira prioridade de investimento tem a ver com a compra de terrenos próximos da habitação, porque, segundo Marinho Antunes (1981:21), o emigrante queria ascender à nova condição de proprietário. Pina Cabral (1984:102), complementa o raciocínio do anterior autor dizendo ainda que esta era uma forma do emigrante garantir segurança no regresso tanto mais que para estas comunidades rurais a terra era a principal fonte de rendimento.

Quem tivesse ainda família a cargo em Portugal tinha a responsabilidade de lhes enviar uma parte ou a totalidade do salário. Simões contou-nos que todo o dinheiro que ganhava era enviado para Portugal para a sobrevivência da mulher e dos filhos.

De resto, o investimento efetuado não foi significativo. Em dois casos compraram-se pequenos estabelecimentos comerciais e em quatro casos compraram-se apartamentos para arrendamento e lotes para construção.

Resumindo, a grande opção foi investir em Portugal, porque regressar era o principal objetivo dos entrevistados.

5.2.8. Vindas de férias

Como vimos, a ligação dos entrevistados à terra natal é forte e, por isso, as vindas periódicas de férias são uma constante como corroboram outros estudos (Almeida, 1975:209; Barreto et al., 1996:35; Portela e Nobre, 2002:1127; Rocha-Trindade: 1976:994).

Portela e Nobre à semelhança de todos afirmam:

“Com os regressos anuais, os laços entre os emigrantes e os familiares que permaneceram na aldeia, bem como entre os primeiros e os conterrâneos e demais vizinhos de povoados próximos, recordavam-se, refaziam-se e revitalizavam-se ciclicamente. A revisitação dos lugares, campos, lameiros e cemitérios e sobretudo os reencontros com amigos, vizinhos e gente conhecida fortaleciam, por certo, os sentimentos de pertença e de fusão com a gente e a terra”.

A tabela abaixo n.º 28 expõe os principais motivos pelos quais se visitava a terra pelo menos uma vez por ano.

Tabela 28 – Vindas de férias

Saudades de Portugal e da terra natal	Motivos familiares	Saudades dos amigos	Para descansar	Os que não vinham regularmente
(“Belmiro”; “Afonso”; “Pedro”; “Fernando”; “Sérgio”; “Serafim”; “Carlos”; “Silvino”; “Celestino”; “Simões”; “Domingos” ; “Jorge”; “Celeste”; “Aníbal”; “Guilherme” ; “Agostinho” “Filomena”; “Júlia”)	Saudades da família (“Simões”; “Tiago”; “Serafim”; “José”; “Cesário”; “Agostinho” “Célia”; “Celeste”; “Margarida”) Filhos em Portugal (“Filomena”; “Rosa”; “Serafim” “Sérgio”) Familiares doentes em Portugal (“Afonso”; “Sérgio”) Vontade do cônjuge em vir de férias (“Artur”) Filhos que não se adaptam ao clima do país estrangeiro (“Aida”)	(“Vicente”)	(“Agostinho”)	Familiares que se deslocam ao país de acolhimento (“Silvina”)

Fonte: entrevistas realizadas

Como podemos verificar, as saudades de Portugal e da aldeia são a razão mais apontada pelos entrevistados para as deslocações com frequência ao país de origem. Celeste conta que nos primeiros tempos de estadia em França chorava com as saudades da terra e da família. O marido saía para trabalhar e ficava sozinha em casa, pelo que apenas as canções portuguesas que passavam às quatro horas da manhã na rádio portuguesa lhe proporcionavam algum aconchego, como refere:

“(…) Quando cheguei lá o meu marido saía para o trabalho e eu ficava sozinha. Eu tinha umas saudades daqui, chorava, chorava pela minha mãe, pelo meu irmão, depois não era capaz de dormir. Às quatro horas da manhã eu punha a rádio a apanhar o português. Ainda nem televisão tinha e, então, davam, assim canções portuguesas - “ai que saudades eu tenho de ti minha aldeia, ai que saudades eu tenho da luz da candeia”. Eu chorei, chorei só por ouvir aquela canção” (Celeste, 62 anos).

A altura de férias era aguardada com expectativa e seria impensável o patrão recusar-lhes esse direito. Belmiro trabalhava numa fábrica com portugueses, mas nunca tinham a certeza se o chefe de escritório os deixaria vir de férias. Então como forma de o sensibilizar inventaram uma música:

“É Natal é Natal, é Natal Feliz, só não vai a Portugal quem Ludovic quis” (*Belmiro, 67 anos*).

Este era como foi referido, o sentimento comum a grande parte dos entrevistados. Filomena não esquece a alegria que sentia quando após horas de viagem finalmente avistava Portugal. Nas suas palavras:

“ (...) A gente quando chegava que via Portugal ai que alegria, ai que alegria (...)” (*Filomena, 56 anos*).

A segunda razão mais apontada para a vinda de férias, tem a ver com questões de ordem familiar. Uns tinham saudades dos pais como José:

“ (...) O meu coração sempre esteve em Portugal porque eu tinha cá os meus pais” (*José, 65 anos*).

Outros da namorada como Simões:

“ (...) Eu disse vou para Portugal, ainda era solteiro, vou passar férias e vou ver a minha namorada, já estou aqui há quinze meses” (*Simões, 67 anos*).

Quem tinha filhos em Portugal também gostava de vir. Filomena, com lágrimas nos olhos, disse-nos que cada vez que partia para o Luxemburgo e deixava os dois filhos para trás que berrava todo o caminho. E a doença dos familiares entristecia os que tinham partido e constituía motivo para visitas regulares à aldeia. A Afonso dava-lhe pena ter cá a mãe e o irmão doentes e assim aproveitava a vinda de férias para ajudar no que podia.

Além do apego à terra e da visita aos familiares, também se vinha de férias para visitar os amigos de quem se tinha saudades como Vicente. Ou para descansar como Paulino. Em apenas um caso - o de Silvina, era a família que se deslocava à Suíça para passarem o Natal com ela.

Por tudo o que foi dito podemos dizer que a ligação à terra natal, à família e aos conterrâneos é forte, daí que as vindas periódicas de férias fossem uma constante.

Assim, em termos gerais, retiramos as seguintes conclusões em relação à estadia dos entrevistados no estrangeiro:

- 1) Os locais para onde foram são múltiplos e dispersos que em muito se deve às redes de solidariedade e de interconhecimento;
- 2) As atividades e os empregos eram caracterizados pelo trabalho contínuo e diário; pela acumulação de vários empregos; pelo mercado de trabalho não qualificado e manual; pela inexistência de formação profissional e pelos salários mais elevados comparativamente a Portugal;

- 3) Não prosseguiram os estudos;
- 4) As mulheres casadas (emigradas ou não) assumem um papel importante nas estratégias familiares do projeto migratório;
- 5) A maior parte dos emigrantes vivia em condições aceitáveis;
- 6) Não se tornaram falantes fluentes das línguas estrangeiras porque o regresso era dado adquirido, mas usavam-nas com certa facilidade;
- 7) Transplantaram para o país de acolhimento os hábitos alimentares portugueses;
- 8) A baixa participação em associações ou outras atividades de ocupações dos tempos livres devia-se essencialmente à preferência pelo convívio familiar; ao trabalho exaustivo e à falta de motivação;
- 9) A preferência por investir em Portugal;
- 10) A ligação à terra natal, à família e aos conterrâneos é forte, daí que as vindas de férias fossem uma constante;
- 11) O objetivo principal da permanência no estrangeiro era angariar pecúlio suficiente para obter uma situação económica mais favorável em Portugal.

5.2.9. Tempo de residência no estrangeiro

Por forma a introduzirmos o próximo capítulo – Motivações de regresso, verifiquemos conforme tabela abaixo nº 29 o tempo aproximado de residência no estrangeiro por entrevistado bem como a idade e escolaridade à data do regresso definitivo.

Tabela 29 – Tempo aproximado de residência por entrevistado, idade e escolaridade à data do regresso definitivo

Nome	Ano (s) da partida	Ano de regresso	Tempo aproximado de residência (anos)	Idade à data do regresso definitivo	Escolaridade à data do regresso definitivo	País
Margarida	1969	1979	11	30	4. ^a classe	França
Simões	1966	1982	17	38	4. ^a classe	França
Felismina	1969	1982	14	42	4. ^a classe	França
Silvino	1969	1984	16	40	Curso de datilografia	França
Cesário	1971	1985	15	40	4. ^a classe	França
Celeste	1971	1985	15	35	3. ^a classe	França
Celestino	1965	1985	21	55	3. ^a classe	França
Aida	1966	1986	21	40	6. ^o ano	França
Célia	1968	1986	19	42	4. ^a classe	França
Artur	1969/1985	1981/1987	16	50	4. ^a classe	França
Sérgio	1970/1987	1984/1987	16	36	4. ^a classe	França
Rosa	1977	1987	11	34	3. ^a classe	França
Guilherme	1969/1982	1982/1990	22	43	4. ^a classe	França
Vicente	1964/1970/1986	1966/1982/1991	22	45/50	4. ^a classe	França
Fernando	1973	1993	21	45	4. ^a classe	França
Aníbal	1975	1996	22	52	4. ^a classe	França
Agostinho	1964	2000	37	63/65	4. ^a classe	França
Júlia	1970	2000	31	58	3. ^a classe	França
José	1964	2004	41	58	4. ^a classe	França
Afonso	1971 /1972	1989	19	46	4. ^a classe	Suíça
Silvina	1970/1980/1983	1979/1982/1993	24	41	4. ^a classe	Suíça
Carlos	1977	1994	18	40	8. ^o ano	Suíça
Tiago	1971	1995	25	59	Sem escolaridade	Suíça
Pedro	1980	2000	21	38	6. ^o ano	Suíça
Carminda	1991	2003	13	57	4. ^a classe	Suíça
Serafim	1984/1999/2005/2010	1994/2002/2008/2011	21	50	4. ^a classe	Suíça
Jorge	1975/1990	1989/1991	17	32	4. ^a classe	Luxemburgo
Filomena	1977	1991	15	37	4. ^a classe	Luxemburgo
Belmiro	1970	1982	13	38	4. ^a classe	Alemanha
Domingos	1968	1987	20	56/57	4. ^a classe	Canadá
		Média:	20			

Fonte: entrevistas realizadas

Após análise, ressaltam as seguintes conclusões:

- 1) Apenas 1 entrevistado regressou antes da década de 80; 11 entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 1984 a 1989; 8 entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 1990 a 1996 e 7 entrevistados regressaram definitivamente no período compreendido de 2000 a 2011;

- 2) No ano de regresso encontramos em algumas situações anos diferentes. Significa que os entrevistados regressaram a Portugal como projeto definitivo nos períodos intercalares, contudo as necessidades de ordem material obrigaram-nos a emigrar novamente. Aliás, Serafim continua num vaivém Suíça – Portugal;
- 3) A média de tempo de residência no estrangeiro no cômputo geral de todos os entrevistados é de 20 anos;
- 4) As habilitações escolares mantiveram-se as mesmas que detinham à data da emigração. 1 entrevistado não tinha qualquer instrução escolar; 4 entrevistados detinham a 3.^a classe; 21 entrevistados detinham a 4.^a classe; 2 entrevistados detinham o 6.^o anos; 1 entrevistado detinha o 8.^o ano e 1 entrevistado o curso básico de datilografia;
- 5) A grande maioria regressou ainda em idade ativa. Dos 30 aos 38 anos de idade regressaram 9 entrevistados; dos 40 aos 46 de idade regressaram 11 entrevistados; dos 50 aos 59 anos de idade regressaram 9 entrevistados e a partir dos 60 anos de idade apenas regressou 1 entrevistado.

5.3. Motivações de regresso dos emigrantes ao concelho de Vieira do Minho

Os motivos pelos quais os entrevistados regressaram ao Concelho de Vieira do Minho são vários. A tabela n.º 30 mostra-nos com detalhe esses motivos.

Como podemos verificar, o apego a Portugal e à terra natal é a razão mais invocada para o regresso. Segundo Pina Cabral, (1984:100):

“A relação entre o grupo social e a área geográfica a que está ligado é na sociedade camponesa tão estreita que um é incompreensível sem a outra (...) a relação entre o grupo social e a terra se não limita ao uso, mas é uma relação de identificação simbólica. O grupo social está literalmente enraizado numa extensão de terra específica, da qual recebe a sua força e a sua identidade”.

As expressões que expomos de seguida, dão-nos a certeza clara e inequívoca do sentimento profundo que liga o emigrante sobretudo o homem, a Portugal e à aldeia onde nasceu:

- “O nosso Portugal é o nosso Portugal, morrer lá não” (*Afonso, 66 anos*);
- “Quando vinha ali a meio de Espanha parece que já sentia o ar português” (*Pedro, 49 anos*);
- “Isto é assim, fraco pássaro que nasce em fraca ribeira, está sempre a puxar para lá. Ela pode ser muito ruim mas o tipo nasceu lá e está sempre a puxar para lá” (*Fernando, 63 anos*);
- “É mais livre, é a nossa terra, é a pátria. Estou sempre morto por vir para Portugal que é sempre o meu país” (*Serafim, 50 anos*);
- “O meu coração sempre esteve em Portugal. Portugal sempre. Portugal pronto, é Portugal!” (*Jorge, 55 anos*);

- “Não há nada que chegue à terra Natal por isso é que eu vim embora, se lá estivesse já teria morrido sei lá” (*Guilherme, 68 anos*);
- “Sou português não renego a minha nacionalidade, estou todo contente por ser português” (*Agostinho, 65 anos*);
- “Tem a gente recordações bonitas de lá, mas a terra da gente é a terra da gente” (*Filomena, 56 anos*).

Tabela 30 - Motivações de regresso

<p>Apego a Portugal e à terra natal</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento de pertença ao país de origem (“Afonso”; “Belmiro”; “Simões”; “Pedro”; “Fernando”; “Sérgio”; “Serafim”; “Carlos”; “Silvino”; “Celestino”; “José”; “Cesário”; “Domingos”; “Jorge”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Agostinho”; “Filomena”; “Júlia”; “Celeste”) • Desejo de educar os filhos em Portugal (“Belmiro”; “Vicente”; “Carlos”; “Silvino”; “Jorge”; “Artur”; “Domingos”; “Margarida”) • Rendimentos suficientes <u>Indemnizações</u> (“Belmiro”; “Tiago”; “Cesário”; “Celeste”; “Margarida”) <u>Reforma</u> (“Pedro”; “Celestino”; “José”; “Domingos”; “Agostinho”) <u>Depósitos bancários</u> (“Fernando”; “Guilherme”; “Celeste”) • Vida inteira de trabalho (“Vicente”; “Fernando”; “Celestino”; “Domingos”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Agostinho”) • Melhor qualidade de vida em Portugal Existência de festas regionais; feiras; convívio com os amigos (“Celestino”)
<p>Motivos de ordem familiar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cônjuge/filhos /pais em Portugal (“Belmiro”; “Simões”; “Artur”; “Vicente”; “Sérgio”; “Serafim”; “Carlos”; “Carminda”) • Familiares doentes em Portugal (“Afonso”; “Sérgio”; “Cesário”; “Jorge”; “Margarida”) • Vontade do cônjuge, filhos e outros membros do agregado familiar em regressar (“Rosa”; “Célia”; “Celeste”; “Felismina”; “Filomena”) • Familiares doentes e reformados por invalidez no país de acolhimento com vontade de regressar a Portugal (“Carminda”; “Aida”; “Júlia”; “Silvina”)
<p>Doença</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Opção por tratar da doença em Portugal (“Silvina”)
<p>Falta de trabalho</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desemprego (“Fernando”)

Fonte: entrevistas realizadas

Os laços que unem ainda o emigrante ao seu país de origem estão bem presentes no desejo de educar os filhos em Portugal. Segundo Poinard (1983:273), a educação dos filhos parecia ser o problema mais difícil de resolver para as famílias emigrantes. Chegada a altura da entrada dos filhos na escola era tempo de tomar decisões. Se estes iniciassem o ensino escolar no estrangeiro significava que o regresso definitivo poderia não mais vir a acontecer. Ora, para muitos, isso era impensável. Silvino ponderou e decidiu que era tempo de regressar:

“Chegou uma altura E virei-me para a mulher e disse: “- temos aqui um assunto a decidir. Ou pensamos em ficar em França para sempre ou regressamos a Portugal, porque daqui a três ou quatro anos nós já não tiramos daqui os miúdos, vão para o liceu e ficam aqui. Quando [tiverem] doze ou treze anos [de idade] nem Português sabem falar ou mal. Nós temos de decidir isto!”. [e conclui] (...) vim para dar uma situação aqui aos meus filhos, para que não fossem emigrantes em França”
(*Silvino, 67 anos*).

Verifique-se pelo relato o sentimento de patriotismo que ligava Silvino ao seu país, quando refere que não queria ver os seus filhos emigrantes em França. A esposa de Artur também justificou o regresso pela preocupação com a educação dos filhos. Segundo refere o ambiente que lá se vivia entre os jovens não era o mesmo da sua aldeia. Enervava-a vê-los terem certos comportamentos que considerava desviantes e perigosos e por isso o melhor era regressar. Nas suas palavras:

“(…) Era eles a juntarem-se com aqueles franceses e a andarem uns com os outros e aquela “balreada” toda” (*esposa de Artur*).

No entanto, de novo deve ser frisado que a vontade de educar os filhos em Portugal era sobretudo um projeto dos homens. A afirmá-lo está o facto de apenas uma das dez entrevistadas se ter referido a esta razão como motivo para o regresso.

Quem conseguiu amealhar poupanças suficientes ou reforma que permitissem alguma estabilidade financeira em Portugal também pensou em regressar. A este respeito referem Portela e Nobre:

“Tanto a acumulação das poupanças antevistas e/ou o recebimento de indemnização e/ou pré-reforma, concorrem para o regresso (2002:1130)”.

Em 1982 Belmiro recebeu de indemnização 1500 contos e Cesário em 1985 trouxe 3000 contos. Achavam eles que já era muito dinheiro e que isso foi o que os animou a virem embora. Tiago recorda cheio de alegria que com o dinheiro que recebeu da indemnização pagou um jantar a todos os seus colegas de trabalho. No final, ofereceram-lhe um livro com fotografias dele no exercício da profissão de ajudante de trabalhos públicos, do qual faz parte a figura n.º 10.

Fernando não recebeu indemnizações, mas tinha dinheiro no banco em Portugal e, então, fez rapidamente as contas aos juros:

“ Eu se for para lá com os juros a 30% ... eu tenho 100 contos em cada mês ... era uma maravilha”
(*Fernando, 63 anos*).

Outros vieram já com a reforma fosse por invalidez ou por velhice. José e Agostinho trouxeram uma reforma que lhes permite viver desafogadamente em Portugal, pois trabalharam em França por mais de 40 anos. Pedro, por sua vez, trouxe da Suíça uma reforma

bastante mais baixa, que, segundo ele, é suficiente para viver em Portugal mas não para continuar a viver naquele país, como nos relatou a esposa:

“O meu marido sofreu um acidente de saúde (...) e depois, claro, os rendimentos (...) e lá a vida também já estava cara e naquele tempo o dinheiro que davam pela doença não era o suficiente. Então, optámos por vir” (*esposa de Pedro*).



Fig. 10 - Entrevistado Tiago no exercício da função de ajudante de trabalhos públicos na Suíça

O desgaste provocado pelas condições duras de trabalho foi também uma razão para, sobretudo os homens, abandonarem o estrangeiro, tal como referem Portela e Nobre (2002:1130):

“Não raramente o esgotamento físico e psíquico do imigrante homem, causado pelas condições de vida e trabalho, é também invocado como razão de peso para abandonar a França”.

Eis os relatos daqueles que desejavam regressar porque fisicamente se encontravam esgotados:

- “Andava chateado daquilo e eu fazia muitos kms por dia, cheguei a pontos que eu cansei” (*Vicente, 65 anos*);
- “(...) Estou cansado. Nesta vida que eu ando não estou para isso. Vou-me embora” (*Fernando, 63 anos*);
- “Estava cheio de trabalhar em França, lá trabalha-se muito” (*Celestino, 81 anos*);
- “Eu trabalhava como um escravo” (*Domingos, 65 anos*);
- “(...) Chegámos a um ponto que estamos cheios de trabalhar. Quando a gente só pensa em trabalhar é complicado. O emigrante antigo ia lá para trabalhar para ganhar dinheiro. Já estava saturado de trabalhar e, portanto, tentei fazer uma vida mais fácil” (*Anibal, 63 anos*);
- “Da vida que lá fazia não sinto saudades nenhuma” (*Agostinho, 65 anos*).

O desejo de autonomia no trabalho e na gestão do tempo livre era cobiçado por todos e só na terra natal conseguiriam realizar esse objetivo. Celestino sentia saudades das festas e feiras regionais características de Portugal e de ir a um qualquer café comer uma patanisca com os

amigos. Por isso mal ficou reformado tratou logo de regressar. A filha de Celestino também concorda quanto à qualidade de vida superior em Portugal quando refere:

“Cá temos melhor qualidade de vida, disso não há dúvida. Lá é mais trabalho casa, casa trabalho. Naquela altura estava-se em França para ganhar dinheiro. Havia muita oferta, podíamos ter equitação, patinagem artística (...) só que essas coisas custavam dinheiro e nessa altura era só mesmo pensar em juntar dinheiro para o regresso (...)” (*Filha de Celestino*).

A seguir ao apego a Portugal e à terra surgem as razões de ordem familiar como a segunda razão mais invocada para o regresso, o que corrobora a afirmação de Marinho Antunes (1981:24), quando afirma:

“Em especial no que respeita aos emigrantes portugueses na Europa, parece que a maioria deles manifesta a vontade de, algum dia, regressar à sua terra de origem, especialmente os de mais idade e aqueles cuja família se encontra em Portugal”.

Com efeito, ter familiares em Portugal constituía motivo de regresso sobretudo para os homens. Artur quando tinha a família em França não se importava sequer em vir de férias. Contudo, como a família regressou a Portugal a sua perspetiva quanto ao regresso também se alterou, como explica:

“(...) foi por causa dos filhos [que regressei], porque eles estavam cá e eu lá. Acabou. Não tornei. Agora é para lá e acabou” (*Artur, 66 anos*).

Carlos também achou que não fazia sentido estar separado da família ainda que sentisse vontade de continuar na Suíça. Nas suas palavras:

“Muito claro: eu regressei porque não faz sentido estar um num lado e o outro no outro, e eu já estava lá há um ano e meio sozinho. Tenho pena porque eu lá ganhava muito dinheiro” (*Carlos, 56 anos*).

Convém referir que em ambos os casos citados a separação da família não durou mais do que dois anos, o que nos leva a concluir à semelhança de Poinard (1983:281), que não era fácil para o emigrante vencer no estrangeiro se não tivesse a família por perto.

Situação diferente era a daqueles que não tinham outra alternativa se não regressar porque tinham pais, irmãos e outros familiares doentes em Portugal a necessitar de cuidados. Nestes casos como afirma Marinho Antunes (1981:24), a realização do objetivo de regresso está dependente de circunstâncias que a isso obriguem, ao contrário de todas as outras situações em que o retorno não tem prazo estabelecido.

Outros, ou melhor outras, viram-se obrigadas a regressar para satisfazer a vontade do cônjuge ou de outros elementos do agregado familiar. Uns reclamavam estar doentes outros simplesmente queriam era regressar. Esta foi a situação de Rosa, como refere:

“Por mim estava sempre em França. O meu marido queria vir embora. Estava lá há doze anos. [Dizia o marido] - eu quero ir embora para Portugal, estou cheio de França. Dinheiro não tenho mas quero ir embora! E eu, por minha vontade, ainda hoje lá estaria!” (*Rosa, 68 anos*).

A Célia também não restou outra opção. O marido estava resolvido a vir embora, porque, embora integrado em França, sentia que a terra que pisava não era a sua, como explica:

“(…) Eu sempre quis vir. Sempre tive a ideia de vir porque o meu país nunca havia nada que o preenchesse. Eu estive lá este tempo todo, mas sentia-me sempre estrangeiro. A terra que eu calcava não a considerava minha. Eu olhava para o chão, para as árvores, para a montanha, eu olhava para tudo, mas eu não tinha aquele à vontade, aquele prazer de olhar, porque aquilo não era meu. No fundo, eu olhava para aquilo e dizia assim: - isto não me pertence!. Naturalizar-me não me naturalizava, isso era coisa que eu não faria virar a casaca, virar as costas ao meu país não o fazia. (...). Eu só me senti bem quando vim para cá (*Marido de Célia*).

Os dois últimos motivos invocados para o retorno foram a doença de Silvina, e a falta de trabalho de Fernando. Mas a grande diferença volta a residir no facto de serem as mulheres as mais relutantes ao regresso. Pois enquanto Silvina afirma que só regressou porque os médicos não se “entendiam” com a sua doença, como descreve:

“[Querias regressar a Portugal?] Não, não queria vir. Quando vim vinha doente queria vir, eu sei que vinha para me tratar melhor porque lá eles não se entendiam com a minha doença e então marido disse vamos embora porque eu estou aleijado, tu estás doente, vamos embora” (*Silvina, 59 anos*).

Fernando embora não tivesse trabalho estava “morto por regressar”. E a falta de trabalho serviu apenas de pretexto, pois não se esforçou muito para encontrar outro emprego.

Em resumo, podemos dizer que os principais motivos de regresso foram:

- 1) Nos homens o sentimento profundo que os liga a Portugal e à terra onde nasceram. São disso exemplo o desejo de educar os filhos em Portugal; o desejo de cá aplicarem as poupanças e gozarem os rendimentos auferidos; o regresso antecipado ainda que provocado pelo desgaste físico e o desejo de autonomia no trabalho e na gestão do tempo livre no seu país de origem;
- 2) Nos homens e mulheres os familiares doentes em Portugal que necessitavam de assistência;
- 3) Na maior parte das mulheres o regresso foi imposto pela vontade do cônjuge;
- 4) Doença e falta de trabalho.

5.4. A reinserção do emigrante no Concelho de Vieira do Minho

Importa neste capítulo analisar os processos de reintegração dos entrevistados no Concelho de Vieira do Minho, nomeadamente as oportunidades e dificuldades encontradas relativamente a

esferas da vida económica, social e cultural, pois quem regressa encontra um quadro de referenciais e modos de vida que podem ser diferentes daqueles a que já se tinha habituado no país para onde emigrou.

Começamos por analisar através da tabela seguinte n.º 31 a profissão a que regressam e o investimento efetuado.

5.4.1. Atividade a que regressam os entrevistados e o investimento efetuado

Tabela 31 – Atividade a que regressam os entrevistados, investimento efetuado e dificuldades encontradas

Atividade (s) ou outra situação	Investimento	Dificuldades encontradas
Agricultura <u>Pequena dimensão</u> (“Simões”; “Afonso”; “Fernando”; “Sérgio”; “Pedro”; “Artur”; “Serafim”; “Tiago”; “Celestino”; “Cesário”; “José”; “Domingos”; “Guilherme”; “Felismina”; “Aida”; “Margarida”; “Rosa”; “Júlia”) <u>Média dimensão</u> (“Silvino”) Empregado de serviços de construção civil (“Artur”; “Vicente”; “Carlos”; “Jorge”; “Guilherme”) Reformado (“Pedro”; “Celestino”; “José”; “Domingos”; “Agostinho”) Doméstica (“Carmina”; “Celeste”; “Silvina”; “Filomena”) Comerciante (“Belmiro”; “Aníbal”) Costureira (“Felismina”) Empregada de fábrica de confeções (“Célia”) Serviços de devastação de matas (“Carlos”) Agente imobiliário (“Sérgio”) Proprietário de espaço de diversão noturno (“Sérgio”) Armazenista de artigos de decoração (“Silvino”)	Filhos <u>Estudo</u> (“Almeno”; “Artur”; “Silvino”; “Celestino”; “Afonso”; “Felismina”) <u>Futuro</u> (“Vicente”) Agricultura <u>Compra de terrenos</u> (“Pedro”; “Celestino”; “Cesário”) <u>Compra de alfaías agrícolas</u> (“Cesário”) <u>Construção de vacaria</u> (“Silvino”) Compra de lojas; apartamentos/casas (“José”; “Silvina”) Compra de terreno para construção (“Domingos”) Construção de habitações (“Vicente”) Proprietário de armazém de artigos de decoração (“Silvino”) Proprietário de espaço de diversão noturno (“Sérgio”) Compra de mini mercado para a esposa (“Cesário”) Recuperação de habitação do próprio (“Jorge”)	Salário mais elevado no país de acolhimento e falta de emprego (“Artur”; “Sérgio”; “Carlos”; “Celestino”; “Cesário”; “Guilherme”; “Serafim”; “Jorge”; “Celeste”; “Afonso” “Carmina”; “Filomena”; “Margarida”; “Felismina”; “Rosa”) Regresso à agricultura (“Rosa”; “Margarida”; “Felismina”) Agricultura investimento sem retorno (“Silvino”) Preferência pelo modo de vida urbano (“Aida”; “Célia”)

Fonte: entrevistas realizadas

Analisemos em primeiro lugar qual (ais) a(s) profissão(ões) a que regressam os homens, bem como as oportunidades e as dificuldades encontradas por eles nesta matéria. Como podemos constatar a grande parte voltou para a agricultura - profissão na qual trabalhavam antes de emigrar. Estes dados assemelham-se no essencial e pelos mesmos motivos aos resultados de outros estudos válidos para o contexto nacional, regional e local (Amaro et al., 1984:203; Gonçalves, 2009:220; Poinard, 1983:283; Portela e Nobre, 2002:1133; Silva et al., 1984:127). Regressam então, a uma agricultura essencialmente pobre, familiar e sem quaisquer dimensões de mercado direcionada sobretudo para o autoconsumo. Esta realidade ficou a dever-se no geral ao desejo do retorno às origens e ao exercício de uma profissão mais autónoma. Isto porque nos países de emigração já estavam saturados de “aturar” patrões e de cumprirem horários e condições de trabalho rígidas, logo eles que tinham crescido na aldeia e estavam habituados a andar pelos campos e a falar com o vizinho da localidade mais próxima que calhava de passar à sua porta. Os rendimentos até podiam ser bastantes inferiores, mas a liberdade e o sossego que conseguiriam compensariam de certeza. Fernando e Tiago já vinham de cabeça feita e nem pensar em dizer-lhes que poderiam ter procurado um trabalho assalariado. Nas suas palavras:

- “Então ia deixar a França para vir para aqui enriquecer os outros? Eu tinha terras. Tinha a minha casinha. Tinha um bocadinho de dinheiro de lado (...) tinha subsídio das ovelhas (...)” (*Fernando, 63 anos*);
- “Eu se me vim embora foi para trabalhar no que era meu” (*Tiago, 74 anos*).

A preferência dos homens pela aldeia e pelo modo de vida rural é acentuada até mesmo para José e Silvino, únicos entrevistados que mencionaram a falta de espaços de lazer e de convívio, e das “politiquices” dos meios pequenos. Quanto questionados a este respeito a maioria respondia prontamente:

- “Gosto muito mais da aldeia do que da cidade. Para mim a cidade é muito confusa. Stressa mais” (*Sérgio, 58 anos*);
- “Em Braga não me dava me dava, nem que me dessem lá um apartamento” (*Pedro, 49 anos*);
- “Não gosto da cidade. Só gosto da cidade para passear – ir de manhã e vir à noite. Viver em Braga? Não!” (*Serafim, 50 anos*).

Em segundo lugar, e corroborando novamente os resultados dos estudos anteriormente referenciados, aparece-nos a construção civil como atividade de referência para os homens, fazendo uns “biscates” aqui e acolá, o que significa que trouxeram o perfil de profissões não qualificadas exercidas aquando da permanência no estrangeiro. E aqueles poucos que se consideravam mais capazes e mais “matreiros” não foram além do exercício de profissões que pouco impacto têm no tecido produtivo como foi o caso de Belmiro e Aníbal que montaram

um pequeno estabelecimento comercial, ou de Sérgio e Silvino que além da agricultura tinham como atividades complementares no primeiro caso a de agente imobiliário e proprietário de espaço de diversão noturno, e no segundo caso a de agente imobiliário.

Como vemos, o apego à terra era forte e a vontade em regressar também. Mas será que, depois de integrados nas atividades ou ocupações que tinham delineado como os seus projetos no futuro, não sentiram dificuldades? Para quem esteve tanto tempo emigrado fora a comparação entre a terra de antes e a terra de agora é inevitável. Muito se escreveu acerca da inexistência de uma política de retorno que cuidasse da valorização humana e profissional dos emigrantes. E a situação foi tanto mais grave nos concelhos como Vieira do Minho onde o desemprego é um dos problemas mais preocupantes por não existirem respostas adequadas de integração profissional. Mas também como foi referido atrás, os regressados, sobretudo homens, não vinham com a ideia de procurarem emprego assalariado em Vieira do Minho, porque isso eles já tinham nos países de acolhimento. Até porque sabiam, à partida, que essa não seria uma tarefa fácil. Daí terem investido tanto na compra de terrenos para a agricultura por saberem que no campo encontrariam sempre trabalho. Afonso expõe do seguinte modo a realidade económica do concelho de Vieira do Minho aquando do seu regresso em 1989:

“Esta zona aqui de Vieira é muito difícil. Vieira do Minho há uns anos atrás não era nada. [A partir de 1989] aí é que Vieira começou a evoluir e a haver mais cafés (...) a única coisa que aqui havia eram empregos na Câmara e no Hospital” (*Afonso, 66 anos*).

A grande dificuldade sentida pela generalidade dos homens, à exceção de alguns entrevistados reformados, foi a diminuição drástica do nível dos rendimentos. A ânsia do regresso nos homens conduziu, muitas vezes, a decisões impensadas. Sérgio rapidamente se deu conta desta dura realidade, como refere:

“(...) Aqui não ganhava dinheiro nenhum como lá ganhava. Esse é que foi o meu grande problema” (*Sérgio, 58 anos*).

E Serafim ainda não conseguiu sequer regressar de vez, e isso é o que ele mais quer, como descreve:

“Gosto mais de viver aqui (...) eu gosto de viver no nosso país mas tinha de viver com rendimentos que me dessem para viver. [as idas são apenas por causa de dinheiro?] de dinheiro, mais nada. Não me interessa mais nada (...) quando o meu país não permite que a gente trabalhe e que consiga levar a vida, temos de ir para outro lado” (*Serafim, 50 anos*).

Analisando agora a profissão (ões) a que regressam as mulheres, constatamos que para além da agricultura regressam também à situação tradicional de donas de casa - resultado a que chegaram também os estudos a que acabámos de aludir. Ao contrário dos homens, e com exceção de Filomena e Júlia as mulheres não são perentórias a afirmar que preferem viver na

aldeia. As posições dividem-se. Umas não têm a certeza se preferem a aldeia ou a cidade. Mas tendo em conta que essa foi a decisão dos maridos e porque sabem que este foi o destino de muitas mulheres emigrantes que conheciam, adotam uma posição de conformismo como aconteceu com Rosa e Margarida. Nas suas palavras:

- “Adaptei-me que remédio” (*Rosa, 68 anos*);
- “Também gosto da cidade, mas a gente está aqui habituada está aqui” (*Margarida, 60 anos*).

Outras porque no estrangeiro viviam em pequenas vilas nem notam muito a diferença, como descreve Felismina:

“Lá já morava numa pequena vila, porque se morasse em Paris era diferente. Achei Graça a uma portuguesa de Guimarães que me disse: “Eu pensava que França era uma coisa assim muito...mas afinal aqui também há silvas” (*Felismina, 71 anos*).

Mas noutras como em Aida e Célia, a preferência pela cidade é clara e inequívoca, pelo que a adaptação à vida local foi extremamente complicada. Célia teve de ir viver por algum tempo para a Póvoa de Varzim porque segundo ela o ambiente de lá era mais parecido com aquele a que se tinha habituado em França. Ela sentia falta do movimento – de ver simplesmente pessoas a passear e a fazerem barulho nas ruas. E Aida necessitou de ser seguida em psiquiatria. Com a voz embargada pelas lágrimas que lhe foram caindo ao longo de toda a entrevista contou-nos, que adorava a vida citadina e que nunca conseguiu recuperar do desgosto de ter vindo para uma aldeia. Vale a pena expormos o seu relato:

“ [Após o regresso] (...) deixei-me ficar fechada na minha concha. Estive tão mal que procurei psiquiatria. Precisava que me aliviassem a cabeça. Adorava, adorava a vida da cidade é um espetáculo! Aqui não há nada, fechando a porta à noite não há mais nada. Ai, eu senti muitas muitas saudades [de França]. Tive de ser seguida mentalmente! O médico não conseguia controlar-me. Foi um choque. Quando chegava a hora de fechar as janelas e as portas e olhava para a serra e começava a ver a sombra da noite a descer era uma desgraça. Eu não podia controlar, não sei porquê, não sei porquê. Depois, não via mais ninguém, ai foi terrível! Faltou-me o movimento, fui habituada nele. Em França tínhamos muitos amigos, depois falta tudo. Eu vim para o que é meu, tenho tudo isto mas é como se não tivesse nada. É como se não fosse meu. Vir para aqui foi uma tristeza. Tenho muitos telefonemas, cartas – tenho muitos amigos lá [em França]. O meu marido nunca foi de sair. Mas nós os três [ela e os filhos] vamos até Braga ver o futebol e lá se passa um pedaço da tarde e da noite. Ele [o marido] não queria ir para a cidade. Ele só pensava na terrinha dele” (*Aida, 62 anos*).

Regressar à agricultura e à vida de domésticas significou para a maior parte as mulheres um retrocesso. Pois se é certo como afirma Karin Wall (1984:56), que a presença da mulher camponesa no estrangeiro, o projeto migratório e o regresso são elementos indissociáveis, também é certo que a adaptação destas às sociedades de acolhimento foi extraordinária. De facto o projeto migratório inicial era aquele. Contudo, com o passar do tempo as experiências que vivenciam nas sociedades de acolhimento levam-nas a querer adiar o regresso porque são elas que mais vantagens retiram com o processo migratório, seja a nível económico, social ou

cultural. Na sua terra de origem eram domésticas e agricultoras e não recebiam qualquer salário. Ora, a emigração facultou-lhes ganhos económicos e logo, autonomia financeira. Além disso como bem referiu Portela e Nobre (2002:1133;1135;1142), a mulher sente a perda quer da sua liberdade de relacionamento com o exterior, porque agora está confinada a um espaço exíguo que exige permanência constante e mais controlado, quer das facilidades que os países estrangeiros facultavam nomeadamente ao nível do enquadramento escolar dos filhos etc. Assim, regressar significa regredir, pois voltaram para profissões não assalariadas. Várias são as entrevistadas a referir que para “levar a vida” são melhores os países onde estiveram emigradas. Eis os seus relatos:

- “Também gosto de trabalhara na agricultura. A gente foi criada no campo, mas claro que lá era diferente. Vive-se diferente daqui. Há outro nível de vida. Há mais dinheiro” (*Margarida, 60 anos*);
- “Temos de nos privar de muita coisa aqui que a gente não se privava lá. Nós, lá, sabíamos que se gastávamos agora dez amanhã podíamos recuperar. Aqui Deus nos livre, tem de se jogar com aquilo que temos” (*Carmina, 67 anos*);
- “(...) Ao princípio, quando a vida começa a andar ao para trás, vinham-nos assim uns pensamentos... para que é que a gente veio tão cedo? A gente lá ganhava muito dinheiro” (*Filomena, 56 anos*);
- “Eu sentia-me lá bem. A vida era mais fácil para viver. Chegava ao fim do mês recebia aquele dinheirinho” (*Rosa, 68 anos*).

Vale ainda apenas expormos o relato da esposa de Fernando que retrata a experiência de muitas mulheres que regressaram às terras compradas com tanto entusiasmo pelos maridos:

“Eu não queria vir. Estava lá tão bem! Estava lá a família toda. O que é que eu vinha para aqui fazer? Chego aqui comprámos umas vacas e um bando de ovelhas. Tínhamos as terras e eu andava aí a trabalhar como uma negra de manhã à noite. Lá não é trabalho como aqui. Eu lá tinha Sábados e Domingos livres. Tinha uma vida melhor” (*Esposa de Fernando*).

No que se refere ao investimento, as poupanças foram aplicadas, em primeiro lugar, no estudo dos filhos. Saliente-se que a maioria regressou com os filhos ainda em idade escolar. Além disso, é notório o desejo de investir na escolarização prolongada dos filhos para que estes conseguissem profissões diferentes das suas. Partem do princípio de que com mais estudos os filhos conseguirão mais facilmente trabalhos mais leves permitindo-lhes ao mesmo tempo adquirir um estatuto social mais elevado, não ficando assim “condenados” ao exercício de atividades não qualificadas que exigem condições duras de trabalho. A segunda grande opção de investimento do capital amealhado foi na compra de terrenos para a agricultura, pelos motivos já enunciados ao longo deste trabalho, nomeadamente o do apego à terra; o da autonomia no trabalho; e o da segurança que a terra proporciona nas comunidades rurais. O que nos conduz à conclusão de que raramente o ex-emigrante se converteu em investidor produtivo, tendo em conta a falta de capacidade de inovação e modernização do setor agrícola

e também as condicionantes que o próprio concelho de Vieira do Minho apresenta. Silvino foi o único entrevistado que tentou, de algum modo, investir no setor agrícola, mas arrependeu-se, tal como nos disse:

“Eu gosto da agricultura, mas não há rentabilidade” (*Silvino, 67 anos*).

Alguns entrevistados mais hábeis com o dinheiro que ia sobrando, após a aquisição de terrenos e do estudo dos filhos, investiram ainda na aquisição de lojas, apartamentos e casas na Póvoa de Lanhoso e em Braga com vista ao arrendamento, fazendo, desta forma, frutificar as suas economias. Contudo, mais uma vez, constatamos e é esta a ideia dominante a reter, que quem investia não o fazia para sua satisfação pessoal ou profissional. Em regra, diziam-nos que tudo o que faziam era a pensar no futuro dos filhos. Assim, e refletindo sobre tudo o que foi dito, podemos afirmar, na linha de outros estudos realizados (Amaro et al., 1984:208; Antunes, 1981:21; Gonçalves, 2009:220; Gonçalves e Machado, 2007:79-80; Leandro e Rodrigues, 2007:109; Poinard, 1983:261; 280; Portela e Nobre, 2002:1132; Silva et al., 1984:127-8; 150-2), que os emigrantes das décadas de 60 e 70 foram agentes de poupança, mas não investidores. O que não surpreende, uma vez o exercício de profissões não qualificadas, aliado aos baixíssimos graus de escolarização, não permitirem conceber projetos mais ambiciosos. Assim, podemos afirmar que a tradição se manteve ao par de um horizonte extremamente limitado das aspirações. Daqui resulta que os entrevistados não trouxeram consigo um perfil demográfico e socioprofissional favorável ao desenvolvimento empresarial. Aliás, quando questionados se alguma vez sentiram necessidade de voltar ao ensino escolar, eles respondiam: - “para quê? Não vejo que isso me servisse para alguma coisa”.

5.4.2. Acesso aos bens de consumo, modo de vestir e conforto na habitação

No trabalho realizado por Amaro et al. (1984:209), encontramos a seguinte afirmação:

“A inovação pela via do consumo é, aparentemente, aquela que maior impacto poderá ter (ou ter tido) na sociedade portuguesa, uma vez que o emigrante, quando regressa apresenta-se com um padrão de aquisições bastante alterado relativamente ao que deixou em Portugal (...)”.

Da mesma opinião é M. Leandro, (2004:106), quando afirma que:

“Os projetos migratórios não integram apenas uma dimensão económica, mas também social e cultural, como tem vindo a revelar-se na procura e no acesso a muitos bens da modernidade avançada”.

Ou seja, os estudos convergem na opinião de que o emigrante quando regressa apresenta um padrão de consumo bastante mais exigente do que aquele que deixou quando partiu e, daquele que encontra quando regressa.

A tabela abaixo n.º 32 indica as principais dificuldades e oportunidades que os entrevistados encontraram nesta matéria.

Tabela 32 - Acesso aos bens de consumo, modo de vestir e conforto na habitação

	Dificuldades na localidade de residência	Oportunidades na localidade de residência	Não notaram diferenças significativas do país de acolhimento para a localidade de residência
Acesso aos bens de consumo	Inexistência de grandes superfícies comerciais próximas do local de residência ("Pedro"; "Vicente"; "Serafim"; "Jorge"; "Silvina"; "Filomena"; "Rosa"; "Margarida"; "Celeste"; "Júlia")		("Carlos"; "Silvino"; "Aníbal"; "Guilherme"; "Felismina"; "Carminda")
Modo de vestir		("Agostinho"; "Rosa")	("Pedro"; "Artur"; "Fernando"; "Silvino"; "Domingos"; "Filomena"; "Margarida"; "Célia"; "Aida")
Conforto na habitação	Falta de aquecimento ("Silvina"; "Margarida")	Melhores condições habitacionais ("Fernando"; "Tiago"; "José"; "Cesário"; "Aida"; "Felismina"; "Filomena")	

Fonte: entrevistas realizadas

Como podemos observar, as entrevistas realizadas demonstram que, de facto, quem regressa sente a diferença, sobretudo se estivermos a falar de um concelho como o de Vieira do Minho, onde o acesso aos bens é uma das maiores dificuldades presentes no dia-a-dia destas comunidades rurais e mais gravoso era à altura do regresso dos entrevistados. A falta de estabelecimentos comerciais nas aldeias ou nas imediações próximas constitui um problema sobretudo para as mulheres. Nos países onde estiveram emigradas abundavam as grandes superfícies comerciais perto da habitação e os transportes também. As opções de escolha eram variadas como descreve Rosa:

"Por minha vontade ainda hoje lá estaria. Gostava por tudo. Saía de casa tinha tudo – aqueles marchés, aqui não! O que é que há aqui? Da França gostava, quando trabalhava da parte da manhã de tarde estava mais livre para dar uma volta pelos marchés!" (Rosa, 68 anos).

Ora, quando regressam o cenário muda. As lojas que, porventura pudessem existir nas aldeias, não possuíam em muitos casos os pequenos produtos indispensáveis. A esposa de Cesário por exemplo, viu-se obrigada a deslocar-se à sede de concelho para ter acesso a um bem tão elementar como o trigo. As mulheres sentem de facto a falta desses e doutros bens que nos países estrangeiros já existiam e cá não - esses ditos bens de modernidade mais avançada, que no fundo não passavam de bens básicos à alimentação. Júlia lembra, a propósito, que trazia iogurtes de França porque cá ainda não existiam. Isto acarretou nalguns casos como afirma Poinard (1983:288), que nas aldeias as pequenas lojas fossem substituídas por estabelecimentos de comércio mais numerosos e mais especializados, absorvendo uma boa parte das poupanças do emigrantes. Daí se afirmar que a inovação pela via do consumo foi aquela que mais impacto teve por parte do emigrante no tecido económico. Mas não era e continua a não ser somente da falta desses bens elementares de que as mulheres sentem saudades. Elas sentem saudades de passear pelos armazéns de roupa, muito embora não tivessem trazido padrões de exigência superiores aos dos residentes locais porque, como referem, o modo de vestir entre cá e lá não difere muito. Contudo, recordam que lá viram senhoras bem vestidas como cá nunca tinham visto, o que denuncia a abertura extraordinária com que as mulheres encararam as sociedades de acolhimento e o que isso lhes proporcionou em termos de alargamento de horizontes de vida.

No que concerne ao conforto na habitação há a fazer duas distinções. Se, por um lado, os investimentos efetuados em Portugal permitiram construir casas com grandes dimensões e equipadas com todos os eletrodomésticos, justificando expressões como:

- “Aqui é que eu tinha tudo” (*esposa de Artur*);
- “A casa que eu tinha lá não era de luxo. Era melhor cá” (*Felismina, 71 anos*).

Por outro lado, faltava o aquecimento. E foram sobretudo as mulheres que mais notaram a sua ausência. Silvina tinha cá uma casa grande, mas no Inverno não se importava de viver no seu pequeno mas quente apartamento na Suíça.

Resumindo, a grande dificuldade encontrada no que se refere ao acesso aos bens de consumo foi e continua a ser a da falta de estabelecimentos comerciais e de transportes nas aldeias ou nas imediações próximas limitando sobretudo as mulheres nas oportunidades de escolha.

5.4.3. Burocracias

Quem regressa depara-se com um sistema de organização e funcionamento que comporta normas e procedimentos diferentes daqueles a que estava habituado no país onde esteve emigrado. A comparação entre tratar de documentação cá e lá é inevitável. A tabela abaixo n.º 33 pretende expor se a preferência recai sobre o país de acolhimento ou sobre Portugal.

Tabela 33 - Burocracias

	Preferência pelo país de acolhimento	Preferência por Portugal	Igualdade de tratamento em ambos os países
Burocracias	<p>Celeridade (“Serafim”; “Silvino”; “Aníbal”; “Paulino”; “Fernando”; “Pedro”; “Cesário”; “Aida”; “Célia”; “Rosa”)</p> <p>Zelo (“Sérgio”; “Serafim”; “Vicente”; “José”; “Carlos”)</p> <p>Organização (“Silvino”; “Jorge”; “Guilherme”)</p> <p>Correção no atendimento (“Serafim”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Paulino”; “Celestino”; “Domingos”; “Célia”)</p>	<p>Solicitação de menos documentos em Portugal (“Celeste”)</p>	<p>(“Júlia”)</p>

Fonte: entrevistas realizadas

Ao que parece, a diferença é bastante significativa e a favor do país de acolhimento. São diversas as críticas a realidades que os entrevistados vão vivenciando no seu país natal. Muitos falam na falta de celeridade. Sem quaisquer dúvidas e até com raiva, são perentórios a afirmar:

- “Não agradecem nada ao emigrante. Estamos a gastar o que ganhámos lá aqui. Podiam facilitar as coisas. Em termos de documentação prefiro fazer seja lá o que for em França. É mais rápido” (*Agostinho, 65 anos*);
- “Cá passado dias ainda está tudo igual” (*Serafim, 50 anos*);
- “Aqui há mais burocracia, lá é logo tudo feito” (*Célia, 68 anos*).

Outros falaram também da falta de zelo por parte das instituições portuguesas. Dizem que cá é uma trapalhada e que não explicam nada. Um procedimento a que aludem muitos emigrados em França, é o facto dos formulários dos impostos já virem preenchidos o que denota a

eficiência dos serviços franceses. Entendem os nossos entrevistados que mesmo em termos de organização lá é outra coisa:

- “Lá têm outra maneira de funcionar. Cheguei a Portugal e deparei-me com um serviço público muito mau. Era um regalo tratar de qualquer assunto na Câmara [em França] porque aquilo estava tudo definido por guichets” (*Silvino, 67 anos*);
- “No Luxemburgo vai-se a um banco não se vê bicha nenhuma. Íamos ao Banco Português era logo uma bicha” (*Jorge, 55 anos*).

Além disso, dizem que nos países estrangeiros são melhor atendidos porque a mentalidade é outra:

- “São mais atenciosos. Têm outros valores que nós não temos” (*Guilherme, 68 anos*);
- “Aqui tem de se ir com o chapéu na mão pedir aos senhores para fazerem as coisas e não são muito respeitáveis” (*Agostinho, 65 anos*);
- “O sistema de França é o seguinte: somos todos tratados de forma igual (portugueses e franceses). Mas parece que tinham mais carinho por quem não sabia. Aí é que tinham o valor todo. Quando entrasse um estrangeiro que eles vissem que tinha dificuldade em falar, olhavam-nos nos olhos para verem o que ele queria e do que a pessoa precisava. A mentalidade lá nasceu assim” (*marido de Célia*).

Em conclusão, podemos afirmar que a preferência por tratar de documentação nos países de acolhimento é inegável, sobretudo por causa da “mentalidade” e dos valores.

5.4.4. Assistência médica

A maior dificuldade sentida pelos entrevistados homens e mulheres aquando da reintegração em Portugal, foi, sem dúvida, a relacionada com a prestação de cuidados de saúde. A distribuição imperfeita da assistência pelo território nacional fez com que a assistência médica se acumulasse nos centros urbanos, rareando nas regiões rurais mais pobres. As aldeias aonde regressam os entrevistados não têm médico. A assistência médica mais próxima - médico de família - dista a quilómetros da zona de residência e a situação torna-se ainda mais precária com a falta de transportes. Para certas consultas por especialidade e internamento é necessária a deslocação à cidade de Braga. Mas as críticas dos entrevistados não são apenas feitas a Vieira do Minho, são feitas ao todo nacional. Entendem eles que a medicina em Portugal está muito aquém da praticada em países como França, Suíça ou Luxemburgo.

A tabela abaixo n.º 34 indica-nos que a preferência pelos cuidados de saúde no país de acolhimento é uma realidade.

Tabela 34 - Assistência médica

	Preferência pelo país de acolhimento	Preferência por Portugal	Igualdade de tratamento em ambos os países
Assistência médica	<p>Melhor tratamento em todos os aspetos relacionados com prestação de cuidados de saúde (“Fernando”; “Sérgio”; “Serafim”; “Cesar”; “Cesário”; “Jorge”; “Guilherme”; “Júlia”)</p> <p>Atendimento rápido em hospitais etc. (“Simões”; “Pedro”; “Tiago”; “José”; “Agostinho”; “Rosa”; “Silvina”; “Filomena”)</p> <p>Médicos sempre disponíveis (“Silvino”; “Rosa”; “Margarida”; “Carmina”)</p> <p>Menos dispendioso (“Silvino”; “Tiago”; “Filomena”; “Margarida”; “Celeste”)</p> <p>Atendimento não discriminatório (“Domingos”; “Felismina”; “Celeste”; “Aida”)</p> <p>Melhor organização dos serviços (“Artur”)</p>	<p>Reembolso das prestações de saúde no país de acolhimento mais moroso (“Simões”)</p> <p>Acesso aos cuidados de saúde no país de acolhimento bastante dispendioso (“Pedro”)</p> <p>Seguimento da doença melhor em Portugal (“Silvina”)</p> <p>Bons recursos humanos em Portugal (“Agostinho”)</p>	

Fonte: entrevistas realizadas

Quando questionados acerca do juízo que fazem sobre a questão em apreço, foram respondendo que a coisa de que sentem mais saudades dos países de emigração é da assistência médica. Dizem que lá são atendidos mais rapidamente; que os serviços estão melhor organizados; que a qualquer hora se tem médico disponível; que não há discriminação entre rico e pobre e que é menos dispendioso. José, à semelhança de tantos emigrantes já regressados não quer mudar a residência definitivamente para Portugal porque não quer perder o direito a consultas e a outro tipo de tratamentos que França ainda lhe vai permitindo.

Cabe referir aqui a exceção de que Agostinho falou. Referimo-nos aos profissionais de saúde que são tidos como excelentes pelos emigrantes, fator pelo qual Silvina preferiu tratar da sua doença em Portugal.

Pelos relatos dos entrevistados conseguimos perceber a atitude generalizada de insatisfação em relação ao funcionamento do sistema de saúde português à semelhança de outros estudos (Leandro e Rodrigues, 2007:113; Poinard, 1983:285). Nas suas palavras:

- “A maior dificuldade que tivemos desde que viemos foi a medicina. Aquilo que encontramos na medicina foi o pior. De resto se não se podia comer galinha comia-se uma sardinha tudo bem” (*Fernando, 63 anos*);
- “Para assistência era melhor França. Lá uma pessoa é assistida num prazo rápido. Em Portugal é uma desgraça. Somos chamados ao hospital, à clínica uma porrada de vezes” (*Simões, 67 anos*);
- “Lá não é como aqui. Lá há todas as regalias. Chamava-se o médico a casa dali a um quarto já lá estava” (*Margarida, 60 anos*);
- “Uma vez por semana ia ao dentista com os meus filhos. Não pagava nada. Aqui as pessoas são obrigadas a andarem mal!” (*Celeste, 62 anos*);
- “Lá seja branco, preto, rico ou pobre - chegas és atendido e não há cá discriminação. Cá é uma desgraça, foi uma das coisas que mais notei foi isso” (*Aida, 62 anos*);
- “Lá não falta nada. É tudo 100%. Não há esperas nem filas, aquilo era a coisa melhor do mundo” (*Artur, 66 anos*).

Em conclusão, podemos afirmar que tanto para os homens como para as mulheres, a maior dificuldade sentida aquando da reinserção em Vieira do Minho e em Portugal foi, sem dúvida, a da assistência médica.

5.4.5. Atitude dos residentes face aos entrevistados e a forma como os entrevistados avaliam os residentes

Com o regresso definitivo, o emigrante torna-se um personagem mais presente na zona rural a que retorna. Consequentemente, podem surgir por parte das comunidades locais, estratégias de inclusão ou de rivalidade. Os estudos realizados por Antunes, (1981:20;23); Gonçalves e Machado, (2007:75); Poinard, (1983:29) e Rocha-Trindade, (1982:5;1993:869), revelam que o comportamento migratório tem implícito um movimento de ascensão social que reclama alteração da posição social pré-existente originando por vezes tensões e conflitos com os ocupantes das posições sociais mais prestigiantes despossados de poder financeiro mas agarrados ao poder político apelidando os emigrantes de “novos ricos grosseiros”. Referem ainda que ao contrário destes, as classes populares revelam estratégias de inclusão dos emigrantes por lhes reconhecerem certos atributos, como a capacidade de sacrifício e de trabalho, vontade de melhorar de vida etc.

A tabela abaixo n.º 35 sintetiza as percepções dos entrevistados sobre a forma como foram recebidos pelos residentes locais e, ainda, o tipo de juízo de valor acerca destes comparativamente àqueles com quem conviveram nos países de emigração.

Tabela 35 – Atitude dos residentes face aos entrevistados e a forma como os entrevistados avaliam os residentes

Atitudes dos residentes face aos entrevistados	Avaliação dos residentes pelos entrevistados
<p>ATITUDES NEGATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inveja das poupanças acumuladas e dos investimentos efetuados (“Simões”; “Afonso”; “Fernando”; “Sérgio”; “Silvino”; “Celestino”; “José”; “Domingos”; “Aníbal”; “Guilherme”; “Agostinho”; “Silvina”) • Atitudes de desdém: o estrangeiro / o armante / o vaidoso (“Carminda”; “Filomena”; “Célia”; “Celeste”) • Desprezo (“Jorge”) • Atitudes individualistas / falta de convívio (“Carlos”) <p>ATITUDES POSITIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Admiração <u>A emigração encarada como ato de coragem de alguém que procurou melhor as suas condições de vida</u> (“Vicente”; “Serafim”; “Filomena”) <u>Na forma de estar e de vestir</u> (“Carminda”) <p>SEM DISTINÇÃO ENTRE EMIGRANTES E RESIDENTES (“Tiago”; “Rosa”; “Júlia”)</p> <p>POSIÇÃO DE INDIFERENÇA EM RELAÇÃO À ATITUDE DOS RESIDENTES (“Artur”)</p> <p>PROGRAMAS DE SENSIBILIZAÇÃO OU OUTRO TIPO DE APOIOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de programas de sensibilização (“Simões”; “Domingos”; “Pedro”; “Afonso”; “Guilherme”; “Silvino”) • Nunca precisaram de apoio (“Tiago”; “José”; “Serafim”; “Margarida”; “Júlia”) 	<p>AVALIAÇÕES NEGATIVAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouco corretos/justos/verdadeiros /respeitosos /humanos (“Pedro”; “Artur”; “Sérgio”; “Serafim”; “Carlos”; “Silvino”; “Domingos”; “Jorge”; “Aníbal”; “Agostinho”; “Aida”; “Silvina”; “Carminda”; “Rosa”; “Célia”) • Vivem de aparências (vaidosos, luxuosos) (“Afonso”; “Agostinho”) • Alarmistas e sensacionalistas (“José”) • Exploração dos emigrantes (“José”) • Mentalidades fechadas /a crítica (“Domingos”)

Fonte: entrevistas realizadas

Como podemos observar, a articulação entre ambas as identidades sociais- os que ficaram e os que partiram - não foi pacífica. Aliás, as atitudes negativas por parte dos residentes no acolhimento aos emigrantes sobrepuseram-se largamente às atitudes positivas. Criaram-se,

assim, situações de conflito. O problema parece residir no facto de o residente achar que o emigrante pretende reclamar para si uma posição social superior à sua e que afinal nem é merecedor dessa ascensão social a que aspira e os emigrantes contrapõem, dizendo que os residentes sofrem é de mal de inveja.

Os emigrantes sentem-se injustiçados. Quando abordados sobre estas questões, respondem logo: “Muitos cá pensam que é chegar ao estrangeiro abanar a árvore da pataqueira e já se vem rico para Portugal”. Os entrevistados têm pena que as pessoas sintam inveja de quem tanto amargou para agora poder ter uma vida melhor.

Vários são os relatos que mostram a desilusão face à inveja sentida pelos residentes:

- “Os portugueses têm um bocadito dessa doença [inveja] têm. Se a pessoa trabalhou muito isso está fora de questão. [Apontam os residentes] trabalham na lavoura, mas olha têm um carro, têm dois ou três” (*Fernando, 63 anos*);
- “Quando somos emigrantes começamos do zero. Se chegamos a ter alguma coisa as pessoas não nos olham com bons olhos” (*Anibal, 63 anos*);
- “Eu vi funcionários públicos a terem más respostas para emigrantes porque viam que os emigrantes faziam uma vida superior à deles - brutos carros que davam nas vistas. Eu cheguei a ter algumas conversas com indivíduos onde lhes disse: vocês acomodaram-se a um trabalhinho muito doce. Não vos aventurastes a emigrar como eu e outros. Agora evitai ter inveja do que nós temos, porque saiu-nos do corpo” (*Silvino, 67 anos*).

E a inveja converte-se em várias formas de luta, conduzindo a atitudes discriminatórias, apelidando o emigrante de vaidoso e de armante. Carminda contou-nos que no início da reintegração se sentia incomodada quando saía à rua, porque até para a cor dos sapatos que trazia calçados reparavam. E o marido de Célia disse-nos que aquilo que os residentes muitas vezes consideram “*armanço*” não passa de uma dificuldade sentida pelo emigrante. Referia-se ele à língua:

“O emigrante está com a língua estragada. Não consegue falar francês e, depois, não consegue também dar a explicação em português correto. É sempre atravessado. E as pessoas acham que é *armanço*” (*marido de Célia*).

Celeste sentiu-se estrangeira quando regressou e utilizou uma expressão muito usada pelo seu marido para descrever o modo como foram aceites pelos vizinhos:

“Nós somos emigrantes em França e somos aqui. Aqui é: olha! é francês!. Em França: olha! São portugueses!” (*Celeste, 62 anos*).

Mas, segundo os entrevistados, nem só de inveja padecem os residentes. Se os emigrantes regressassem a Portugal sem os seus objetivos terem sido atingidos e ocupassem profissões

menos prestigiantes ou autónomas, eram vistos pelos residentes como fracassados. Jorge sentiu-se depreciado socialmente quando foi obrigado a dedicar-se à profissão de cantoneiro:

“A sociedade bota-nos um bocadinho de lado – os próprios colegas. Quando andava aqui de cantoneiro andava com uma enxada e os meus colegas parece que nem ligavam. E eu dizia-lhes assim: “ó pá, não é por andar com uma enxada e um carrinho de mão que ides deixar de me ligar. Eu é que tinha de lhes falar!” (*Jorge, 55 anos*).

Carlos falou ainda das atitudes individualistas que caracterizam os portugueses e da falta de convívio. Dizia ele que cá é cada um para si. Que somos um povo egoísta.

Em relação às atitudes positivas, apenas quatro entrevistados se pronunciaram. Vicente, Serafim e Filomena sentiram admiração por parte dos seus vizinhos. Admiração por terem tido coragem para emigrar. Admiração por terem conseguido aguentar tantos sacrifícios. Admiração por terem conseguido amealhar as poupanças que fisicamente se foram tornando visíveis e ainda admiração e agradecimento pela atitude humilde que tiveram ao regressarem à terra natal. O regresso dos emigrantes significa para os que vivem na aldeia que aqueles nunca se esqueceram dos amigos, dos familiares e da terra. Em Lamalonga, uma das aldeias do concelho de Vieira do Minho, há muitos anos que se faz a festa em honra de Santo António. É sempre durante o mês de Agosto e no mesmo fim-de-semana, isto para que os emigrantes possam estar presentes. Aliás, em verdade se diga que a festa já é mais em honra dos emigrantes que do padroeiro da aldeia – Santo António, pois durante todo o ano, é vezes sem conta repetido: “Agora vem aí o mês de Agosto- vêm os emigrantes – vêm para a festa”. Muitos emigrantes já fazem conta às férias para que coincidam com a data da festa e, se isso não é possível, ficam destroçados.

Carmina disse-nos, ainda, que as pessoas da sua aldeia se, no princípio, a encaravam com inveja, sobretudo as mulheres por causa das roupas que vestia, rapidamente se aperceberam que aquilo não era vaidade. Foram reparando também noutros pormenores além da forma como se vestia, nomeadamente na maneira como falava e do que conseguiu aprender. Dizia ela que os ouvia murmurar:

“Olha! Vai ali a Carmina! Sim senhor! Diziam que eu era uma pessoa que me sabia apresentar e que podia falar com pessoas de baixo e de alto nível” (*Carmina, 67 anos*).

Depois três entrevistados mencionaram não sentir nem admiração nem inveja por parte dos residentes. Dizem eles que nas suas aldeias há muitos emigrantes e que já ninguém liga. E Artur e a esposa não se importavam sequer se iriam ser bem ou mal recebidos. Adotaram uma

posição de indiferença. A única coisa que lhes interessava era trazer economias que de resto orientação tinham eles que chegasse e não necessitariam de pedir auxílio a este ou àquele.

Quando questionamos os entrevistados se, aquando do regresso, verificaram a existência de programas de sensibilização ou de outro tipo de apoios, estes responderam que não, mas que também nunca precisaram. Afonso referiu que as pessoas tinham medo de informar. E que se emigrantes foram no estrangeiro, emigrantes continuaram a ser em Portugal. Assim, se as atitudes negativas se sobrepuseram às positivas e se não existiram quaisquer iniciativas de ajuda à integração a nível local, regional ou nacional, podemos deduzir que a adaptação do emigrante à terra a que regressa e a Portugal se ficou exclusivamente a dever ao seu esforço individual. Como eles próprios disseram: valeram-lhes as poupanças acumuladas e a astúcia adquirida no estrangeiro.

Ora, perante tal cenário, não surpreende que as críticas dos regressados aos residentes sejam bastante negativas. Em primeiro lugar, é preciso não esquecer como afirmam Leandro e Rodrigues (2007:110), que os projetos de partida dos emigrantes de essencialmente económicos passaram, com o tempo, a integrar indubitavelmente a vertente sociocultural (valores, ideais, sentido de justiça etc.). Os emigrantes pesam em consciência os fatores a favor de um ou outro modo de viver ou de uma ou outra forma de estar e desta comparação surgem as críticas. Resultado: Portugal ficou a perder por muito nesta matéria. São só críticas negativas que os entrevistados apresentam. Dizem que o povo português é pouco correto, pouco justo, que não existe respeito e que os portugueses são pouco humanos, como podemos verificar nas suas palavras:

- “Há outros valores, são mais corretos e pode dizer-se mais sérios (os franceses)” (*Silvino, 67 anos*);
- “Há disciplina (na Suíça). Toda a gente tem respeito” (*Silvina, 59 anos*);
- “Sobretudo os padrões franceses são pessoas muito corretas, onde os portugueses não são” (*Anibal, 63 anos*);
- “São mais carinhosas [as pessoas] em França. Aqui é cada um para si. Chegastes, viestes (...). Não vinha habituada a este tipo de pessoal. Em França tens uma dor de barriga os vizinhos não largam mais de vir à porta e aqui acaba de te morrer o homem ninguém cá vem!” (*Aida, 62 anos*).

Além disso, dizem que cá se vive de aparências. Que toda a gente quer ser importante. A esposa de Afonso, Afonso e Agostinho não vinham habituados a tal modo de pensar. Dizem que onde estiveram emigrados os “doutores” e trabalhadores de profissões menos qualificadas eram tratados da mesma maneira:

- “Convivíamos muito com diretores e com médicos. Eu fazia o café da manhã. Sentavam-se os doutores e sentava-se a mulher da limpeza” (*Esposa de Afonso*);
- “Aqui um tem, pensa que já é o rei de tudo. Lá não é assim!” (*Afonso, 66 anos*);
- “Os portugueses são muito vaidosos, luxuosos e só pensam em restaurantes” (*Agostinho, 65 anos*).

José falou ainda nos noticiários sensacionalistas em Portugal a que não acha graça nenhuma. Diz ele que em França a transmissão do noticiário ocupa meia hora do espaço televisivo enquanto que em Portugal ocupa hora e meia. Em sua opinião, Portugal confunde informação com entretenimento porque o que pretende é captar audiências e não informar. E que, em vez de tentarem moralizar e dar ânimo às pessoas, só falam em corrupção. E a corrupção envolve toda a sociedade, nomeadamente, a exploração dos emigrantes. Afirmam mesmo que os portugueses estão sempre “mortos” que venham os que estão lá fora para os explorarem, que até pela cor da roupa os conhecem e que, em Agosto, tratam logo de aumentar os preços.

A mesma opinião tem Domingos em relação à diferença de mentalidades. Diz ele que cá se vêm um homem a alongar-se um pouco mais na conversa com uma mulher então “Ó Diabo! que será que vai sair dali?” E que no estrangeiro isso não acontece. Cada um faz o quer e ninguém é criticado.

Ou seja, resumidamente o que podemos afirmar é que mesmo tratando-se de comunidades rurais, as atitudes negativas por parte dos residentes se sobrepuseram às atitudes positivas. No primeiro caso, os regressados alegam inveja das poupanças acumuladas, depreciação social no caso dos objetivos a que se propuseram enquanto emigrantes não terem sido atingidos e ausência de iniciativas de ajuda à integração. No segundo caso, em número bastante inferior, os regressados relatam atitudes de admiração associados à “Saga do Emigrante”. Em relação à avaliação dos entrevistados sobre os residentes também são muitas as críticas negativas, sobretudo motivadas pela diferença de valores e sentido de justiça.

Por tudo o que foi dito relativamente à reinserção do emigrante no Concelho de Vieira do Minho, podemos concluir que:

- 1) A maioria dos homens voltou para a agricultura essencialmente devido ao desejo do retorno às origens e ao exercício de uma profissão mais autónoma;
- 2) A construção civil é nos homens a segunda atividade de referência, o que significa que trouxeram consigo o perfil das profissões não qualificadas exercidas no país de acolhimento;

- 3) Uma das maiores dificuldades sentidas pelos homens na reintegração foi a diminuição drástica no nível de rendimentos;
- 4) Para as mulheres o regresso à agricultura e à situação tradicional de donas de casa significou um retrocesso pelos seguintes motivos: i) perda de ganhos económicos e logo de autonomia financeira; ii) perda da liberdade de relacionamento, pois as profissões a que regressam além de severas e isoladas exigem permanência constante; iv) submissão ao controle social ainda muito acentuado;
- 5) A falta de estabelecimentos comerciais especializados e de transportes nas aldeias ou nas imediações próximas constitui um problema, sobretudo para as mulheres, limitando-as nas oportunidades de escolha;
- 6) A preferência por tratar de documentação nos países de acolhimento é inegável, porque o nível cultural e os valores são outros. A saber: i) maior celeridade; ii) zelo; iii) organização e iv) correção no atendimento;
- 7) A maior dificuldade sentida por homens e mulheres aquando da reintegração em Vieira do Minho e Portugal prende-se com a prestação de cuidados de saúde. A saber: i) a falta de médicos de família próximos da habitação; ii) o atendimento moroso; iii) o acesso dispendioso; iv) a falta de organização e v) as atitudes discriminatórias;
- 8) Os entrevistados sentem que são alvo de inveja e depreciação social por parte dos residentes e, logo, as críticas que aqueles lhes fazem invocando sobretudo a diferença de mentalidades dos países estrangeiros para Portugal o que dificulta o processo de reintegração.

5.5. Relacionamento com o país de emigração

Importa agora analisarmos o tipo de relacionamento que os entrevistados foram mantendo com os países onde estiveram emigrados, bem como os projetos futuros nestes. Convém referir que a grande parte dos entrevistados tem atualmente mais de 60 anos de idade. Auxiliando-nos da tabela n.º 36 é nosso objetivo perceber por que motivos estes voltaram ou não, aos países de emigração, se sentem saudades, se pretendem lá voltar e com que propósito.

11 entrevistados voltaram ao país de emigração e 19 não. Analisemos, em primeiro lugar, os que não voltaram ao país de acolhimento. Os homens não voltaram porque, segundo referem

só lá estiveram para orientar a vida. Por isso, voltar a esses países significaria reviver tempos difíceis que preferem esquecer, tal como se evidencia nos excertos seguintes:

- “Nunca me adaptei [a França]. Eu nunca me arrependi [de ter regressado]. A mulher essa [arrependeu-se] logo nos primeiros dias que aqui entrou” (*Fernando, 63 anos*);
- “Falar em ir para França? Nem falar-me nisso. Hoje não ia de maneira nenhuma. Nunca mais lá voltei. A minha esposa já lá foi duas vezes ver os filhos. Tem lá o irmão e foi ver pessoas amigas. O país... aquilo não deixa saudades” (*Anibal, 63 anos*).

Tabela 36 – Relacionamento com o país de emigração

Não voltaram ao país de emigração	Voltaram ao país de emigração
<ul style="list-style-type: none"> • Não sentem saudades (“Belmiro”; “Simões”; “Artur”; “Fernando”; “Tiago”; “Celestino”; “Anibal”; “Guilherme”; “Filomena”; “Margarida”; “Célia”) • Sentem saudades <u>Idade que foi avançando</u> (“Vicente”; “Cesário”; “Jorge”; “Celeste”; “Rosa”) <u>Familiares doentes</u> (“Afonso”) <u>Não sentiu dificuldades financeiras</u> (“Carlos”) <u>Problemas familiares no país de acolhimento</u> (“Domingos”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sentem saudades <u>Saudades e familiares no país emigração</u> (“Pedro”; “Sérgio”; “José”; “Aida”; “Silvina”; “Carmina”) <u>Saudades do país emigração</u> (“Silvino”; “Felismina”) • Não sentem saudades <u>Trabalho</u> (“Serafim”) <u>Legalização de viatura</u> (“Agostinho”) <u>Familiares no país de acolhimento</u> (“Agostinho”; “Júlia”)

Fonte: entrevistas realizadas

Celestino também não é do país que tem saudades, mas sim das pessoas com quem trabalhou. Mas, como a maior parte destas já faleceu, não tem interesse em ir lá:

“Tinha lá muitos amigos. Íamos beber aos Domingos mas já morreram quase todos os que lá andavam comigo” (*Celestino, 81 anos*).

E Tiago entende que não faz sentido algum voltar à Suíça porque não se adapta a estar “fechado” em casa. Por isso, prefere estar na sua terra onde pode passear e conversar com os vizinhos.

Mas, foquemos também a nossa atenção sobre o que os homens afirmam acerca das suas esposas, nomeadamente quando referem que, ao contrário deles, elas se arrependeram do regresso a Portugal logo nos primeiros dias em que chegaram. Filomena, Margarida e Célia também nunca mais voltaram aos países que as acolheram e dizem não sentir saudades. Contudo, se relativamente a Filomena, nos apercebemos que saudades do Luxemburgo não tem nenhuma quando afirma:

“Nunca senti saudades, nunca, nunca!” (*Filomena, 56 anos*).

O mesmo não podemos dizer em relação a Margarida e Célia. Elas jamais utilizaram a palavra “nunca” para se referirem à saudade. Vão dizendo que agora já lá não vão fazer nada porque parte das pessoas que conheciam já lá não estão. Mas Célia contou-nos ainda que não resistiu a pedir ao seu filho que lhe mostrasse na internet a casa onde habitava em França. E, recordando esse momento, exclamou:

“Estivemos aqui a ver a casa onde morávamos. Está cor-de-rosa!” (*Célia, 68 anos*).

E se, como vimos, existem os que dizem não ter voltado ao país de acolhimento porque não sentiram saudades, também existem os que não voltaram mas que segundo referem, sentem saudades. Os homens alegam como motivos para o não retorno o avanço da idade, os familiares doentes a necessitarem de cuidados permanentes e, ainda, a inexistência de dificuldades financeiras. Contudo, à exceção de Vicente, sentem saudades, sobretudo, das oportunidades materiais que aqueles países lhes proporcionaram. Ao contrário, nas mulheres a idade é a causadora do não regresso ao país de emigração. Como afirmam os autores (Silva et al., 1984:162), embora o emigrante se sinta duplamente enraizado, muitas vezes só não volta a emigrar porque a idade já não lho permite ou está cansado, e não porque o seu país natal se revele muito acolhedor. As palavras de Rosa dão sentido a esta afirmação quando refere:

“Agora não vou para lá porque sou velha, senão ia outra vez. Quando tirar a reforma aos 65 anos faço conta de ir a França” (*Rosa, 68 anos*).

E, analisando, agora as histórias daqueles que voltaram ao país de acolhimento, voltamos a ter a mesma perceção. Os homens deslocam-se aonde estiveram emigrados porque aí têm familiares, que criam, como afirmam Portela e Nobre (2002:1139), relações de interdependência entre os que partem e os que ficam, configurando um modo de vida em dois espaços. Na verdade, à exceção de Silvino e José, não revelam apego ao país de emigração.

Já as mulheres se continuam a gostar de voltar não é somente porque lá têm familiares. Se este é um dos principais motivos pelas visitas regulares àqueles países, também serve de desculpa para matar saudades. Aida sonha com o dia da partida para França para lá passar uns tempos. Silvina não se importava de voltar para a Suíça e viver lá até ao fim da sua vida e Carminda também não. Elas parecem ter ficado eternamente agradecidas a quem lhes proporcionou a oportunidade de conhecerem novas terras e novas gentes. E por isso é que não podem sequer ouvir “falar mal” do estrangeiro porque: “O estrangeiro é que deu o ser a Portugal...se não fosse o estrangeiro....”.

Os homens relembram a sua história da emigração apenas em termos dos ganhos económicos conseguidos e os que vão regularmente aos países de emigração – apenas 6 dos 20 entrevistados - fazem-no por motivos familiares. Pelo contrário as mulheres, quer lá tenham voltado (5 das 10 entrevistadas) ou não (5 das 10 entrevistadas), relembram a história da emigração com saudades e, por isso, os motivos das deslocações não são apenas familiares. Até Júlia que, depois de nos dizer que não sentia saudades de França rapidamente se pôs a pensar e disse “Eu gosto de França!”, como se o que tinha acabado de dizer não devesse ter sido dito. Pelo menos não de forma tão ligeira, pois França não lhe merece sequer que tais palavras sejam proferidas. E com as palavras de Felismina terminamos este capítulo:

“Este ano em Abril fomos a França. Sinto saudades. A fábrica do meu marido...ele já nem sabia dela....mas a minha...” (*Felismina, 71 anos*).

Conclusão

Este estudo teve como objetivo apresentar, descrever e analisar histórias de emigração no concelho de Vieira do Minho. Por um lado, procurando mostrar a sua especificidade, atendendo ao conjunto de casos individuais que foi possível ter em conta e, por outro lado, procurando mostrar a sua similitude com as histórias, os percursos e as estratégias de outras populações igualmente estudadas noutros estudos, na sua maior parte de maior extensão temporal e também de maior profundidade.

Sob a égide das teorias explicativas da emigração, fortemente orientadas para a análise das motivações estritamente individuais e coletivas na formulação dos projetos de saída do país por períodos indeterminados de tempo, este estudo mostrou, para os casos analisados, a relevância das condições de vida e nomeadamente, da pobreza extrema vivida à época em Vieira do Minho.

As histórias dos indivíduos, registadas em áudio e em vídeo, são de enorme riqueza, desde logo porque, além da experiência de emigração propriamente dita, que se faz com enorme detalhe em relação a alguns momentos, em especial a viagem e a estadia nos países de acolhimento, nos mostram a forma como os Estados e as suas políticas lidam com este fenómeno ao longo dos tempos.

Para um concelho como Vieira do Minho, ainda mais relevância adquirem, pois a população deste concelho na sua maioria é uma população emigrada, ou em êxodo e mobilidade: para os outros países, para outras cidades, para outras regiões. A falta de população liga-se à falta de infraestruturas e de estruturas de apoio que possam, de futuro, ser características minimamente atrativas.

De resto, as histórias mostram que estes emigrantes regressados, que constituem uma das bases da população residente, saíram e voltaram ao concelho sem de fato terem sido considerados alvos de política alguma. A parte dos mecanismos de facilitação de reentrada e instalação, não só os emigrantes não trouxeram dos países de emigração mais valias educativas que pudessem suplantar as falhas iniciais de formação com que partiram, como as próprias entidades de receção no conselho e a nível nacional não promoveram medidas de efetiva reintegração que passassem pela utilização empreendedora das poupanças destes emigrantes. Com efeito, os dados indicam que na sua maior parte estes emigrantes retornam literalmente à agricultura ou passam para ramos e serviços ligados ao comércio e à

restauração que são por natureza pobres, num concelho onde a procura destes serviços é baixa, em virtude do decréscimo populacional.

À semelhança de outros estudos (Almeida e Barreto,1976: s.p.; Gonçalves e Machado, 2007:79; Poinard,1983:282; Portela e Nobre, 2002:113; Rocha-Trindade 1982:7; Silva et al.,1984:21), a não inserção do emigrante na atividade económica local não se deveu apenas à falta de espírito empreendedor, mas também à falta de políticas públicas concertadas de retorno por parte do governo central e dos poderes locais que informassem e estimulassem possíveis alternativas de reinserção. Por isso mesmo é que os entrevistados investiram tanto na compra de terrenos para exploração agrícola, pois para além do desejo de exercerem uma profissão autónoma, sabiam à partida que além da agricultura outras alternativas de emprego não seriam facilmente conseguidas dada a realidade económica concelhia de Vieira do Minho. E esta ausência de uma política de retorno verificou-se ainda em contextos sociais, culturais e humanos, pelo que ainda segundo os autores e os entrevistados, a instalação do “clima” de desconfiança mutua entre emigrantes e residentes poderia ter sido atenuado através da criação de programas de sensibilização das populações em torno do fenómeno migratório.

Um retorno que, como todo o fenómeno migratório, possui distinções relevantes em termos de género. Com efeito, as mulheres sofrem, na sua maioria, com a vinda para Portugal, por um estilo de vida que se altera profundamente e por sentirem o regresso à vida que deixaram há anos atrás.

Referências Bibliográficas

- Almeida, C. C. (1975). *Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912409N4uGK4qe9Zu62XR4.pdf>
- Almeida, C., & Barreto, A. (1976). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa: Prelo.
- Amaro, A.S., et al. (1984). *A Emigração e Retorno na Região Centro*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.
- Antunes, M. L. M. (1981). *Migrações, mobilidade social e identidade cultural: factos e hipóteses sobre o caso português*. Consultado em 05/07/201, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223997245E5sTI9kx5Sc17WI0.pdf>
- Baganha, M. I. (1994). *As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional*. Consultado em 09/09/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>
- Barreto, A., et al. (1996). *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Brandão, M. de F. (1991). *O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal, 1800-1900*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223041942B0eWZ0vq3Bs09OW1.pdf>
- Capela, J. V., & Borralheiro, R. (2000). *Vieira do Minho nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Vieira do Minho e Vieira Cultura e Turismo, E.M.
- Duarte, R. (2004). *Entrevistas em pesquisas qualitativas*. Consultado em 05-07-2012, disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2216/1859>
- Firstenberg, J. R. (1979). *Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – O Estado Corporativo e o «apoliticismo» nas aldeias*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223990117D7wBA3az5Ab81GL4.pdf>
- Gonçalves, A., & Gonçalves, C. (1991). Uma vida entre Parênteses – Tempos e Ritmos dos Emigrantes em Paris. *Cadernos do noroeste*, 4, 147-158.

Gonçalves, A., & Machado, J. (2007). A emigração Portuguesa para França na Segunda Metade do Séc. XX. *Separata do Boletim Cultural da Câmara Municipal de Melgaço*, 6, 63-85.

Gonçalves, M. O. B. (2009). *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: Fronteira do Caos.

Greenwood, E. (1965). *Métodos de investigação empírica em Sociologia*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224164262K21AE9wd1Ui39AM8.pdf>

Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011 resultados provisórios – freguesia*. Consultado em 09/04/2012, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2

Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas demográficas 2010*. Consultado em 20/09/2012, disponível em [:http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=estatisticas+demograficas+2010&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QU](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_acciao=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=estatisticas+demograficas+2010&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QU)

Instituto Nacional de Estatística. *Censos 2011 resultados provisórios..* Consultado em 17/10/2012, disponível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=122073978&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554

Janeira, A. L. (1971). *A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações*. Consultado em 21/10/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224260109P6yXY4bm6Vt51JF8.pdf>

Leandro, M.E. (2000). La réinstallation de familles migrantes portugaises dans le Minho. *De Varine B., Lieux de vie et circulations des portugais de France, Paris, Infraction France – Portugal*, 36-66.

Leandro, M. E. (2004). *Dinâmica social e familiar dos projectos migratórios – Uma perspectiva analítica*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218704818A2zDK3eh8Mg03OQ5.pdf>

Leandro, M. E., & Rodrigues, V. T. (2007). Da migração dos pais à escolarização dos filhos. O caso dos portugueses em França. Consultado em 03/07/2012, disponível em <http://WWW.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v20n1a05.pdf>

Lucena, M. (1977). *Fascismo, colonialismo: uma leitura de Eduardo Lourenço*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223915485D4xWZ6lh1Gy25GK1.pdf>

Martins, F. (s.d.). *O regresso de emigrantes portugueses ente 1975 e 2001*. Consultado em 29/11/2011, disponível em http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/E3_14Out_Fernando%20Martins.pdf

Ministério do Interior (1961). *Boletim da Junta da Emigração: 1960*. Porto: Ofic.Gráf. de “O Comércio do Porto”.

Ministério do Interior (1967). *Boletim da Junta da Emigração: 1965*. Porto: Ofic.Gráf. de “O Comércio do Porto”.

Mónica, M. F. (1977). *Deve ensinar-se o povo a ler?: a questão do analfabetismo (1926-39)*. Análise. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223915576N2uIW7kz6Wc55GA7.pdf>

Monteiro, P.F. (1994). *Emigração – O Eterno Mito do Retorno*. Oeiras: Celta.

Morais, P., et al, (2003). *Porto de Partida – Porto de Chegada: A Emigração Portuguesa*. Lisboa: Âncora.

Peixoto, J. (2004). *As teorias explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. *Socius Working Papers*. Consultado em 28/06/2012, disponível em <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>

Peixoto, J. (2007). *Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal*. Consultado em 08/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218647535Z7fQO2pn5Wq90GM6.pdf>

Pereira, G. (1985). *Comunidade Portuguesa em França*. Secretaria de Estado da Emigração – Centro de Estudos: Fundo Documental e Iconográfico da Emigração e das Comunidades Portuguesas.

Pina Cabral, J. (1984). *As mulheres, a maternidade e a posse da terra no Alto Minho*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223473186G8cGO9fn8Ti76YR7.pdf>

Pires, R. P. (2003). *Migrações e integração*. Oeiras: Celta.

Poinard, M. (1983). *Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa*. Consultado em 03/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223462361S2cXH8dy2Of27LA4.pdf>

Portela, J., & NOBRE, S. (2002). *Entre Pinela e Paris: emigração e regressos*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218730566F1dKD5ir2Eq54EP0.pdf>

Pré-diagnóstico Social de Vieira do Minho (2003). Consultado em 11/09/2011, disponível em <http://www.cm-vminho.pt/files/22/2204.pdf>

Queirós, M. C. (2005). *Classe, Identidades e transformações Sociais*. Porto: Campo das letras editores, S.A.

Ribeiro, C. (1986). *Emigração Portuguesa – Algumas características dominantes dos movimentos no período de 1950 a 1984*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Rocha, E. (1977). *Portugal, anos 60: crescimento económico acelerado e papel das relações com as colónias*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223917849W3hFM5ez8Zs91HT1.pdf>

Rocha-Trindade, M. B. (1976). *Comunidades migrantes em situação dipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França*. Consultado em 05/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914842N5nCJ0em1Yq58DB9.pdf>

Rocha-Trindade, M. B. (1982). Sensibilização comunitária numa Óptica de Interculturalismo em Meio de Forte Emigração. *Separata Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, 26, 3-18.

Rocha-Trindade, M. B. (1983). O Regresso Imaginado. *Separata Nação e Defesa do Instituto da Defesa Nacional*, 28, 3-13.

Rocha-Trindade, M. B. (1985). Dez anos de publicações sobre emigração em Portugal. *Artes e letras da diáspora Portuguesa*, 10, 21-24.

Rocha-Trindade, M. B., & Arroiteia, J. (1986). A Emigração. *Centro de Estudos Judiciários - Cadernos do Céu*, 1, 1-34.

Rocha-Trindade, M. B. (1993). *Perspectivas sociológicas da interculturalidade*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223292775S5wUL0ix4Wv26XQ7.pdf>

Secretariado Nacional da Emigração (s.d.). *Boletim anual: 1970*. Porto: Ofic.Gráf. de O Comércio do Porto.

Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (s.d.). *Boletim anual: 1976/1977*. Lisboa: Ramos, Afonso & Moita, Lda.

Serra, E. (1975). *O operário emigrantes português na sociedade industrial capitalista*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912248K0aAQ5so3Wf83NS6.pdf>

Silva, M. et al. (1984). *Retorno Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*. Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

Sousa, A. T. (1972). *Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de trabalho e de habitação*. Consultado em 07/07/2012, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224258986Z9oNY4px0O145DE7.pdf>

Wall, K. (1984). *Mulheres que partem e mulheres que ficam: Uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório*. Consultado em 01/10/2012, disponível em <http://www.ics.ul.pt/rdonweb-docs/Karin%20Wall%20%20Publica%C3%A7%C3%B5es%201984,%20n%C2%BA1.pdf>

Anexos

Anexo 1

Guião de entrevista

Conforme carta anteriormente enviada, estamos a contactá-lo (a) a fim de nos conceder uma entrevista no âmbito de uma investigação para uma tese de mestrado que procura caracterizar as trajetórias de regresso dos emigrantes com origem no concelho de Vieira do Minho, mais especificamente as motivações de regresso, as estratégias de reentrada na comunidade de origem e os projetos futuros, relativamente às modalidades de duplo relacionamento (com Portugal e com o país de emigração).

Nome

Local: a) freguesia; b) lugar; c) espaço

Data

Duração

Entrevista

Caraterização sociodemográfica atual

1. Idade
2. Habilitações escolares
3. Profissão
4. Estado Civil
5. Filhos: a) em Portugal: b) no estrangeiro

1. Motivações de saída da sociedade de origem

Pode contar-nos quais as razões que o/a levaram a emigrar, começando por referir:

- 1.1. Ano
- 1.2. Habilitações escolares (à data da emigração)
- 1.3. Profissão (à data da emigração)
- 1.4. Situação familiar (à data da emigração)
- 1.5. O(s) país(es) para onde emigrou
- 1.6. Se foi sozinho ou acompanhado
- 1.7. Se emigrou por motivos de ordem familiar
- 1.8. Se emigrou pelas oportunidades oferecidas pelo estrangeiro
- 1.9. Se emigrou por motivos político-militares
- 1.10. Se emigrou por motivos de ordem social e cultural

2. Estadia no estrangeiro

Falemos agora do tempo que passou no estrangeiro:

- 2.1. Profissão exercida / Evolução da situação na profissão
- 2.2. Formação escolar
- 2.3. Vida familiar
- 2.4. Condições habitacionais

- 2.5. Alimentação
- 2.6. Adaptação à língua
- 2.7. Integração em associações portuguesas (defesa dos direitos e da segurança por parte das autoridades portuguesas), de aprendizagem social (autóctones), ou outras formas de convívio
- 2.8. Tratar de documentação
- 2.9. Opções de poupança/investimento

3. Motivações de regresso

Vamos referir-nos agora aos motivos que o (a) levaram a regressar:

- 3.1. Ano de regresso
- 3.2. Idade
- 3.3. Escolaridade
- 3.4. Perspetiva de estadia temporária no estrangeiro: a) ligação ao país e à sociedade onde aprendeu o código de valores ; b) não adaptação à vida no estrangeiro
- 3.5. Idade para ingressar profissionalmente
- 3.6. Rendimentos suficientes
- 3.7. Motivos familiares
- 3.8. Imposição do país de acolhimento
- 3.9. Falta de trabalho
- 3.10. Falta de rendimentos
- 3.11. Doença
- 3.12. Acidente de trabalho

4. Estratégias de reentrada na sociedade vieirense

Falemos agora das oportunidades e dificuldades com que se deparou aquando do regresso definitivo à sua aldeia /Vila:

- 4.1. Apego à terra e a Portugal
- 4.2. Preferência pelo modo de vida rural
- 4.3. Preferência pelo modo de vida urbano
- 4.4. Encaminhamento de assuntos triviais ou importantes
- 4.5. Profissão ou outra situação a que regressa
- 4.6. Oportunidades de vida: a) emprego ;b) nível salarial; c) formação profissional
- 4.7. Investimento: a) investimento realizado; b) possibilidades de investimento
- 4.8. Hábitos de consumo: a) acesso aos bens de consumo; b) hábitos de vestir; c) conforto na habitação; e) hábitos alimentares
- 4.9. Atitudes por parte dos residentes: a) atitudes de inveja; b) atitudes de admiração
- 4.10. Convívio e ocupação dos tempos livres
- 4.11. Programas de sensibilização
- 4.12. Burocracias (facilidades administrativas a nível institucional)
- 4.13. Assistência médica

5. Relacionamento com o país de emigração

Falemos finalmente do tipo de relacionamento que tem mantido com o país onde esteve emigrado, nomeadamente se a ele se tem deslocado com regularidade e com que finalidade:

- 5.1. Assistência médica
- 5.2. Família
- 5.3. Reforma
- 5.4. Cultura
- 5.5. Saudades
- 5.6. Trabalho

Muito obrigada pela sua colaboração e pelo tempo dispensado, o seu testemunho como emigrante foi extremamente importante para o estudo que pretendemos levar a cabo.

Anexo 2

Tabela 37 - N.º de emigrantes por freguesia

Freguesia	N.º total emigrantes freguesia	Universo a dividir por cada freguesia	Percentagem da coluna anterior x 30 (n.º total entrevistas)	N.º de emigrantes a entrevistar por freguesia
Anissó	10	2,44%	0,732	1
Anjos	19	4,63%	1,390	1
Campos	2	0,49%	0,146	0
Caniçada	8	1,95%	0,585	1
Cantelães	12	2,93%	0,878	1
Cova	6	1,46%	0,439	0
Eira Vedra	18	4,39%	1,317	1
Guilhofrei	63	15,37%	4,610	5
Louredo	30	7,32%	2,195	2
Mosteiro	28	6,83%	2,049	2
Parada de Bouro	21	5,12%	1,537	2
Pinheiro	12	2,93%	0,878	1
Rossas	62	15,12%	4,537	5
Ruivães	21	5,12%	1,537	2
Salamonde	7	1,71%	0,512	0
Soengas	3	0,73%	0,220	0
Soutelo	8	1,95%	0,585	1
Tabuaças	19	4,63%	1,390	1
Vieira do Minho	46	11,22%	3,366	3
Ventosa	8	1,95%	0,585	1
Vilarchão	7	1,71%	0,512	0
TOTAL:	410	100,00%	30,000	30

Nota: Nas freguesias de Salamonde e Vilarchão poderíamos ter selecionado duas pessoas, contudo o resultado seriam 32 pessoas, assim tiveram de ser eliminadas estas duas freguesias por apresentarem as percentagens inferiores.

Anexo 3

Tabela 38 - N.º de emigrantes por freguesia, sexo e país (Cálculos da amostra)

Freguesias	França		Suíça		Alemanha		Espanha		E.U.A		Canadá		Luxemburgo		Brasil		Venezuela		Inglaterra		Sub-total		Univ.	Freguesia
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	Univ.	Freguesia
Anissó	6		2	1					1												9	1	10	1
Anjos	7	3	5	4																	12	7	19	1
Campos	1				1																2	0	2	0
Caniçada	1	2	4				1														6	2	8	1
Cantelães	3	2		2	1	1	2				1										7	5	12	1
S. João da Cova	4		1		1																6	0	6	0
Eira Vedra	3	4	5		1						1		3	1							13	5	18	1
Guilhofrei	28	7	17	7			1						1	2							47	16	63	5
Louredo	14	9	2		2	2									1						19	11	30	2
Mosteiro	10	6	7	3			1						1								19	9	28	2
Parada de Bouro	7	3					1						4	6							12	9	21	2
Pinheiro	4	2	2	1									2	1							8	4	12	1
Rossas	29	23	4	3	2										1						36	26	62	5
Ruivães	12	6											2	1							14	7	21	2
Salamonde	4	2		1																	4	3	7	0
Soengas	1	2																			1	2	3	0
Soutelo	4	1	2			1															6	2	8	1
Tabuaças	8	4	1	1	1								3					1			13	6	19	1
Vieira do Minho	14	8	12	6			2							1	1	1			1		30	16	46	3
Ventosa	2	3	2										1								5	3	8	1
Vilarchão		1	2								2	2									4	3	7	0
Total :	162	88	68	29	9	4	8	0	1	0	4	2	17	12	3	1	0	1	1		273	137	410	30
Total país:	250	97	13	8	1	6	29	4	1	1	6	29	4	1	1	1	1	1	1	66,59%	33,41%			
	60,98%	23,66%	3,17%	1,95%	0,24%	1,46%	7,07%	0,98%	0,24%	0,24%	20	10												
Dist. Países	18	7	1	1	1	2	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dist Sex H	12,18	4,73	0,63	0,39	0,00	0,67	1,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dist Sex M	6,11	2,37	0,32	0,20	0,00	0,33	0,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nota: No caso de Espanha não foi entrevistado ninguém , porque caso contrário daria 21 homens , ora como em Espanha não existem mulheres entrevistámos mais uma mulher de França para obtermos as 10 mulheres.

